ASSIS CINTRA

HISTÓRIAS QUE NÃO VÊM NA HISTÓRIA

Assis Cintra

HISTÓRIAS QUE NÃO VÊM NA HISTÓRIA

Edição Digitalizada
2019

Índice

1 - Razões do Autor

Em 1920, há 8 anos, resolvi ser jornalista e viver das letras. Instalado num quarto do tradicional "Hotel d'Oeste", de São Paulo, escrevi três artigos diferentes e de noite percorri três redações, para mim até então desconhecidas: a do "Estado de São Paulo", a do "Correio Paulistano" e a do "Jornal do Comercio".

Para a primeira levei um estudo intitulado "As Mulheres de Shakespeare". Júlio Mesquita, a quem procurei, mandou-me para o Nestor Pestana e este me despachou para o secretário do jornal, que então era Amadeu Amaral. Disse-me o afável Amadeu:

- Agora não tenho tempo para ler o seu artigo. Eu o lerei por estes dias e, se for bom, será publicado.

- Quanto o "Estado" paga pela colaboração? – indaguei, curioso e indiscreto.

Amadeu sorriu, num sorriso cheio de bondade, e informou:

- Cinquenta mil réis, se a colaboração for aceita e publicada.

Contei-lhe os meus projetos de aparecer pela imprensa e novamente ele sorriu, agora com a piedade dos bons para quem vai pecar, trilhando um caminho enganoso. Em seguida, num tom paternal, aconselhou:

- Se o senhor fosse meu amigo, eu o dissuadiria de tal intento. O jornalismo no Brasil é uma miragem ou, se quiser, uma ilusão agridoce. Entre para esta vida de jornal, para a carreira das letras, e verá o que é isso...

Despedi-me do bondoso e sensato Amadeu e fui ao "Correio Paulistano". Indaguei do porteiro se o diretor do jornal ali se achava. Ele anunciou o meu nome e falei ao Dr. Carlos de Campos. Esse político me mandou para o secretário da redação, que era o Antônio Fonseca.

Estando de folga, Fonseca tratou-me com muita delicadeza e boa vontade e indicou o subsecretário Wolgrand Nogueira. Abordei-o, e falei-lhe sobre o que me levava à sua presença. Acolheu-me com simpatia, dizendo-me:

- Muito bem, moço. Vamos ver o seu artigo e se for possível nós o publicaremos.

- Diga-me, Sr. redator secretário, quanto o "Correio Paulistano" paga por artigo? – interroguei, interesseiro.

Wolgrand Nogueira olhou-me quase com surpresa pela minha pergunta indiscreta, sorriu e respondeu:

- Trinta mil réis. Porém o pagamento é negócio com o gerente, não é comigo.

Dali fui ao "Jornal do Comércio". Procurei o secretário Molina, e este me mandou para o Mário Guastini. Entrei no assunto:

- Trago-lhe um artigo para ser publicado. Desejo entrar na vida de imprensa.

Guastini, de maneiras aristocráticas, dando-me a idéia dum fidalgo, muito sinceramente obtemperou:

- Não lhe gabo o gosto. A imprensa é uma grande e dolorosa ilusão. Dê-me o artigo, e, se for aproveitável, será publicado.

Em seguida passou os olhos pelas tiras escritas e murmurou:

- Pelo título, o seu artigo chama a atenção. "Heróis da mentira" é um bom assunto. Boa idéia para suelto, não achas, ó Moacyr?

Moacyr Piza, que se achava presente, riu-se com aquele riso alegre e cascateante que lhe era peculiar, e exclamou, da sua cadeira onde se achava:

- Heróis da Mentira! Que somos nós todos os jornalistas, senão uns refinados heróis da mentira? E que são os políticos, senão uns heróis da mentira? E que é o amor? E que é a sabedoria? E

que é a sociedade? mentiras, mentiras e em tudo e por tudo mentiras e sempre mentiras. Até a vida é um formidável "blefe" que nos prega o bom Deus a todos nós os descendentes do famigerado e peludo avô Adão.

E continuou a rir.

Entreguei o artigo e aventurei-me na mesma interrogação já feita nas outras redações:

- *E quanto os senhores pagam?*

Mário Guastini olhou-me vagarosamente e respondeu:

- *Se for aceito, trinta mil réis por coluna impressa.*

Assim, os meus primeiros artigos publicados foram no "Jornal do Comércio", "Os Heróis da Mentira"; no "Correio Paulistano", o "Falso Brasileirismo"; e no "Estado de São Paulo", o estudo sobre as "Mulheres de Shakespeare".

Aí está como comecei minha vida na imprensa paulistana e na literatura. Meses depois, saiu à luz da publicidade o meu primeiro livro, editado por Monteiro Lobato.

O "Diário Popular", a "Gazeta", a "Folha da Noite", o "S. Paulo Jornal" e o "Diário da Noite" também publicaram artigos subscritos por mim.

***

Mudando-me para o Rio, fiz parte da redação do jornal carioca "O Correio da Manhã", do qual fui cronista e crítico literário. Saí desse jornal e passei a escrever para todos os jornais da capital da República e para diversas revistas que me pagavam 50$000 por artigo.

E como me tornei redator do "Correio da Manhã"? É interessante o relato:

Fui à redação do "Correio", procurei o Dr. Leão Velloso (o brilhante Gil Vidal) e este me indicou Edmundo Bittencourt. Contei quem era e o que queria. Recebeu-me o formidável jornalista com muita bondade e delicadeza. Disse-lhe:

- *Dr. Edmundo, eu vim procurá-lo em seu jornal confiado apenas na sua boa vontade, e no meu próprio esforço e merecimento. Não trago recomendações de quem quer que seja. Experimente a minha atividade e a minha competência.*

E o Dr. Edmundo Bittencourt bondosamente experimentou a minha competência e me colocou como cronista histórico, crítico literário e redator da seção "*O que é correto*", deixada por Cândido Lago, o grande mestre da filologia patrícia.

Assim fui jornalista na Capital da República, depois de o ter sido na capital de São Paulo.

Escrevi exclusivamente para o "Correio da Manhã", durante algum tempo e em seguida, saindo desse jornal, passei a ser colaborador a 50$000 por artigo, do "Jornal do Brasil", do "O País", da "Gazeta de Notícias", da "A Noite", do "O Globo", da "A Pátria", do "O Jornal", do "O Imparcial", e das revistas, "Ilustração Brasileira", "Para Todos", "Revista da Semana", "Fon-Fon" e "Revista da Língua Portuguesa".

Publiquei cerca de 50 livros em oito anos, quase todos esgotados, deles havendo raros exemplares nos "sebos", com preços quintuplicados.

Outros alcançaram várias edições, como, por exemplo, "Alma Brasileira", que, editada pela Companhia Melhoramentos de S. Paulo, já atingiu cinco tiragens, de 10.000 exemplares cada uma, ou sejam, 50.000 em oito anos.

Mais de dois mil artigos meus foram estampados nos jornais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, São Salvador da Bahia, Belém do Pará e Porto Alegre.

E aí está como fiquei escritor nesta terra dos brasis.

O jornal argentino "La Nación" pediu-me colaboração, que lhe mandei algumas vezes. Para o "Excelsior", "Le Temps" e "Le Journal", de Paris, enviei artigos, que foram publicados, o mesmo acontecendo com o "New York Herald" e o "The World", de Nova York.

O “The Times”, de Londres, estampou em 1922 um estudo que fiz sobre a emancipação do Brasil e Lorde Canning. Naturalmente esses artigos foram mandados em traduções.

Uma colaboração, intitulada “A Independência”, que escrevi para o “Jornal do Comércio”, foi publicada na primeira página desse diário no dia 7 de Setembro de 1922, tendo recebido por ela um conto de réis, quantia essa que me foi paga pelo Comendador Mattos... Penso que foi o melhor de todos os meus artigos, naturalmente por ter sido o mais caro.

***

Durante esses oito anos fiz profissão de homem de letras. Fui professor, em S. Paulo, da Escola Normal da Capital e do Ginásio de S. Bento, jornalista militante, escritor de dezenas de volumes, aplaudido em críticas literárias por todos os jornais do Rio, obtendo os elogios honrosos de notáveis brasileiros do meu tempo como sejam Rui Barbosa, Ramiz Galvão, Leão Velloso, Epitácio Pessoa, Assis Brasil e Coelho Neto.

Eu não devia, pois, maldizer essa profissão na qual militei durante quase uma década. E por isso eu não a maldigo, porém dela fujo, dela me afasto, numa consciente e necessária deserção.

Comemoro agora o oitavo natalício da minha vida literária com estas garatujas, que foram

compradas, como sendo o meu último artigo, pelo “Diário da Noite”, do qual levei os últimos cinquenta mil réis, ganhos com a minha pena.

Com estas reminiscências vai a última pá de cal e terra no escritor Assis Cintra.

“*Resquiecat in pace*”, dirão os diretores dos jornais, capelães sisudos da opinião pública.

“*E que o esquecimento, que é a terra literária, lhe seja leve*”, hão de murmurar os hirsutos e truculentos sacristães da crítica e também os leitores dispépticos.

- *“Amém* !” concluirão os livreiros, satisfeitos pelo desaparecimento de mais um escrevedor.[1]

E quando, em outros misteres, alguém me perguntar sobre as vantagens do jornalismo e da literatura, responderei, se estiver bem humorado, com as palavras do bom e querido “imortal” da Academia de Letras, que é o Amadeu Amaral, no início da minha carreira jornalística e literária:

“Literatura e jornalismo não passam de uma agridoce ilusão”.

Porém, estando de mau humor, exprobrarei a tolice do amigo que me falar em letras, e repetirei o que me disse em 1920, no escritório de Monteiro

[1] Os maiores inimigos dos escritores são os seus editores. Aqueles e estes são como gatos e cães: mostram os dentes quando se encontram no ajuste de contratos de livros.

Lobato, o saudoso, positivo e verdadeiro Martim Francisco:

- Moço, deixe de burrice. No Brasil ser literato é ser burro. Escrever para quem? Para analfabetos e para ignorantes? Olhe, moço, no Brasil há oitenta por cento de gente que não sabe ler. Dos vinte por cento restante, a metade não compra livros e a outra metade os compra para enfeitar estantes. Isto aqui é assim. Nesta terra morre de fome um literato e enriquece em dois tempos um plantador de batatas, ou criador de porcos. É o Brasil, meu amigo, e não se lhe pode dar remédio.

E Martim Francisco, na presença de Monteiro Lobato e do Dr. André Rebouças, num pungente sarcasmo que é uma dolorosa verdade, definiu a carreira das letras nesta imensa e famosa Terra de Santa Cruz, com esta frase candente:

- Mais vale no Brasil plantar batatas e criar porcos do que escrever livros.

Pensando neste conceito sensato do saudoso neto dos ilustres Andradas da Independência, ponho fim na minha carreira literária, desertando do jornalismo e das letras.

Eu quis em 1920 ser conhecido no Brasil como escritor e como jornalista, esperando conseguir tal "*desideratum*" em 10 anos. Não foi preciso tanto tempo, pois de 1920 a 1928, em oito anos de atividade literária, publiquei cerca de cinquenta volumes, graças a Deus quase todos esgotados, e escrevi mais ou menos dois mil artigos nos jornais

de todas as grandes cidades do Brasil, inclusive nos mais importantes diários da Capital da República.

Esses artigos e esses livros me fizeram conhecido na minha terra e até no estrangeiro, porém exterminaram na minha alma o idealismo literário, que é uma das mais doces ilusões das criaturas humanas.
O convívio com os políticos e com os jornalistas assassina as ilusões dos mais ardorosos sonhadores. Isto não quer dizer que todos os jornalistas e todos os políticos sejam maus ou ruins.

Longe de mim tal injúria. Entretanto, verdade é que a maioria de todos os que fazem política, ou garatujam idéias na imprensa, tem muita propensão para mudar de idéias, de doutrinas e de fé, como se tudo isso fosse camisa que se troca todos os dias.

Os vira-casacas são mais comuns na gente que freqüenta o Congresso Nacional e as redações dos jornais do que na que planta batatas e cria porcos.

Um papa, Sixto V, interrogado por um embaixador de como aprendera a conhecer tão bem os homens, respondeu:

- Plantando batatas e criando porcos.

Voltaire, definindo João Freron, no seu tempo famoso nas letras e na política, asseverou numa

sátira que esse escritor e político era tão venenoso que um dia, mordido por uma cobra, a cobra fora a vítima envenenada, e não o mordido, que ficou incólume. Que peçonha deveria ter esse sujeito!

Pois eu encontrei entre jornalistas e entre políticos, muita gente mais peçonhenta que o figurão da sátira de Voltaire, A peçonha que vai na alma de tais venenosas criaturas mataria, não uma, porém cem cobras.

Forçoso é confessar que na Política e no Jornalismo também já conheci alguns verdadeiros idealistas.

Mas quando vejo homens puros, verdadeiros apóstolos das idéias, criaturas que se sacrificam no jornalismo e na política por fazerem apostolacia, envelhecidos na prática das doutrinas, com a cabeça cheia de teorias e coberta de cabelos brancos e com os bolsos vazios, eu suponho ser melhor a gente abandonar as doutrinas, as idéias, as letras, a política e o jornalismo e cuidar daquilo que o humorista americano Mark Twain classificou muito bem de "*a mais notável das verdadeiras doutrinas, que é a religião do dinheiro*".

E dinheiro não se ganha com letras... a não serem as de câmbio, nem ninguém vive, come e bebe com notas dos jornais e contos da Carochinha e sim com as do Banco do Brasil ou do Tesouro Nacional.

Daí o motivo muito justo e muito plausível de ter eu agora expulsado da minha alma o reinado, hoje absurdo, de um D. Quixote, para nela implantar a saborosa e supimpa república de Sancho Pança.

Em oito anos cuidei das idéias nos jornais, nos livros e nos estabelecimentos de ensino, e agora, com este adeus aos meus leitores, declaro guerra às letras para cuidar do meu estômago, tratando de compreender melhor as contingências da vida prática no tamanho da terra, que é a generosa mãe de nós todos.

E se como escritor e jornalista fui um plantador de batatas literárias (e qual o literato que nunca as tenha plantado?) agora irei para a roça, fugido das letras, como fez o famoso Tolstoi na sua retirada para o sítio de Yasnaia, murmurando como ele:

- *Vou ser feliz plantando batatas e criando porcos.*

Crescidas as batatas, eu as darei aos porcos; crescidos os porcos, eu os matarei, sem me esquecer dos editores e críticos, aos quais reservarei a parte preferida pelos tigres: a barrigada.

É que, na verdade, os editores e críticos são verdadeiros tigres para os escritores...

Afinal, lá no meu rancho, repetirei a frase do grande poeta de Roma antiga, o verídico Horácio

Flaccus quando se isolou na sua chácara de Lepedos:

"*Aqui eu quisera viver não somente esquecido de todos, como também por todos esquecido...*"

"*...hic vivere vellem Oblitusque meorum, obliviscendus et illis...*"

ASSIS CINTRA.
S. PAULO, OUTUBRO DE 1928[2]
(artigo publicado no "Diário da Noite", de S. Paulo)

***

O que se leu foi o meu último artigo ou seja a minha despedida da vida de jornalista. O "Diário da Noite" comprou esse derradeiro artigo e publicou-o. Agora sai este livro, que é "o meu último livro", adquirido, nas duas séries, pela Companhia Editora Nacional, que, pelos direitos autorais, me pagou a quantia de 8:000$000 (oito contos de réis!!!)

Bem ou mal, este meu último livro seguirá o seu destino como sucedeu aos outros. Se vai ou não

[2] Assis Cintra, em 1928, tinha arranjado um ótimo emprego fixo no cargo de Redator Chefe do Ministério da Agricultura, dirigido por Assis Brasil. Por esse motivo achou que poderia por fim à sua carreira como escritor. Em 1930 perdeu o cargo devido ao golpe de Getúlio Vargas. Voltou então a publicar novos livros, dar aulas e escrever para jornais. E comprovando os vaticínios, morreu pobre. (NE)

agradar, isso é assunto que não me interessa, porque a vida literária já não me preocupa.

Perdi oito anos nesse mister, tempo que no comércio, agricultura ou indústria teria sido muito mais proveitoso.

O dinheiro que eu recebi de minhas edições parecia dinheiro de sacristão: cantando vinham e cantando iam.

É que o dinheiro de literatura tem azar como o dos ciganos: não esquenta o bolso, não pára nunca, vive a entrar e sair. É um dinheiro boêmio...

A vida do jornalista e escritor em nossa terra é uma verdadeira túnica de Nessus: muito bonita por fora; muito feia e muito incômoda por dentro.

Ai daquele que, em má hora, se entrega à vida literária! Fui homem de letras; arrependi-me.

Acordei tarde, porém antes tarde do que nunca.

Aos meus leitores aqui deixo com este livro o meu último adeus e com ele um até nunca mais... se Deus quiser.

ASSIS CINTRA.
S. PAULO, DEZEMBRO DE 1928

2 - Os Amores de Pedro II

Na Exposição Universal, realizada em Paris no ano de 1867, três lindas brasileiras, entre as muitas que lá estavam, chamaram a atenção dos cronistas elegantes da cidade-luz, sendo por eles apelidadas de “as três graças do Brasil”.

Eram elas Carolina Pereira, Ana Cavalcanti de Albuquerque (mais tarde casada com o conde de Villeneuve, proprietário do “Jornal do Comércio, do Rio) e Maria Lopes Gama, filha dos viscondes de Maranguape, casada primeiramente com o banqueiro Guedes Pinto e posteriormente com um negociante inglês chamado Jones, fornecedor da Casa Imperial.

A primeira dessas graças, a Carolina, conseguiu em 1873 ferir profundamente o coração de Joaquim Nabuco, tribuno liberal, modelo das elegâncias desse tempo, com ele fazendo uma viagem de “estudos” na deliciosa Paris, viagem que deu o que falar aos salões cariocas do supra referido ano de 1873.

Mariquita Lopes, filha dos Viscondes de Maranguape, quando viúva do banqueiro Guedes Pinto e depois como esposa de Mister Jones, negociante protegido da família imperial, obteve uma conquista mais difícil do que a da sua amiga Carolina (a formosa e célebre “Caluzinha”) que machucara o coração de Nabuco.

E quem teria sido a "vítima" da linda, graciosa e requestada viscondessinha? Nem mais, nem menos do que Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II, o casto, o austero, o sisudo Marco Aurélio brasileiro.

Era o dia dois de Dezembro, aniversário de sua Majestade. O Paço Imperial abrira as suas grandes portas e franqueara o seu belo salão nobre para o faustoso baile de natalício do Imperador.

Luzes em profusão, flores por toda a parte, o frou-frou[3] das sedas, casacas e fardas de gala, perfumes trescalantes[4], sorrisos e mesuras, tudo era belo naquela noite quente e faiscante.

O Imperador, alto, louro, olhos dum azul muito claro, barba cortada em oval e muito bem cuidada, metido numa casaca de linhas parisienses, conversava no centro de um grupo de altos dignitários da Corte sobre a política européia. Era evidente, porém, que Sua Majestade tinha qualquer preocupação íntima, pois, em sua fronte ampla, dois vincos prenunciavam uma tormenta.

Quando um dos circunstantes falava, o monarca, quase maquinalmente, respondia o seu habitual "*já sei, já sei*".

---

[3] Frufu – rumor produzido pelo roçar de vestidos de seda (NE)

[4] Exalantes (NE)

Nas proximidades desse grupo o Dr. Torres Homem, o formidável "Timandro" do "Libelo do Povo", manejava a sua costumeira maledicência:

- Esse Bragança quer saber tudo. "Já sei, já sei", lá está ele dizendo a todo o momento. O que ele não sabe é que todo o Rio de Janeiro está a par dos seus amores com a linda viúva do banqueiro Guedes Pinto, essa estonteante Mariquita que vive a infernar os corações dos outros com a sua graça sedutora.

- Mas então Sua Majestade está amando, ó Torres? murmurou ao lado o ferino Zacarias de Góes.

E afastando-se de Torres Homem, o baiano Zacarias, moreno esguio de olhos de baiadeira, procurou o ângulo esquerdo do salão onde se achava o grupo de Sua Majestade a Imperatriz.

A prosa ia animada e num dado instante a princesa Isabel, levando para um lado o Dr. Zacarias, interpelou-o, nervosa:

- Sr. Zacarias, quero que me fale a verdade: o que há entre meu pai e a viúva Guedes Pinto? Eu há pouco apanhei, sem o querer, umas frases soltas...

- Oh! Senhora Princesa, falam-se muitas coisas que não se devem falar, Mas eu não sei nada...

Em seguida repuxou as mangas de sua casaca e olhando maliciosamente para Torres Homem, de quem não gostava, indicou-o:

- Se Vossa Alteza deseja qualquer notícia sobre boatos, ninguém mais autorizado e mais competente que o Torres Homem.

- Sim. Vá buscá-lo, Sr. Zacarias.

E o esperto baiano lá se foi em busca de Torres Homem a quem imediatamente trouxe para junto da princesa. E esta inquiriu, ansiosa:

- Sr. Torres Homem, eu vou confiar na sua sinceridade: O que se murmura a respeito de meu pai e da viúva Guedes?

- Senhora Princesa, eu não sei de nada, porém Sua Alteza o Sr. Conde D'Eu deve saber... alguma coisa.

- Meu marido sabe alguma coisa? Ora essa...

- É o que dizem, Alteza.

D. Isabel mordeu os lábios, olhou rancorosamente para o lado direito, onde, entre cavalheiros e damas, refulgia a tentadora beleza da viuvinha Guedes Pinto, e procurou o conde D'Eu.

Conversaram. A princesa agitou-se ao ouvir qualquer coisa dos lábios do marido. Assentou-se, nervosa. O grupo em que se achava a Guedes Pinto se aproximou de D. Isabel e cada qual procurava uma frase amável para a futura Imperatriz.

- *"Vossa Alteza, habitualmente tão alegre, está hoje tão retraída, senhora Princesa*", aventurou a viuvinha Guedes Pinto.

- *Sim, é verdade, estou retraída. Que diria a senhora se fosse princesa e visse no Paço, no aniversário de seu pai, uma mulher leviana, servindo de motivo à maledicência da Corte?*

- *Eu diria, Senhora Princesa, que em todas as Cortes do Mundo, em todos os Palácios de todos os países, os homens falam mal das mulheres que eles cobiçam sem esperanças; e sempre houve lingüinhas de prata de mulheres feias azinhavrando a reputação de mulheres bonitas...*

- *E se essas mulheres bonitas dão motivo?*

- *Motivo sempre há, Senhora Princesa, porque existe um soberano maior do que os Imperadores e do que os reis, que é Sua Majestade o Amor. E foi sob o domínio desse "poder supremo" que Luiz XIV, da França, o Rei-Sol, ao saber que Mademoiselle de Lavalliére fugira do Palácio para o convento das Carmelitas, interrompeu uma audiência com o Embaixador da Espanha, indo imediatamente arrancar da casa de Deus aquela que era tudo para ele.*

A Princesa empalideceu de cólera e, não se contendo, explodiu:

- *E é essa a sua moral, Senhora D. Maria?*

- Não falei em moral, Senhora Princesa, apenas contei um bocadinho da história da França. Se magoei Vossa Alteza, peço-lhe perdão e a permissão para me retirar desta festa, onde talvez eu esteja sendo indesejável...

D. Isabel aproveitou a oportunidade dessa frase, e insinuou:

- Afinal, nós já nos compreendemos, o bastante, não acha Senhora D. Maria Guedes?

- Perfeitamente, Senhora Princesa, já nos compreendemos muito bem. O "calor" que nós ambas estamos sentindo produz um desequilíbrio em nosso sistema nervoso. E eu, prevendo que a "temperatura" vai aumentar e como receio muito "as temperaturas exageradas", peço licença a Vossa Alteza para me retirar, apresentando-lhe os meus respeitos, as minhas homenagens, a minha gratidão, a minha vassalagem de brasileira, até a morte. Com licença, Alteza.

E se afastou. Quando se aprestava para se ir embora, já se despedindo de uma amiga, surgiu ao seu lado D. Pedro II, perguntando-lhe carinhosamente:

- Oh! Senhora Maria Guedes, já se retira?

- Sim, Majestade.

Os olhos da encantadora viuvinha revelavam a angústia que lhe ia na alma pela afronta recebida da Princesa.

O Imperador compreendeu tudo, tudo...

Olhando para D. Isabel, viu-lhe na fisionomia uma expressão de cólera. Ela sabia da ojeriza de sua filha pela formosa e encantadora viscondessinha de Maranguape e temia que essa antipatia explodisse em algum escândalo.

Ao mesmo tempo, a grande afeição pela sua amiga obrigava-o a tomar uma atitude decisiva, que acabasse para sempre com aquela situação.

Murmúrios, falatórios e sorrisos maliciosos, tudo isso não passara despercebido ao soberano. Então o austero, o sábio, o sisudo Pedro II decidiu-se a pôr um ponto final nessa desagradável situação. Aproximara-se D. Teresa Cristina e a ela se dirigiu o Monarca:

- Teresa, a Senhora Maria quer retirar-se e eu, pela primeira vez na minha vida, vou ser Imperador "absoluto".

Virando-se, depois, para a bela Mariquita Guedes:

- Está vendo, Senhora Maria, neste momento não sou mais o Imperador Constitucional, e como monarca absoluto, eu lhe ordeno: Fique, porque quero que seja minha dama na quadrilha de honra que se vai dançar agora.

E com surpresa geral o Sr. D. Pedro II mostrou nessa noite, em plena festa do Paço, que nas suas veias corria o sangue do amoroso e destemido

Pedro I: Nesse baile famoso, a linda mulher que os mexericos da Corte apontavam como a "queridinha" do Imperador, com ele dançou a quadrilha de honra, afrontando assim a maledicência dos cortesãos.

E dois meses depois disso Sua Majestade era convidado para padrinho de casamento da viúva Maria Guedes Pinto, que se consorciava em segundas núpcias com o fornecedor de mantimentos do Paço, o rubicundo inglês mister Jones, protegido do casto, sisudo e sábio Sr. D. Pedro II.

Madame Jones, ex-Guedes Pinto, continuou a freqüentar as festas do Palácio, e os cortesãos também continuaram a tecer mexericos em torno da famosa Mariquita Jones e do Imperador.

Quem nunca duvidou de Sua Majestade foi a Imperatriz D. Teresa Cristina, que por certo poria a mão no fogo pelo seu fidelíssimo Pedro. E quando a filha lhe falou sobre aquela "espevitada" Guedes Pinto, depois Madame Jones, a Imperatriz sorriu cheia de uma absoluta confiança conjugal:

- Oh! Minha filha, ainda não nasceu, nem nunca nascerá, a mulher que tenha o poder de tentar o meu bom e fiel Pedro.

- Mas, minha mãe, aquela mulher é capaz de tudo. Deram-lhe até o apelido de "a mulher do próximo", porque os homens quando a enxergam infringem a lei do Decálogo: - não desejarás...

D. Teresa Cristina, cheia de bondade e confiança, sorriu novamente, e ao se aproximar de D. Pedro II, perguntou com meiguice:

- *Pedro, tu já pensaste algum dia em alguma mulher do próximo*?[5]

D. Pedro II franziu a sobrancelha, baixou os olhos, corou e respondeu:

- *Ora, Teresa, certamente que nunca...*

Entretanto, nesse mesmo dia, "tinha pensado" na mulher de Mister Jones, a bela e sedutora Maria Lopes Gama, ex-viúva Guedes Pinto, que vivia sempre no seu coração, dando-lhe doçuras e suavidades que o acalentavam, através dos dissabores da sua gangorra política de conservadores e liberais.

ꕥꕥꕥ

[5] Na verdade, D. Pedro II teve, pelo menos, 14 amantes conhecidas. A diferença do pai é que era um homem reservadíssimo, discretíssimo e muito culto, escondendo bem tais casos para não provocar escândalos (NE)

3 - A Francesinha do Imperador

Monsieur Pierre Saisset e sua mulher Madame Clemence, com o pé de meia de suas economias, vieram tentar fortuna no Brasil.

Desde logo o casal francês se estabeleceu na rua do Ouvidor; ela, com loja de modas; ele, com oficina de cabeleireiro, então, como hoje, profissões muito rendosas.

Um dos negócios do francês era muito promissor: modas e papéis pintados. A casa era na rua do Ouvidor, 98, frente da Rua Nova, sob a firma de Bernardo Wallenstein & Companhia. O “Companhia” dizia respeito aos Saissets.

Mas a riqueza almejada não caía tão depressa do céu como o maná do deserto bíblico.

Um dia, Pedro I viu em São Cristóvão a formosa Madame Clemence Saisset, que fora levar encomendas das senhoras palacianas e ajeitar penteados para uma festa. Achar bonita a francesinha, cobiçá-la e conquistá-la, tudo isso foi para o Imperador cousa de nada e para a francesa… maná do deserto.

Ademais, era uma francesa do Rio, e estas eram, segundo o sábio Jacquemont, umas “amáveis raparigas”.

Madame Saisset, porém, não preveniu o marido. Apaixonado, Sua Majestade perdeu a compostura do cargo e não querendo ser um Romeu ao luar, visitou a namorada, à noitinha, em sua própria casa.

Para afastar o marido, mandou-o chamar ao Paço, dando ordem ao camareiro mor que não o deixasse sair enquanto ele, imperador, não voltasse.

O elegante Saisset foi a S. Cristóvão, porém, anoitecera e desconfiado da grande insistência do camareiro que procurava retê-lo, suspeitou de qualquer coisa e saiu à francesa.

Pedro I jantara com Madame Saisset e, esquecendo-se da pragmática e do marido que deveria estar no Paço, desapertou a fardeta[6], com que estava vestido, descalçou as botas por causa dos calos, e como as cadeiras não fossem muito macias, com a devida licença, recostou-se no lindo leito que fronteava a sala de jantar. Tudo isso “inocentemente”, já se vê.

É claro que o cronista antigo, de quem tiramos o relato, envenena o episódio, pintando-o com outras cores...mais “realistas”. É que o protagonista era “real” em todas as acepções do vocábulo.

[6] tipo de fardamento usado por soldados quando fazem serviços internos ou na faxina; jaleco (NE)

De repente, surgiu, esbaforido, o dono da casa, clamando, faminto e cansado, pela sua querida Clemence. Reboliço e arranjos...

O Imperador quis saltar a janela. Deteve-o rapidamente a modista. Aquilo seria um grande escândalo.

Com a graça e inteligência gálica que lhe era peculiar, rasgou a camisa de dormir, com ela amarrando, em várias dobras, a perna direita do Imperador.

Trocaram algumas palavras para a comédia. Ela se vestiu ligeiramente, e abriu a porta do quarto.

Seu marido, na cozinha, empunhava um quarto de frango assado, e com ele se reconstituía.

E Clemence, compungida, explicou ao pacífico e razoável marido:

> **"Que ali perto sucedera um desastre: Sua Majestade o Imperador, não podendo refrear os corcovos do seu cavalo, caíra redondamente, torcendo o joelho direito. Ela, aflita, correra a auxiliá-lo e com alguns transeuntes, o recolheram. Ali estava ele, desapertado, na cama, sem poder andar. O médico fora chamado e tardava..."**

Saisset, jogando fora os restos de frango, irrompeu, aflito, pelo quarto a dentro, topando com o monarca, recostado no leito do casal.

Depois, em desabalada corrida, procurou o cirurgião do Paço e trouxe-o. O médico entrou. D. Pedro mandou fechar a porta do quarto e ficou com o esculápio para o curativo. Minutos após, o doutor saía, risonho.

E Saisset, apreensivo, interpelou:

- Coisa de cuidados sérios, Sr. doutor?

Respondeu o cirurgião:

> *"Que fora nada. Apenas engorgitamento dum músculo da perna. Lavagens quentes e fricções repetidas curariam aquilo em pouco tempo. Porém seria prudente que sua Majestade ficasse ali durante a noite. Na manhã seguinte o Imperador estaria bom e o referido músculo descongestionado."*

E partiu.

O francês Saisset entrou no quarto, e, cheio de mesuras, ofereceu-se para ir buscar a carruagem do Paço, porém, achava prudente que Sua Majestade não fizesse movimentos, pois, como dizia a Madame, poderia isso agravar o seu estado.

- Ademais, obtemperou a esposa, a Imperatriz, a essa hora, recebendo Sua Majestade assim, sem poder andar, poderia assustar-se. Um recado em nome do Imperador comunicaria que Sua

Majestade fora passar a noite na Quinta de Santa Cruz.

E assim se fez.

Nessa noite, conta com muita graça um cronista daquele tempo, o respeitável lojista da rua do Ouvidor dormiu no quarto da criada, enquanto a sua “virtuosa” esposa, Madame Clemence Saisset, cuidava, como “enfermeira”, do imperial doente.

Em verdade, o cirurgião-mór do Paço acertara com o diagnóstico: aquilo não passara de uma inflamação passageira do nervo da perna.

Mas a boa enfermeira, carinhosa e sabida nos cuidados domésticos, dos quais é parte principal a arte de curar, não fechou os olhos durante à noite, sempre atenciosa e cheia de carinhos para com o enfermo.

O caso é que, no dia seguinte, o nervo da perna de Pedro I estava descongestionado, graças à habilidade genuinamente francesa da gentil e bela enfermeira.

Essa hospedagem e a acertada terapêutica da francesa, foi a sorte grande para o casal Saisset.

Pedro I foi gratíssimo. Comprou e deu-lhe a casa em que moravam; condecorou-os; batizou por procuração o primogênito da Madame, nascido em Paris, depois do incidente.

Mais tarde, aberto o testamento da Majestade Bragantina, nele havia esta cláusula: uma boa dádiva em pecúnia ao seu "afilhado" Pedro de Alcântara, primogênito dos Comendadores Saisset.

Francisco Gomes da Silva, por alcunha "O Chalaça"[7], que de aprendiz de ourives e barbeiro se fizera embaixador e conselheiro, quis, na velhice, escrever as suas Memórias.

Contratou para isso um jovem de talento, que mais tarde seria o Visconde de Almeida Garret, e deu-lhe a incumbência do livro. Daí as "Memórias" publicadas por ele. Nelas se conta qualquer coisa.

Aliás, em 1838, escrevia ele ao Marquês de Itanhaém, referindo-se aos bens de Pedro I, do qual fora inventariante D. Amélia:

> **"Das outras partes a metade da terça, uma pertence ao filho de Mr. e Madame Saisset de Paris, que estão ansiosos para receberem a sua parte".**

Era a gratidão do Imperador do Brasil que ainda se manifestava à devotada enfermeira francesa:

[7] No capítulo 8 neste livro uma descrição do Chalaça. Ver sua história completa em "O Chalaça – O favorito do Império" do mesmo autor (NE)

“Bendita queda!” diria com os seus botões de ouro o nédio comendador Saisset.

“Saudosos tempos!” murmuraria, suspirando, a senhora comendadora, ex-modista francesa da rua do Ouvidor.

E ambos tinham razão...

A história da queda fora bem arranjada e a terapêutica da francesinha bem recompensada...

ꕥ

4 - O Duelo de Deodoro e Benjamim

Fervia a política republicana no caldeirão escaldante do Governo Provisório. As questiúnculas e intriguinhas de bastidores sucediam-se todos os dias, numa surda guerra de ministros para com ministros.

Floriano Peixoto, aparentemente impassível, animava, por detrás das portas, as irritações de todos contra o "generalíssimo" que proclamara a República.

O governador do Rio Grande do Norte, pedira, em telegrama dirigido ao ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, que era Benjamim Constant, a nomeação de um protegido de lá para tesoureiro dos Correios de Natal. O ministro, que já empenhara o seu compromisso com outro candidato, cumpriu a sua palavra e nomeou o seu protegido.

A política do Rio Grande do Norte gritou e apelou para o generalíssimo. Este reclamou de Benjamim, dizendo-lhe num bilhete que "*o candidato não nomeado era o seu candidato*" e terminava exigindo do seu ministro que reconsiderasse o seu ato.

Benjamim, numa carta, imediatamente respondida ao bilhete, negou-se a voltar atrás,

alegando que já assinara a nomeação e não se humilharia para satisfazer a caprichos de políticos. Deodoro, impulsivo e voluntarioso, irritou-se com a resistência do seu ministro.

Benjamim, que fora ardilosamente afastado da pasta da guerra, onde descontentara aos militares da velha guarda, porque somente dava postos de confiança aos moços e fazia promoções rápidas de seus ex-alunos da Escola Militar, não se sentia bem na direção do novo cargo que lhe coubera.

O interessante cronista dos casos complicados do Governo Provisório, o Dr. Abranches, numa de suas notas históricas, explica essa transferência que retrata claramente o saco de gatos denominado "Conselho de Ministros", estabelecido em 2 de janeiro de 1890, por um decreto de Deodoro:

> **"A criação da pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, não correspondera a uma necessidade imperiosa de caráter administrativo, como se procurou então justificar esse ato, mas fora um meio ardiloso de afastar Benjamim Constant da pasta da guerra".**

Um outro cronista da República completa as explicações da seguinte forma:

"Benjamim Constant, deixando-se influenciar por um grupo de moços que o cercavam, provocara no grosso do

exército profundos desgostos pelo ponto de vista em que se colocara na gestão dos negócios militares.

Daí queixas constantes e murmurações mais ou menos irritantes no seio das guarnições; daí atritos repetidos com muitos camaradas seus e com o próprio Deodoro, que também tinha as suas idéias e as suas afeições em esfera muito diversa da de Benjamim.

Esse antagonismo de princípios e de inclinações entre os dois fautores[8] de 15 de Novembro não achou a sua solução nem ainda nesse termo, e crescendo dia a dia, soprado por intrigas pequeninas e cavilosas[9], chegou a ponto de provocar uma vez, um uma das reuniões, uma lastimável explosão que quase se traduziu em vias de fato.

A verdade, porém, é que entre os membros civis do governo provisório pareceu o meio mais eficaz de apagar as dissensões entre Deodoro e Benjamim Constant dar a este uma pasta em que as suas aptidões técnicas mais bem se acomodassem, ao mesmo tempo em que se confiasse a secretaria da Guerra a um militar que, como o marechal Floriano, pudesse geri-la com mais êxito, pelo prestígio de que gozava nas fileiras, e pelo contato direto em que sempre vivera com os quartéis.

[8] Protetores, defensores (NE)

[9] Fingidas, hipócritas (NE)

Aceitou Deodoro, pressuroso, essa idéia, e combinou-se que à nova Secretaria se entregassem a instrução pública, os correios e telégrafos.

A fim de comunicar gentilmente esta deliberação
a Benjamim, que ignorava todos o plano dos seus colegas, concertaram estes que, em uma das reuniões do Gabinete, Cesário Alvim e Glicério se queixassem do acúmulo de serviço nos ministérios a seu cargo, e, proposta a criação da nova pasta, todos a *una voce*, declarassem que para dirigi-la estava naturalmente talhado o então ministro da guerra, incontestavelmente um dos mais ilustres engenheiros militares e reputado professor. E assim se fez.

Entretanto Benjamim Constant, na boa fé em que estava, antes mesmo que seus colegas se pronunciassem, lembrou o nome de Lauro Sodré, que fora o seu discípulo predileto, e era nesse tempo o seu secretário.

Deodoro, então, interveio, exclamando:

- Não senhores! Não concordo com isso. Em vez do discípulo que se escolha logo o mestre.

Todos aplaudiram a idéia, que a Benjamim pareceu um ato espontâneo da velha estima e admiração que lhe votava o seu companheiro de armas, e, dias depois, lavraram-se os dois decretos, nomeando para a nova pasta da Instrução, Correios e Telégrafos, a Benjamim

Constant, e para substituto deste, na pasta da guerra o marechal Floriano Peixoto, que pela primeira vez apareceu no conselho de ministros a 17 de junho de 1890.

O nome dele, todavia, figura no meio dos outros desde o dia 10 de maio, mas nessa reunião e nas de 17 e 31 do mesmo mês de Maio estava ausente com causa justificada.

Esta mudança produziu ótimos efeitos, amortecendo certas paixões perigosas que iam cavando a discórdia nas fileiras do exército, e que bem poderiam arrastar o país ao regime nefasto dos pronunciamentos militares."

Aí está bem claramente narrado o motivo pelo qual Benjamim Constant deixou de ser Ministro da Guerra do Governo Provisório para ocupar a pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criada especialmente para ele.

E foi como dirigente desse Ministério que ele deu motivo ao incidente do qual quase resultou uma cena de sangue em pleno Itamarati, entre os dois proclamadores da República, por causa da nomeação do tesoureiro dos Correios de Natal, no Rio Grande do Norte.

No salão de despachos do Palácio do Itamarati, no dia 27 de Setembro de 1890, estava reunido todo o Ministério, presidido por Deodoro.

O chefe do Governo envergava a sua vistosa fardamenta de Generalíssimo; Floriano, a de Marechal; Benjamim, a de General; Wandenkolk, a de vice-almirante; Campos Sales, Cesário Alvim, Glicério, Bocaiúva e Rui Barbosa, vestiam sobrecasacas.

Na ponta da mesa do despacho, tendo ao seu lado o secretário do Governo Provisório, Dr. Fonseca Hermes, Deodoro abriu a sessão:

- Senhores ministros, ao abrir a sessão devo desde logo declarar que certos acontecimentos têm de tal modo ferido o meu amor próprio que não posso assegurar as conseqüências dessas provocações pessoais...

Benjamim atalhou:

- Nós estamos em conselho de Estado e V. Excia. poderia falar com mais clareza. Queixas de quem e quais as conseqüências a que alude?

- Queixas do Senhor e vou dizer-lhe porque...

- É um favor de V. Excia. dizê-lo.

- Sim, tenho queixas amargas do Ministro da Instrução e Correios. É preciso que se atendam os pedidos dos governadores. Eu mandei seis ou sete vezes, com insistência mesmo, que o Sr. Benjamim Constant nomeasse uma pessoa para tesoureiro dos Correios de Natal e o Sr. Benjamim nomeou um protegido seu. Isso não está direito, nem é sério...

- V. Excia. tem o direito de me exonerar, mas não o de me ofender.

- Ofensa recebi eu de sua parte com este papelucho malcriado que eu vou ler para os seus colegas ouvirem os seus desaforos.

Em seguida, diante do silêncio geral, Deodoro leu a seguinte carta de Benjamim:

> **"Sr. Generalíssimo,**
> **Em resposta ao seu bilhete de hoje, devo dizer-lhe categoricamente que eu não nomearei tesoureiro dos Correios de Natal, no Rio Grande do Norte, o candidato do Governador, que também se fez seu candidato, pelo motivo seguinte: já assegurei a nomeação de outro, que já tomou posse do cargo e não me devo humilhar, torcendo a minha palavra dada para satisfazer caprichos de políticos da província. Se V. Excia. deseja essa humilhação, conceda-me antes a minha demissão e mande outro fazer aquilo que pode agradar à política, porém desagrada o meu caráter e o interesse da administração pública. Sem mais, etc."**

Todos os circunstantes empalideceram, prevendo uma tempestade. Benjamim Constant levantou-se e Deodoro também. O ministro deu dois passos para a frente e falou:

- Sr. Generalíssimo, procure outro Ministro, porque eu não voltarei mais aqui.

- *Pois não volte*, gritou Deodoro. *Mas leve consigo a sua carta malcriada, que eu lhe devolvo. O seu protegido já vai ser demitido por mim e nomeado o candidato do Governador do Rio Grande do Norte. Vou telegrafar-lhe que dê posse ao protegido dele. Eu sou o chefe de Governo e o Sr. um simples secretário.*

- *V. Excia. não tem razão. Sua queixa tem uma base falsa. Quando V. Excia. indicou o candidato do Governador, o outro por mim nomeado já tomara posse do lugar.*

- *Base falsa tem a sua amizade por mim. O Sr. nunca foi meu amigo. V. Excia. derrubou o trono para fazer isso que estamos vendo: regime do absolutismo. Isto não é República.*

- *Nem é República a intrigalhada que o Sr. fomenta com os seus ridículos positivistas.*

- *Eu intrigante? V. Excia. está perdendo a compostura do seu cargo.*

Ao ouvir estas palavras Deodoro, com os olhos coruscantes, pulou para a frente de Benjamim, e nervosamente segurando os copos de sua espada, esbravejou:

- *Nós somos militares, Sr. Benjamim. As questões de honra entre militares lavam-se com sangue. Puxe pela sua espada, que eu vou puxar pela minha.*

E desembainhou violentamente a sua espada. Benjamim virou-se para Floriano e murmurou:

- *Ele está louco!...*

- *Louco é você, seu canalha*, gritou Deodoro. E quando ia descarregar um golpe sobre Benjamim, sentiu o seu braço seguro no ar pelas mãos fortes de Campos Sales.

O ministro alvejado, que tirara também a sua espada da bainha e se pusera impassivelmente em guarda, foi seguro pelo Marechal Floriano Peixoto, que o levou em seguida para fora da sala, enquanto Campos Sales conduzia Deodoro da Fonseca para um aposento próximo, onde ele teve uma forte crise de dispnéia.

Um cronista que narrou a "História da República" assim se refere a este episódio:

> **"Conquanto a amizade destes dois heróis da República a princípio fosse muito grande, não faltaram alguns espíritos irrequietos e antagônicos que pouco a pouco semeavam entre eles a discórdia. Nasceram daí pequenos atritos que, repetindo-se quase diariamente, chegaram a produzir a ruptura das relações. Finalmente, na sessão de 27 de Setembro de 1890, Deodoro atacou brusca e inopinadamente a Benjamim que, replicando-lhe também com violência, quase que dava lugar a uma cena trágica, pois um se colocou em face do outro, na**

> **atitude de se baterem em duelo, dentro da mesma sala de despachos do palácio do Itamarati: "*Somos militares, bradou Deodoro, puxe pela espada que eu puxarei pela minha*". E parecia querer lançar-se sobre Benjamim, que permanecia impassível. Felizmente a intervenção de dois ministros conseguiu que o incidente não tivesse conseqüências mais desagradáveis, pois Floriano levou Benjamim para fora da sala, enquanto Campos Sales conduzia Deodoro para um aposento próximo, em que o bravo soldado foi atacado de forte acesso cardíaco".**

Por aí se vê que em 27 de Setembro de 1890 se não fosse Campos Sales, Deodoro da Fonseca teria espetado na sua espada, em pleno salão dos despachos do Itamarati, o seu colega de proclamação da república Benjamim Constant, então ministro do Governo Provisório.

E nesse caso a História do Brasil teria mais um capítulo trágico com este título:

De como o generalíssimo Deodoro espetou na sua espada o seu ministro Benjamim Constant.

ꕤꕤꕤ

5 - O Padre Anchieta, enforcador

Levantara-se, havia pouco tempo, o pelouro da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Os guerreiros de Mem de Sá levaram de vencida os franceses de Villegaignon e mais os seus aliados tamoios.

Aí, entretanto, se verifica um acontecimento extraordinário: É que as festas comemorativas da fundação da cidade se realizariam com o enforcamento de um prisioneiro francês: o protestante e herege João de Bolés.

Este já estivera preso no Rio em 1559 e de lá fugira para S. Vicente, de onde retornara para junto dos tamoios, seus amigos.

Mem de Sá condenara o inimigo sumariamente: que poderia esperar um francês herege de um português católico? Pois o diabo do “estranja” não dera tanto trabalho aos colonizadores lusitanos?

- *Que fosse enforcado*, ordenou Mem de Sá.

Aprestou-se a forca. Em torno dela os guerreiros do Governador do Brasil reuniram-se, rodeando-a num círculo fúnebre.

O padre José de Anchieta foi encarregado de acompanhar o condenado. Antes, porém,

conseguiu, depois de horas de discussões teológicas com o que ia morrer, converter para a Santa Madre Igreja esse herege francês que levantara os tamoios contra os portugueses.

E ali, no cimo do morro do Castelo, a força se levantara, sinistramente, à espera da vítima.

Falou Anchieta ao condenado:

- João de Bolés, Deus se amerceou de tua alma, convertendo-te nos teus últimos instantes de vida à verdadeira fé.

Respondeu o francês:

- Padre, eu te agradeço do fundo do coração o me teres revelado a Verdade Divina que é essa que estás ensinando neste continente.

E o condenado subiu os degraus do patíbulo. Cercavam-no Mem de Sá e os seus soldados, ainda aquecidos pelo triunfo contra os franceses e tamoios.

O carrasco fez a laçada. A um sinal do comandante das armas, o corpo de João de Bolés ficou suspenso no ar. Mas o homem não morrera. A sua face congestionada inspirava horror. E o condenado ainda vivia. O laço, apanhando muito por cima o pescoço, não estrangulara.

Retiraram então o corpo da laçada da forca e o padre Anchieta, condoído da aflição do francês, repreendeu o carrasco da sua imperícia

desumana. Mostrou-lhe como se fazia o laço e como se devia puxá-lo para se evitar ao réu a barbaridade de aflições horripilantes, qual a de ficar o condenado suspenso no instrumento de suplício sem morrer.

Novamente levantando o corpo do prisioneiro, foi puxada a corda pelo carrasco e João de Bolés estrebuchou nos seus derradeiros instantes de vida. Consumara-se o enforcamento com a intervenção do padre.

Este caso, que se relata com os fundamentos da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, foi citado em Roma contra a canonização do padre José de Anchieta, no fim do século passado.

O papa nomeou um cardeal para defender a santidade do apóstolo catequista de Piratininga e um outro para o acusar. Ao primeiro se deu o nome de "*advogado de Deus*", e ao outro..."*advogado do Diabo*".

E o advogado do Diabo, contra a canonização de Anchieta, citou o episódio trágico da vida do padre, lendo umas páginas da "*Crônica da Companhia de Jesus*" escrita pelo notável jesuíta Simão de Vasconcelos, que assim discorre:

"Aquele herege João de Bolés, de quem dissemos no ano de 1559 que fora fugido do Rio a S. Vicente, e dera ali em entender ao Padre Gran, em atalhar seus falsos

dogmas: agora dá que fazer aqui ao Padre José: porque depois de ser mandado preso à Bahia, foi trazido (não se diz a causa porque) a este Rio de Janeiro, porventura para que fosse castigado no lugar onde começara a fazer suas heresias, ou porque ali teria cometido outro algum delito grave; como quer que seja: o Governador Mem de Sá mandou que fosse justiçado em mãos de um algoz, e aos olhos dos mesmos inimigos (que ainda restavam). Para ajudá-lo em tão duro transe, foi chamado o Padre José de Anchieta; achou o herege pertinaz em seus errados fundamentos, pediu que se detivesse mais tempo a execução da justiça e entre aquelas tréguas da vida falou o novo sacerdote ao réu com grande espírito, e eficácia de razões, que converteu seu empedernido coração, e veio a reconciliar com a Santa Igreja aquela ovelha perdida e quase tragada do lobo infernal, com aplauso do Céu, e dos homens. Porém, aconteceu aqui um caso digno de ser sabido: porque o algoz, quando foi à execução do castigo, como era pouco destro no ofício, detinha o penitente no tormento demasiadamente, com agonia e impaciência conhecida. José, que via este erro tão grande, e receava que por impaciência se perdesse a alma de um homem, por natural colérico, e tão pouco havia convertido; entrou em zelo, repreendeu o algoz, e instruiu-o de como havia de fazer seu ofício, com a brevidade desejada: ato de fina caridade. Sabia muito bem José a pena das leis eclesiásticas, que suspendem seu ofício a todo aquele que sendo sacerdote acelera a execução da morte, em qualquer ocasião que seja, ainda que pia; porém preponderava com ele mais a caridade que devia ao

próximo e respondeu aos que lhe perguntaram a causa de tal resolução desta maneira: "Porque o dano de minha suspensão não é ofensa de deus, e tem remédio com a absolvição da Igreja: porém o dano daquela alma, se ali se perdera por impaciência, era pecaminoso, e não podia remediar-se; e pela salvação de uma alma vivera eu suspenso toda a minha vida." [10]

Oh! resolução de engenhosa caridade! O Governador Mem de Sá depois deste castigo partiu para a Bahia, contente dos sucessos que Deus lhe dera, deixando com o governo daquelas partes a seu sobrinho Salvador Corrêa de Sá.

E assim o "advogado do Diabo" venceu o "advogado de Deus", pois o padre José de Anchieta, embora mereça o título de santo, não foi "santificado" somente porque... ajudou a enforcar o francês João de Bolés, conforme o relato do padre jesuíta Simão de Vasconcelos, ilustre cronista da Companhia de Jesus.

ꟷ

[10] Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, ano de 1567, parágrafo 116, pág. 63, livro III, vol. II, de autoria do padre Simão de Vasconcelos, jesuíta.

6 - O preço dum General

O manifesto republicano de 3 de Dezembro de 1870 causou no espírito público a impressão de uma vistosa girândola de fogos de vista.

Os partidos monárquicos, quer o liberal, quer o conservador, revezavam-se no poder, amparados pelas respectivas máquinas eleitorais, e ora subia um, ora outro, como se a política imperial fora simplesmente uma balança de duas conchas cujo fiel era o poder moderador representado pelo monarca.

Os republicanos conseguiram, com a sua inteligente propaganda, alguns lugares na representação nacional, porém, em 89, na última eleição feita no Império, sofreram fragorosa derrota.

Em S. Paulo os dois chefes de grande prestígio, Prudente de Morais e Campos Sales, foram vencidos respectivamente pelo conde do Pinhal e pelo Dr. Silveira Cintra.

Se não fora a habilidade republicana no aproveitamento da questão militar, que latejava, havia alguns anos, como um tumor maligno no corpo enfezado da Monarquia, os pregadores da república não veriam tão cedo a realização dos eu ideal.

Só triunfarão revoluções no Brasil quando tiverem a cooperação dos diretores da engrenagem militar, qual se deu no movimento de 15 de Novembro de 89, e pouco depois, na queda de Deodoro, em 23 de Novembro de 1891.

No primeiro caso, Deodoro era o chefe querido das classes militares. O governo recebera o aviso do levante e entregara a sua defesa ao tenente-general Floriano Peixoto e ao general Almeida Barreto.

Porém, ambos eram parceiros de bernarda[11]. Se outro tivesse sido o comandante das tropas monárquicas, um outro que soubesse cumprir o seu dever, a então legalidade, que era o Império, não teria sucumbido.

No segundo caso, Deodoro, sentindo-se traído pelos seus dois grandes amigos, Floriano e Custódio, temendo os horrores e os perigos de uma guerra civil, arrependido do golpe de Estado, poucos dias antes desferido contra a Constituição, e com seu mal antigo agravado, provocando-lhes freqüentes e terríveis dispnéias, resolveu deixar-se vencer e resignou o mandato de presidente da nação para o seu substituto legal, que conspirara contra ele.

É fora de dúvida que não foram o povo e o partido republicano os fautores da república. Foi a questão militar.

[11] Motim, desordem (NE)

Alfredo Chaves, ministro da guerra, repreendeu-os com severidade e expediu a todos os corpos do Exército e repartições anexas uma circular em que firmava a doutrina da ilegalidade das manifestações de militares, a quem não assistia o direito de publicar artigos nos jornais.

Essa circular foi o rastilho de pólvora que iria incendiar mais tarde a consciência do Exército, provocando, três anos depois, a explosão de 15 de Novembro de 1889.

A questão surgiu, a latejar. De um lado o governo, com a sua doutrina áspera e asfixiante; de outro, a consciência militar protestando pelo que chamava o mais sagrado dos direitos do homem livre.

Nessa época, comandava a região militar de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o general Manoel Deodoro da Fonseca.

Valente e resoluto, híspido[12] mas bondoso, impulsivo mas querido, Deodoro imediatamente se pôs ao lado dos camaradas contra o governo. E, em Porto Alegre, permitiu que se fizesse uma reunião militar de protesto. Fez mais ainda, pois aprovou o que nela se resolveu.

Esse prestigioso e valente cabo de guerra comandava as melhores tropas do exército, que eram as do Rio Grande do Sul. Sua coragem e sua impulsividade constituíam o seu apanágio, já

[12] Arrepiado (NE)

sobejamente conhecido. E por isso era temido e temível.

Presidia o ministério o barão de Cotegipe, que desde logo temeu a interferência de Deodoro na questão militar, e tentou afastá-lo do movimento, a princípio pela intervenção de amigos, depois pelo suborno.

Esse estadista não escondia a sua aversão pelos militares e dizia publicamente que venceria os mais graduados com os favores do governo, e os outros com os castigos da lei.

Além do posto de comandante das armas das tropas riograndenses, Deodoro ainda era o vice-presidente da província.

Cotegipe, em correspondência oficial, apelou para o patriotismo de Deodoro e ordenou-lhe que, conforme os preceitos da lei, e na sua dupla função de comandante das armas e vice-presidente em exercício, processasse e punisse os revoltosos transgressores do Regulamento Militar.

Retorquiu o velho cabo de guerra ao poderoso ministro que não competia a ele, na função de comandante das armas e vice-presidente, aplicar as penalidades, porque já se não considerava mais em tais cargos, tendo pelo mesmo correio seguido o pedido de sua exoneração e, outrossim, levava ao conhecimento do governo a sua afirmação de solidariedade para com os camaradas que defendiam uma prerrogativa

militar. Acrescentou depois de algumas considerações:

> **"E, senhor ministro, creia V. Excia. que eu não tomei a iniciativa desse ato incriminado de revoltoso e sujeito a penalidades, porque os cargos que exercia de comandante das armas e vice-presidente em exercício me impunham o dever de falar ao governo pessoalmente, como seu agente na província, e não coletivamente em nome dos militares, a cuja classe pertenço, levantando e defendendo os mais justos direitos e proclamando as mais justas queixas".**

O barão de Cotegipe, segundo se infere de um artigo da época, levou o caso ao imperador que, alarmado, quis apelar para a amizade e gratidão do seu amigo e protegido.

Isso diria, observou o ministro, uma diminuição de autoridade. Ademais, ele traria o general Deodoro para a causa do governo, pois sabia como se "conquistavam" generais.

Nessa crença, lançou mão do suborno. Ofereceu a Deodoro uma cadeira de senador, o título de Visconde de Mato Grosso e expediu ordens ao departamento de Guerra para que, a pretexto de ajudas de custo, se lhe desse, ao general, uma certa quantia.

E prelibou[13] o gostinho do triunfo, embora julgasse caro o preço pelo qual pretendia comprar a dedicação e as divisas de um general. Era caro mas quem pagava era o governo, e o governo precisava.

Deodoro da Fonseca, soldado rude mas honesto, sincero e bom, leal e abnegado, não abandonou os seus companheiros de armas pelas humilhantes vantagens de uma traição rendosa que lhe dava até os foros de nobreza e a senatoria vitalícia, além de certa quantia em dinheiro, e respondeu altivamente numa carta publicada nos jornais desse tempo, depois reproduzida em livro:

> **"Sr. Ministro:**
> ***A minha resposta é que as cadeiras do senado devem ser oferecidas aos políticos e aos que se julgarem aptos para serem legisladores e que quanto ao título nobiliárquico, eu me contentarei com a nobreza dos sentimentos. Quero ser simples soldado, e portanto recuso uma e outra coisa, preferindo antes de tudo ficar ao lado dos meus irmãos de armas".***

E em post-scriptum, esta chicotada na face do governo corruptor:

> **"Minha família sou eu e mais minha mulher. Dispenso as ajudas de custas. Basta-me o soldo a que por lei tenho direito".**

[13] Sentir prazer antecipadamente (NE)

E não se vendeu. Cuspiu no prato de lentilhas apresentado pelo ministro Cotegipe, que prometera ao Imperador a dedicação dum general, cujas divisas pretendera comprar com posições e honrarias, esquecendo-se que os bordados de um general brasileiro não se vendem nem se compram, porque, sendo o apanágio do nosso glorioso exército, traduzem a sacrossanta dignidade da pátria.

ཌྷཌྷཌྷ

7 - A Matança do Quilômetro 65

Em 16 de setembro de 1831 o ministro dos estrangeiros da França, conde Horácio Sebastiani, respondendo na Câmara dos Deputados a uma interpelação sobre a Polônia, cuja independência era aparentemente patrocinada pelos franceses, afirmou, com a responsabilidade de seu alto cargo, e sob a sua palavra de honra:

- *"Senhores, podeis confiar em minha palavra, que é a palavra do governo: "Reina a paz em Varsóvia. A liberdade impera na Polônia"...*

E Sebastiani, o grande e honrado ministro, no seu longo discurso publicado no "*Moniteur Universel*" de 17 de Setembro de 1821, pedia aos franceses que confiassem na ação patriótica do governo, que tudo ia muito bem, que era um mar de rosas a situação da Europa, e que a querida e nunca jamais abandonada Polônia estava no regime do progresso e da prosperidade, pois, em sua capital, Varsóvia, reinava a paz.

Paz em Varsóvia! Essa paz afirmada na tribuna da Câmara dos Deputados e nas colunas do jornal oficial por um homem que levava aos representantes do povo a palavra de honra do governo, essa paz cantada em um longo discurso

ministerial, era a paz das hecatombes, dos morticínios, da sangueira, a paz dos cadáveres...

Varsóvia estrebuchava nessa ocasião nas férreas mãos dos cossacos. A mocidade polonesa, entrincheirada na Universidade, resistia com heroísmo, e os últimos patriotas combatiam pela liberdade, asfixiada pela Rússia.

Os prelos do mundo proclamaram a sensacional notícia datada de Cracóvia em 1° de setembro:

> **"O general Krakovieski foi efetivado no cargo do governador militar de Varsóvia, com amplos poderes que decorrem do estado de sítio. Essa medida é apenas preventiva, porque reina a paz em Varsóvia e em toda a Polônia. O povo, tranqüilo e feliz, aplaude o governador e apoia a política do Czar".**

E essa notícia se proclamava aos quatro ventos da terra quando os últimos patriotas se opunham ao regime do cnut e aos grilhões russos; quando Kosiusko, a encarnação viva da alma patriótica polonesa, baqueava, exclamando o "Finis Poloni "; quando a tirania moscovita saciava na carnação palpitante da pobre e desprotegida vítima a sua ferocidade liberticida; quando se extinguia o último sopro da independência e da liberdade de um povo.

E ainda havia um ministro de estado, que ia ao Parlamento hipotecar a palavra de honra do governo, afirmando a paz e a liberdade de um

pobre e desgraçado povo que estrebuchava sob as botas da mais negra tirania que a História tem registrado.

O general Krakovieski, o sanguinário, fuzilava, diariamente, dezenas de poloneses prisioneiros, alvejava com os seus canhões a Universidade, invadia domicílios, desrespeitava a soberania da própria moral, esmagava todos os sentimentos de humanidade, e com as suas botas cossacas encharcadas do sangue da mocidade patriótica de Varsóvia, mandava ao Czar Alexandre I, para que o transmitisse à Europa, a cínica mentira oficial: "Reina a paz em Varsóvia".

Grandsville e Forest, caricaturistas de talento, imortalizaram o cinismo da mentira oficial, dessa monstruosa hipocrisia russa, num quadro da revista "*La Caricature*", de outubro de 1831. Aí se vê um soldado brutal, de fisionomia tigrina, levantando ao ar uma baioneta ensangüentada, em cuja ponta se acha uma cabeça de mulher, e em torno, cadáveres de homens, mulheres e crianças. Em cima do quadro, a legenda explicativa: "A paz reina em Varsóvia".

***

Essa declaração do ministro francês Sebastiani, lembra uma outra, a do Governador do Paraná, Dr. Vicente Machado, ao presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, expressa no seguinte telegrama, publicado nos jornais do Rio de Janeiro:

> "Presidente Marechal Floriano.
> É com prazer que comunico a V. Excia. que tudo vai bem. Nenhuma anormalidade. Reina a paz aqui. Viva a República!
> Vicente Machado, governador".

Entretanto, essa paz anunciada pelo governador do Paraná era idêntica à de Varsóvia: a paz do sangue derramado; a paz das lágrimas de viúvas e crianças atiradas na orfandade; a paz dos cadáveres de cidadãos sumariamente fuzilados: era uma paz de Varsóvia, essa famosa paz de Curitiba.

Na antevéspera desse telegrama se verificara o fuzilamento de vários cidadãos da elite social paranaense por simples suspeitas de oposicionamento ao governo.

A História registra tal acontecimento com a denominação de "***A matança do quilômetro 65***".

Era então comandante do distrito militar do Paraná o general Ewerton Quadros, pessoa de confiança do marechal Floriano. Em Curitiba governava o Dr. Vicente Machado, presidente do Estado.

O famigerado e sanguinário coronel Moreira César movimentava um batalhão, que se notabilizara pelas mais execrandas violências: morticínios de cidadãos indefesos, saques, estupros em

mulheres em meninas, incêndios, violações de todas as espécies.

Uma carta anônima apontara como adeptos da revolução aos cidadãos Barão do Cerro Azul, negociante e fazendeiro; José Lourenço Schneider, negociante; José Joaquim Pereira de Moura, médico; Rodrigo de Mattos Guedes, farmacêutico; Balbino Carneiro de Mendonça, advogado; Presciliano Correia, corretor; João Feliciano de Castro, funcionário público; Adolfo Guimarães, exportador de erva mate.

Recebida a denúncia, as casas desses homens respeitáveis foram varejadas em alta hora da noite e todos eles arrancados dos braços de suas esposas e dos seus filhos para serem encarcerados.

Embora protestassem serem inocentes e nada contra eles constasse de positivo, foram cientes de que, por ordem superior, seriam levados no dia seguinte, 20 de Maio de 1894, para o porto de Paranaguá, de onde seguiriam escoltados para o Rio de Janeiro.

Incomunicáveis, deitados em tarimbas[14], os desgraçados foram acordados às 10 horas da noite desse mesmo dia 20. Apenas com a roupa do corpo, seguiram a pé para a estação no meio de uma escolta acompanhada pelo tenente José Moreira, parente e pessoa de absoluta confiança do Cel. Moreira César.

---

[14] Cama de madeira em que dormem soldados (NE)

A noite era trevosa e fria, e aqueles infelizes, com as roupas encharcadas, pois chovera durante o trajeto, afinal atingiram a estação, pouco antes das 11 horas. Lá estava, coberto por um largo capote preto, o coronel Moreira César.

O barão do Cerro Azul pediu ao tenente para dizer duas palavras ao coronel e este veio atendê-lo.

- Sr. Coronel, não há nenhuma prova de que eu seja revoltoso; vivi sempre e vivo para a minha família; nunca fiz mal a ninguém; não sou político; por que me prenderam e me mandam para o Rio?

- Você, seu barão, não batizou na matriz uma criança com o nome de Gumercindo?

- Batizei, é verdade.

- Você não é admirador do Gumercindo Saraiva, esse nojento gringo que com as suas tropas tem dado tanto trabalho ao governo?

- Não senhor. Somente o conheço de nome.

- E por que escolheu o nome de Gumercindo para o seu afilhado?

- Mas não fui eu. Foi a própria mãe dele.

- Ah! foi a mãe dele? Havemos de ver isso. Adeus, o trem vai partir.

E virando-se para o tenente:

- Embarque essa gente, tenente Moreira, e faça a "parada" no quilômetro 65.

- Suas ordens serão cumpridas, coronel.

O trem apitou, uma coluna de fumaça escura, batida pela chuva, esparramou-se na atmosfera. E quando a máquina já desaparecera além, o coronel Moreira César, na plataforma da estação, soltando uma baforada de seu cigarro caipira, tomou pelo braço um rapaz que se achava ao lado e que era um dos secretários do governador Vicente Machado:

- Moço, diga ao "seu presidente" que os conspiradores já se foram para a viagem que não tem volta.

E sorriu, um sorriso amarelo e mau, mostrando uma fileira de dentes escurecidos pelo sarro do cigarro, apodrecidos pela sífilis e bambos pelo escorbuto. O seu modo de rir era sinistro.

Os presos conversavam tristemente. Um presságio lutuoso torturava aquelas almas desgraçadas de vítimas. De repente, o trem deu um solavanco e estacou. Era o quilômetro 65.

Metade da escolta desceu do vagão, e a outra metade, lá dentro, montou guarda aos prisioneiros. O tenente, do lado de fora, gritou:

- Barão do Cerro Azul, desça...

O barão obedeceu e saiu do trem. Ao lado esquerdo dos trilhos uma esguia esplanada, em cuja extremidade se abria um profundo despenhadeiro. Na frente, oito soldados de carabinas embaladas, formavam um lúgrube pelotão.

- Barão do Cerro Azul, eu tenho ordens superiores para fuzilá-lo no quilômetro 65. Aqui é o quilômetro 65. Se é religioso, reze, porque vai morrer.

- Tenente Moreira, eu não conspirei contra o governo, eu não sou revoltoso, eu não fui processado, nem contra mim há provas. Por que mandaram matar-me?

- Cumpro ordens e não as discuto. Prepare-se para morrer.

O Barão do Cerro Azul tinha como berloque da sua corrente um retratinho esmaltado de sua esposa. Tirou a corrente do bolso, beijou a medalhinha com o retrato daquela que iria ficar viúva, e entregou o relógio ao tenente, dizendo-lhe:

- Os condenados têm direito a um último pedido. Este é o meu: faça chegar isto às mãos de minha mulher. Vou morrer, vítima inocente de uma desumanidade horrível.

- Será entregue, barão.

- Muito obrigado, tenente.

E o barão ajoelhou-se, pensando na sua esposa e em Deus. Ele ainda não terminara a sua prece quando a um sinal do tenente José Moreira o pelotão de soldados fez pontaria e desfechou a descarga.

Varado por oito balas o barão de Cerro Azul baqueou de bruços, murmurando:

- *Meu Deus, coitada da minha mulher...*

E o seu último pensamento foi para Deus e para sua mulher.

Um sargento, com o pé direito, empurrou o corpo da vítima para o precipício e aquele cadáver ensangüentado despenhou-se num ruído surdo e macabro.

Os outros prisioneiros, inteirados do fuzilamento do barão, aterrorizaram-se e perderam a serenidade de ânimo.

Balbiano de Mendonça, não atendendo ao chamado do tenente, foi arrancado brutalmente do vagão, e alucinado pelo terror, agarrou-se ao breque de carro. Um soldado quebrou-lhe os punhos a coices de carabina e depois de jogado ao chão, recebeu a descarga que o matou.

O outro, Mattos Guedes, iludindo a vigilância da escolta, conseguiu num salto ágil pular pela janela do carro e precipitar-se no despenhadeiro.

Rolara uns 10 metros e encontrara uma árvore que inclinada para o precipício, o reteve com os seus galhos.

Os soldados do pelotão correram para lá e vendo-o dependurado, suspenso no abismo, apontaram-lhe as carabinas.

- *Não me matem pelo amor de Deus!* gritou ele.

Uma descarga foi a resposta ao apelo feito em nome de Deus, e o corpo do desgraçado lá se foi despedaçar-se na pedras pontiagudas daquele precipício.

Os outros presos agarraram-se pelos bancos do vagão e forcejavam por não saírem. O tenente irritado por aquela resistência, ordenou aos soldados.

- *Acabem com isto aí mesmo.*

E ali mesmo, dentro do vagão, os outros presos foram cruelmente assassinados a tiros de carabina, desfechados à queima-roupa.

O tenente José Moreira, cumprindo ordens superiores, dera cabal desempenho à sua funesta incumbência.

Era ordens do coronel Moreira César... e seriam também as do presidente Dr. Vicente Machado? Quem o sabe?

E assim reinou a paz, uma paz sangrenta de Varsóvia, na cidade de Curitiba, paz comunicada ao Presidente da República, pelo Presidente do Paraná, Dr. Vicente Machado, dizendo que ali tudo ia admiravelmente bem.

Entretanto, por aquelas paragens, o sangue dos fuzilados encharcava as estradas e as campinas verdoengas.

Era essa uma paz tarjada de sangue.

ᘓᘐᘓᘐᘓᘐ

8 - O Alcoviteiro de Pedro I

Nos primeiros tempos do primeiro Império, duas criaturas exerciam sobre D. Pedro decisiva influência. Uma era a amante, Domitila; outra, o seu mais íntimo amigo, alcoviteiro e capanga – o Chiquinho Gomes, conhecido por "Chalaça".

Sobre a formosa sereia paulista muito se tem escrito, por penas de mestres admiráveis como Alberto Rangel e outros. Porém o Chalaça durante muito tempo permaneceu no esquecimento, apesar de ter sido um dos mais poderosos favoritos do império.

Entretanto, quem era o Chalaça? Qual o seu nome completo? A que família pertencia? Que fez de notável para ter assim assombrosa influência a ponto de ser bajulado até por ministros? Vejamos.

Francisco Gomes da Silva, aportado ao Rio com um tio relojoeiro e ourives, dedicara-se à profissão do protetor, sem contudo passar de aprendiz, tal a sua falta de inabilidade para o ofício.

Cansado de desmanchar relógios dos fregueses do tio e de fundir pechisbeques[15] e ouro, afinal resolveu ser barbeiro, para o que se instalou, segundo rezam as crônicas, numa loja da rua do

[15] Liga de cobre e zinco que imita ouro – ouro falso (NE)

Piolho (hoje da Carioca). Aí se aplicavam bichas[16], se arrancavam dentes, se pelavam rostos e se sangrava a veia do suplicante aflito.

Porém, Chiquinho Gomes era esperto. E apesar de tão mau barbeiro como fora mau ourives, ganhou popularidade, quer pela destreza com que manejava a língua, nos remoques e chalaças, quer pela perícia com que, de noite, movimentava a navalha, o cacete e dedilhava o seu inseparável violão.

Mas a popularidade primacial que o celebrizou, foram as suas famosas chalaças. Daí o seu apelido: Chiquinho Chalaça, ou simplesmente, - "O Chalaça". [17]

Em 1820 havia na rua da Viola (hoje Teófilo Ottoni), uma casa de hospedagem de Maria Pulqueria, cognominada – "Maricota Corneta", porque dava o sinal das refeições com uma corneta que pertencera ao seu defunto marido, corneteiro do antigo corpo de infantaria da corte.

Depois das ave-marias, sua casa se enchia do que tinha de melhor, na pândega e na valentia, o Rio de Janeiro desse tempo.

De vez em vez, a polícia do intendente João José da Cunha dava uma batida na espelunca e levava para o calabouço meia dúzia de desordeiros.

---

[16] Sanguessugas (NE)

[17] Chalaça - Caçoada, deboche, troça, zombaria - Dito de mau gosto, grosseiro (NE)

Às vezes era a polícia que fugia, deixando na dobrada das esquinas alguns mortos e feridos.

Tão falada era essa hospedaria que, um dia, o príncipe D. Pedro resolveu conhecê-la de perto.

Disfarçado com uma grande capa paulista, acompanhado de um valente e robusto camareiro, foi, à noite, visitar a “Hospedaria da Corneta”.

Entrou. Discutia-se política e marafonices[18]. Já se percebe que o vocabulário e as frases eram bocagianas[19], capazes de fazer corar o mais resistente frade de pedra.

Chalaça trocava versos, dedilhando sua viola, com um pretalhão de olhos esbugalhados, ex-escravo do paço, alforriado por ter salvo a vida de Carlota Joaquina, num acidente de cavalo. Chamava-se ele José Januário.

Aboletado numa das mesas de madeira tosca, D. Pedro assistiu à disputa dos dois turunas[20].

De repente, José Januário, encarando o pseudo paulista, abriu a boca num sorriso alvar e cantou:

---

[18] marafona: prostituta reles; rameira; meretriz (NE)

[19] Bocage: poeta português (1765-1805) famoso por suas histórias obscenas em linguagem vulgar (NE)

[20] Turuna: Que é forte, valente, poderoso; que é capaz de enfrentar qualquer coisa. (NE)

Paulista é pássaro bisnau[21]*,*
Sem fé, nem coração:
É gente que se leva a pau,
A sopapo ou pescoção.

Toda a assistência olhou para o homem do capote paulista e riu numa estrondosa gargalhada.

D. Pedro, rubro e nervoso, levantou-se. Afastando, colérico, a ponta do seu grande capote, com que ocultara a face ao entrar na espelunca, gritou ao companheiro, dando-se a conhecer:

- *Meta o pau nessa canalha...*

O negralhão branqueou ao reconhecer o príncipe e... azulou na mais desabalada das corridas, emprestando a melhor canela do veado da fábula.

Os valentes sumiram, com exceção de um: "O Chalaça". Para ele investiu o companheiro do príncipe, de cacete erguido.

Esperto como um raposão, Chiquinho Chalaça evitou o golpe e com uma rasteira de arraia, pôs no chão, de pernas no ar, o agressor. Tomou-lhe o pau e, segurando-o pelo casaco, atirou-o, por uma porta, para o quintal da hospedaria.

Maricota Corneta escondeu-se debaixo da mesa.

[21] Pássaro bisnau: pessoa muito esperta e fina, com grande astúcia para enganar (NE)

Defrontaram-se apenas dois homens: o Chalaça e o príncipe. Este último tremia de furor.

Então, calmo e sereno, o barbeiro tirou o largo chapéu catalão que usava, e, numa curvatura de gentil-homem, fazendo com o sombrero um semicírculo no ar, quase tocando o assoalho, um sorriso nos cantos dos lábios, murmurou.

- *Francisco Gomes da Silva apresenta a Vossa Alteza os seus respeitos e os seus serviços.*

D. Pedro não se conteve. Estrondeou numa formidável gargalhada, dessas que só os portugueses sabem dar depois de um bom vinho de Trás-os-Montes e de uma bacalhoada minhota. Em seguida, alegre e aceitoso[22]:

- *Chalaça, tu és um homem...*

- *Permita Vossa Alteza que lhe diga o prognóstico de minha tia: chamava-me ela Sr. comendador.*

D. Pedro, de braços abertos, caminhou para o barbeiro e apertando-o num grande amplexo, exclamou:

- *Comendador Chalaça, levo-te comigo para o Palácio.*

Na manhã seguinte o barbeiro Francisco Gomes da Silva fechava a sua lojinha na rua do Piolho, e, enfarpelado com faustosa indumentária, passeava

[22] Agradável, acolhedor (NE)

pelos corredores do paço, ostentando faceiramente uma comenda na lapela. D. Pedro fizera dele um amigo do peito, companheiro de serenatas e aventuras noturnas.

Mais tarde, querendo nomeá-lo Marquês, e encontrando franca oposição do Visconde de Barbacena, e de toda a Corte, resolveu transformá-lo em diplomata.

E assim o barbeiro Chalaça, que fora a maior influência política junto ao imperador, foi para a Europa como ministro plenipotenciário do Império do Brasil.

No fim da vida, pagou a Almeida Garret para escrever as suas Memórias, publicadas em meados do século XIX, em boa linguagem e riqueza de episódios.

E sobre ele muito escreveram os gazeteiros daqueles tempos, uns atacando, outros louvando.

A boa tia bem lhe diagnosticara o “faustoso” futuro...Alcoviteiro-mor de Sua Majestade o Sr. D. Pedro I, “notável figurão” do primeiro reinado, o “Comendador Chalaça” é uma interessante figura da nossa história de bastidores.

E bem mereceu esse papel pelo “muito” que soube fazer ao coração cupidesco do seu imperial Senhor.

ᘓᘐᘓᘐᘓᘐ

9 - As duas lindas Condessas

Isabel Maria, reconhecida filha de Pedro I, por um documento particular, transformado poucos dias depois num ato oficial, foi aos cinco anos de idade arrancada dos braços maternos e enviada ao Colégio "Sacré Coeur", de Paris, onde, segundo a vontade paterna, deveria ser freira, ao atingir a idade necessária.

Morrendo D. Pedro prematuramente, pediu antes de expirar à sua esposa D. Amélia que protegesse a orfãzinha Isabel Maria.

D. Pedro II enterneceu-se pela sorte da pequena e formosa irmã natural, que fora sua companheirinha de infância nos folguedos de São Cristóvão.

Em carta de Paris de 21 de Março de 1839, a ex-Imperatriz D. Amélia dizia ao enteado, imperador do Brasil, que resolvera retirar do "Sacré Coeur" a jovem Isabel, com a intenção de transferi-la para o "Instituto Real de Moças", de Munique, fundado "ad instar" do de São Diniz, de França.

E assim pondo de lado o desejo de D. Pedro I de fazer de Isabel uma freirinha, antes alvitrando o de casá-la muito bem na Alemanha, D. Amélia escrevia a D. Pedro II:

> "Eu me interesso tanto por tua irmã Isabel que de nada me esqueço na contribuição de sua felicidade, não podendo também me esquecer do quanto era ela querida por teu pai".

Em carta de 16 de Janeiro de 1841 D. Amélia dá notícias ao Imperador do Brasil da irmãzinha, dizendo-lhe:

> "Continuo a receber excelentes notícias de Isabel, que está muito contente no Instituto de Munique, e a Madre desse estabelecimento de educação me escreveu contando que a tua irmã cresceu e ficou mais bonita. Se Deus quiser conseguirei arranjar-lhe na Alemanha um bom casamento, pois tanto eu como a Madre do Instituto não poupamos esforços para o arranjar. Entretanto, a herança que Isabel recebeu de teu pai não é muito grande, e isso dificulta o casamento. Estou certa que tens a intenção de fazer à tua irmã um presente de núpcias, ou em diamantes ou em dinheiro. Será preferível mandares dinheiro e peço-te me comunicares qual a importância que mandarás de uma só vez. Tua irmã Maria da Glória, rainha de Portugal, dará tanto quanto tu deres, e as duas dádivas, reunidas à herança do teu pai, constituirão um dote apreciável que permitirão à Isabel Maria um excelente casamento e uma existência confortável".

O Imperador do Brasil, em 12 de Agosto de 1841, respondeu à madrasta que daria à irmã, como presente de casamento, a quantia de 50.000 francos de ouro.[23]

A rainha de Portugal foi mais generosa: ofereceu o dote de 100.000, contribuindo a ex-imperatriz D. Amélia com 50.000 francos.

A fortuna de Isabel Maria, provinda da herança paterna e das dádivas que o pai lhe fizera em vida, montava 500.000 francos, mais ou menos.

"E a mãe, quanto lhe dera?" pergunta o cronista Rangel.

Assim, reconhecida como filha pelo 1° imperador do Brasil e como irmã do 2° imperador; admiravelmente bela; educada nos dois melhores colégios da Europa (o "Sagrado Coração" de Paris, e o "Instituo Real", de Munique), com a amizade de sua madrasta, a ex-imperatriz Amélia e a de seus irmãos, o imperador do Brasil D. Pedro II e D. Maria da Glória, rainha de Portugal; e ainda com um dote de cerca de meio milhão de francos, a linda Isabel Maria, Duquesa de Goiás,

[23] Eis a cotação aproximada das moedas depois de 1800:
1 conto ---- 50 mil francos
1 conto ------ 1 mil pesetas (duros)
1 conto ----- 210 libras
1 conto ---- 2500 cruzados
1 conto -- - 1 milhão de réis
1 conto ---- 1,2 kg de ouro (NE)

conseguiu o tão esperado e desejado “bom casamento.

E foi em carta de 23 de Outubro de 1842 que D. Amélia de Leutchenberg, duquesa de Bragança e ex-imperatriz do Brasil, comunicava ao seu enteado, D. Pedro II, o contrato de casamento de Isabel Maria, duquesa de Goiás, e pedia ao monarca brasileiro o alvará de licença para os esponsais, concluindo:

> **“Este casamento oferece todas as vantagens que eu podia desejar e as boas qualidades do noivo afiançam a felicidade de tua irmã”.**

Com cerimônias principescas, no dia 17 de Abril de 1843, na corte do rei da Baviera, o fidalgo alemão Ernesto Fischler, conde de Treuberg, barão de Holzen, filho da princesa real de Hohenzollern Simarigen, grande dignitário da Ordem da Rosa, recebia como esposa a Isabel Maria, Duquesa de Goiás, filha legitimada de D. Pedro I, ex-imperador do Brasil e ex-rei de Portugal.

Pedro I sonhara para a filhinha querida um convento e a viúva D. Amélia deu-lhe um marido e um castelo, e com tudo isso a felicidade do amor.

Quem o diz é a própria Isabel Maria em carta de 14 de maio de 1867 dirigida a D. Pedro II, comunicando-lhe a morte do esposo, numa frase impregnada de angústia, de amor e de saudade:

- Ah! meu irmão! Eu confesso que amei o meu inesquecível marido como poucas mulheres terão amado o companheiro de sua vida.

***

Enquanto, lá na Europa, terna e meiga, Isabel Maria de Alcântara Brasileira, duquesa de Goiás, encontrara o amor no casamento com Ernesto Fishler, conde de Treuberg, em S. Paulo, sua irmã mais moça, Maria Isabel de Alcântara Brasileira, casada com o Conde de Iguaçu, transformara o seu casamento em um verdadeiro inferno.

Divorciada do marido, influenciaram-lhe a vida as intrigas amorosas que cercavam o destino de sua mãe Domitila de Castro, Marquesa de Santos.

Desconceituada no meio social de sua província, irascível e voluntariosa, Maria Isabel gritava para a mãe, numa carta de desabafo colérico:

"Arre! que afinal o diabo do meu marido já foi para o inferno!"

Era o contrabalanço da dor amorosa da irmã Isabel Maria que derramava junto ao peito do irmão Pedro II a queixa dolorida pela perda do esposo que tanto amara e tanto por ela fora amado.

Isabel Maria, a meiga e feliz condessa de Treuberg; Maria Isabel, a irascível e desventurada

condessa de Iguaçu.. Ambas, filhas de Pedro I; ambas, filhas da Marquesa de Santos; ambas oriundas de um mesmo amor, e nascidas no mesmo ninho; ambas brasileiras, ambas ricas e ambas belas mulheres... Porém o destino as separou. E como?

D. Pedro I, na despedida da amante, deu-lhe a filha mais moça e ficou com a primogênita, a quem quis dar um ambiente santo, entregando-a às freiras do “Sacré Coeur” de Paris.

As freiras fizeram com que aquela criaturinha de 5 anos de idade o que um lapidário faz com o diamante: deu-lhe facetas. E as facetas brilharam à luz da felicidade matrimonial.

A outra, ficou com a mãe, porém a mãe fora uma infeliz esposa e no seu lar bruxuleara a luz fumarenta de amores de comborça[24].

O fumo dessa luz denegriu o diamante da alma infantil da filha mais moça. E a filha mais moça perdeu-se no labirinto da desventura conjugal e viveu desventurada.

É por isso que a história nos mostra duas filhas da senhora Marquesa de Santos com destinos desiguais: Isabel Maria, a mais velha, feliz condessa de Treuberg e Maria Isabel, a mais moça, desditosa Condessa de Iguaçu.

[24] Amásia, amante (NE)

Duas condessas irmãs, ambas lindas e ricas, e dois destinos tão diferentes!

É que o Mundo, esse grande caprichoso de todos os tempos, se apraz sempre em oferecer contrastes como esse.

ꕥꕥꕥ

10 - Os camaleões do Governo

Se nos for lícito retirar das páginas da História Universal uma figura que simbolizasse a sentinela da Vitória, por certo essa não seria outra senão o padre Talleyrand.

Político, na verdadeira acepção do vocábulo, dono de uma inteligência argutíssima, maneiroso e acessível, tal sacerdote francês, consumado mestre da arte de transigir, foi o eixo sobre o qual giraram multidões de problemas diplomáticos, em diferentes formas de governo.

Na sua transigência encontrou o segredo de seus triunfos, subsistindo às quedas dos seus vários senhores, nos vários regimes a que servira.

No apogeu do reinado de Luiz XVI, quando Maria Antonieta encantava a Corte de França com os requintes de sua graça, com as sutilezas de sua inteligência, com o fulgor da sua formosura e com o "donaire" de sua elegância, uma das principais figuras das magníficas "causeries" de Versalhes, e das maravilhosas festas do Trianon, era o padre Talleyrand.

Elegante e aceitoso, reunindo ao hábito sacerdotal a graça de um gentil-homem, esse padre não somente ouvia no confessionário de "Notre Dame" os interessantes pecadilhos das melindrosas

duquezinhas daquele tempo, e da própria princesa de Lamballe, de cuja direção espiritual se incumbira, como também nas austeras reuniões dos conselheiros do rei expendia oportunas considerações sobre "razões de Estado", e nos faustosos bailes de Maria Antonieta organizava o programa das danças, dirigindo, em requinte de elegância, os primeiros lances do minueto encantador.

Enquanto outros padres clamavam contra as alegrias pecaminosas de Versalhes e nas prédicas de suas igrejas esconjuravam os pecados dos cortesãos, Talleyrand, na sabedoria da sua transigência, pregava no púlpito de "Notre Dame" às mais formosas fidalgas de França a bela doutrina de que não peca quem vive dentro dos prazeres do mundo, pois se é permitido às almas dos justos gozarem os prazeres e as alegrias do Céu, por que não permitir aos corpos desses mesmos justos os prazeres e as alegrias da Terra?

Protegido e íntimo de Luiz XVI, assistiu impassível ao aniquilamento do seu real amigo. E quando os revolucionários, sedentos de sangue, expuseram diante de Talleyrand a cabeça sanguinolenta da sua linda confessanda e confidente, a princesa de Lamballe, nem por isso o padre tremeu.

Recebendo o barrete frígio que lhe oferecia uma gordalhuda cidadã, com ele se cobriu, e fixando seus olhos nos olhos mortos da sua princesa bem amada, murmurou, diante de um truculento guardião republicano, que se era mister mais

cabeças ensangüentadas, em prol da República, mais cabeças rolassem cortadas.

Esse truculento guardião revolucionário era Barras, que, mais tarde, subindo ao Diretório, fez desse famoso padre um de seus mais íntimos amigos.

E assim Talleyrand, que fora poderoso com Dalton, com Robespierre, com Marat, e com todos os chefes de Partido, já no fim da Revolução também triunfava.

E no 18 Brumário[25], era uma figura de destaque.

Napoleão, na satisfação de suas ambições, não teve escrúpulos. Esmagou, um a um, os seus amigos da república.

Porém, quando se cobriu com o arminho do Império, um dos mais famosos ex-republicanos, também ex-famoso realista, estava a seu lado. Era o padre Talleyrand.

As águias napoleônicas sofreram a fatalidade da derrota, e baquearam, para sempre, em Waterloo. Mas, Talleyrand, que não caíra com Luiz XVI, nem

[25] O 18 de Brumário foi um golpe de Estado comandado por Napoleão Bonaparte na França. No calendário revolucionário francês, este dia ocorreu em 18 de Brumário do ano VIII (9 de novembro de 1799 no calendário gregoriano). Através deste golpe, Napoleão colocou fim ao Diretório e iniciou a ditadura na França. (NE)

com a Revolução, tampouco não acompanhou o Império na sua queda fragorosa.

E quando Luiz XVIII, irmão do desventurado Luiz XVI, levava para Versalhes a restauração da Realeza, ao seu lado, conservando os foros de príncipe que lhe dera Bonaparte, lá estava, sempre elegante e sempre poderoso, esse magnífico padre Talleyrand, cheirando o rapé do rei, com a mesma graça e elegância que já havia cheirado os rapés da Revolução e do Império.

A senhora de Bridallone, cuja mordacidade era terrível, e cuja moralidade era duvidosa, perguntara um dia a Talleyrand, Príncipe de Benevente, como pudera conservar-se poderoso por tanto tempo, servindo a senhores tão diferentes e em tão diferentes governos. E sorriu, com o seu sorriso tão malicioso e tão perverso, que a História o registrou.

Impassível, mostrando a sua linda caixinha de rapé, em cuja tampa se via o retrato esmaltado do rei Luiz XVIII, o príncipe e padre respondeu:

- *Eu mudo, madame, as caras desta tampa de ouro, conforme os tempos. Aqui já estiveram o rei Luiz XVI, o republicano Barras, o imperador Napoleão e agora se acha o meu senhor el-rei Luiz XVIII.*

E com os dedos levou ao nariz uma pitada de rapé, dum magnífico rapé oriental, que lhe dera o soberano.

Madame Bridallone, porém, continuou, cruel e impertinente, fazendo-se de despercebida:

- E é quando o sol se levanta que o Príncipe procura mudar a cara... de sua caixinha de rapé?

- Mudar de cara, minha querida Madame, é coisa corriqueira entre políticos e mulheres: os políticos mudam de cara, de quando em quando, ao alvorecer de um sol, e as mulheres mudam de cara todos os dias, aos primeiros raios do sol. Ambos, políticos e mulheres, devem ser peritos na arte difícil de saber mudar de cara, quando nasce o sol, e nessa mudança adequada e oportuna é que reside o segredo do triunfo. E aí está, Madame, porque nós ambos sabemos vencer: eu, no coração dos governos, e Madame no coração dos homens: Mudamos de cara... como artistas consumados que sabemos ser.

Vem a propósito dessas "mudanças de cara" um picaresco incidente do Parlamento do Império.

Um dia, na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, no mais aceso das discussões, certo deputado aparteador, marido de uma mulher falada pelas suas aventuras amorosas, aparteava irritantemente o jornalista e historiador Justiniano José da Rocha, acusado do feio hábito

de “virar casacas”, ora passando do “Partido Liberal” para o “Conservador”, ora do “Conservador” para o “Liberal”.

Disse o aparteante:

- V. Excia. que sabe história, deve conhecer muito bem os camaleões políticos, discípulos de Talleyrand na arte de agradar a todos os governos.

Respondeu o deputado Rocha:

- E conheço também as mulheres amorosas, discípulas de Madame Bridallone na arte de agradar a todos os homens.

- Não compreendi a intenção de V. Excia. Por que Madame Bridallone vem à baila neste caso?

- Madame Bridallone, casada com o deputado Antonio Bridallone e conhecida na intimidade por quase todos os colegas do marido, que era um cidadão pacífico e tolerante, foi amiga de Talleyrand. V. Excia. chamou a esta casa a lembrança de Talleyrand; eu, com o mesmo direito evocativo, trouxe Madame Bridallone para aqui, demonstrando a V. Excia. que sou bom conhecedor da história de bastidores, dessa mesma história que se refere aos homens de todos os governos e às mulheres de todos os homens.

- V. Excia. é um mestre na arte de confundir e perturbar as idéias.

- Tanto quanto é V. Excia. mestre na arte de tolerar, delicado e manso, os confusos perturbadores de suas idéias.

- V. Excia. me insulta?

- Longe de mim a idéia de insultar o "nobre e honrado" colega...

Em seguida Justiniano José da Rocha virou-se para o presidente, dizendo:

> **"Senhor Presidente, fechando esse parênteses do meu discurso, que foi uma confusão e perturbação de idéias para "um nobre e honrado colega", que ora talvez esteja sentindo dores de cabeça, eu direi que realmente tenho aplaudido governos diversos, ora como "liberal", ora como "conservador", porém, já o disse Cícero, mudar para melhorar é aperfeiçoar, e eu nessas mudanças que tenho feito, sempre procurei um aperfeiçoamento político, errando, quem sabe, muitas vezes, na ânsia de ser melhor. Assim mudei de política como Talleyrand mudava de regime. Serei um Talleyrand como disse em aparte meu nobre colega, porém um Talleyrand bem intencionado que não sente dores de cabeça como aqueles que o acusam e o aparteiam com irritante persistência".**

O deputado Justiniano José da Rocha marcou um tento nessa disputa parlamentar.

A verdade, entretanto, é que há muitos Talleyrands sem vergonha e muitos pacíficos e mansos maridos de Madame Bridallone que vivem a infernar a reputação alheia com críticas e maledicências.

ꕤꕤꕤ

11 - A Degola dos Aspirantes

O sol já corria para o ocaso. Era preciso partir. Tomamos as nossas alimárias, e íamos em caminho da cidade.

O major Tambeiro preparou silenciosamente um cigarro de palha, acendeu-o, tirou uma baforada, olhou para o céu e murmurou:

- Bons tempos aqueles, seu doutor. A gente tinha tanto o que fazer. Agora tudo isto é uma água morta. Até dá ferrugem...

- Mas você, major, não me contou o que se passou após o combate de Campo Osório.

- Ah! depois?! Depois a tropa se entregou ao escarcéu e como quase todos os cadáveres foram desvestidos, para se aproveitarem as roupas, era difícil reconhecer o do almirante. Felizmente, chegaram uns amigos nossos trazendo dois guardas-marinhas ou aspirantes que se tinham tresmalhado e foram achados escondidos numa valeta. O coronel ordenou que eles percorressem o campo, examinando os cadáveres, para dizerem se o almirante estava ali. Coitados dos moços, choravam que até dava dó na gente. Não eram homens, nem se tinham visto nessas entaladelas de brigas a facão. As horas iam passando e nada. Não se encontrava o corpo

de Saldanha da Gama. Na desconfiança de que os meninos estivessem mangando com ele, João Francisco, já irritadíssimo, ameaçou-os de degola. Então um deles, trêmulo e choroso, mostrou um cadáver:

- *É este*, balbuciou o guarda-marinha.

- *É esse?* resmungou o coronel, e curvou-se, tirando do bolso um retrato do almirante.

Examinou o retrato e o rosto do morto. Alguns sinais coincidiram. Depois, levantou o braço direito do defunto e pela mão calosa e grosseira daquele cadáver, pelos pés disformes, e falta de asseio, ficou provado que o menino mentira, talvez de medo, porém mentira.

O comandante mordeu os lábios. Chamou um cabo, disse-lhe algumas palavras. E o cabo, num abrir e fechar de olhos, pulou sobre o aspirante, que aliás era franzino, e subjugou-o, amarrando-lhe as pernas e os braços. Assim imobilizado, o guarda-marinha chorava convulsivamente e pedia misericórdia, dizendo que tinha mãe e irmãs.

- *E você não se lembrou disso, seu cão, quando veio aqui brigar?* rosnou o cabo, cuspindo de lado.

O executor tirou da cinta uma faca estreita, pontiaguda e afiada. Agachou-se, debruçando-se sobre o corpo amarrado do rapaz, cujos olhos se arregalaram no paroxismo do terror. Num instante o degolador

suspendeu com o pé direito a cabeça do prisioneiro, com a mão esquerda procurou conter-lhe a respiração, enfiando-lhe, rápido, dois dedos nas ventas e com a palma dessa mesma mão esquerda apertava a boca do rapazinho, sufocando-o. As artérias do pescoço ressaltaram, entumecidas com essa pressão. Então o cabo, com a mão direita movimentou a faca, enterrando a lâmina, entre um tendão e a carótida, num vai-e-vem. Um esguicho de sangue espumante e quente foi bater na cara do executor. Consumara-se a degola.

O outro moço perdera os sentidos diante desta cena. O chefe fê-lo voltar a si, e soberano, ordenou-lhe:

- *Agora você procure o almirante.*

O rapaz começou a correr pelo campo, aflito e lacrimoso. De repente, no paroxismo de uma crise nervosa, desatou-se em gargalhadas, apontando para um cadáver. Corremos para lá.

Abaixamo-nos. O defunto tinha os olhos arregalados e a boca bem aberta. Na dentadura viam-se dois dentes da frente obturados a ouro. Outros sinais coincidiram. Mão finas, rosto delicado, olhos claros, corpo regular. Ao lado, valioso revólver de bolso.

Por se achar afastado, o corpo não tinha sido pressentido pela rapaziada e ainda conservava as suas vestes. Examinaram-se os bolsos: um relógio, um mapa portátil, dinheiro, um retrato de mulher elegante e um

recorte de jornal uruguaio com uma notícia sobre Saldanha e as forças revolucionárias do Brasil. Não havia dúvida, era ele mesmo.

Um dos oficiais, com o cabo do revólver, quebrou um dos dentes do almirante e guardou-o para berloque.

João Francisco dirigiu ao rapaz um olhar duro e desprezivo:

- Tu és um covarde. Não soubeste morrer com o teu chefe e ainda o traíste depois de morto. Os covardes não têm direito de viver.

E mandou degolá-lo.

O corpo de Saldanha da Gama, horrivelmente mutilado, foi envolvido em couro fresco e conservado como troféu da vitória até a partida das tropas. Alguns de seus amigos que tinham vindo ao campo de batalha dias após o combate, quando já ia longe a gente de João Francisco, levaram o cadáver, já apodrecido, para o cemitério de Rivera, no Uruguai, onde teve sepultura.

Um jornalista do sul comentou:

> "João Francisco teve a tétrica voluptuosidade de manter a sua gente estacionada no acampamento de Saldanha até que os cadáveres, expostos no solo ensangüentado, começassem a apodrecer. Fê-lo com o fim de

familiarizar a tropa com o espetáculo da morte, e por tal modo conseguiu o seu propósito que, nesses dias, a milícia se entreteve em descarnar cadáveres, para, com a pele humana, trançar rédeas e guascas, que o guerrilheiros supersticiosos e ignorantes julgam ser amuletos contra as balas inimigas.
Jamais esquecerei a impressão que me produziu o relato de oficiais de João Francisco que contavam com grandes gargalhadas, como os milicianos se divertiam ao fazerem os mais tolos dos companheiros provar churrasco de carne humana, tirada dos inimigos mortos, ou descrever macabras disparadas de cavalos através do acampamento, arrastando cadáveres que se amarravam nas caudas dos animais".

Esse relato dantesco e horripilante nos dá uma idéia da loucura coletiva que se apodera dos guerrilheiros nas lutas civis. São descrições tiradas do Dr. Florêncio Sanches e do Dr. Silvano Pacheco.

Aí está o retrato de uma revolução, que, sanguinolenta, ressalta do fundo escuro de todas as misérias morais.

E aí se viu em relevo a figura sinistra dum caudilho, esse mesmo João Francisco que, em S.

Paulo, surgiu na vanguarda dos revoltosos, de penacho vermelho e espadagão em punho, ameaçando "os princípios sagrados da legalidade", essa mesma "Legalidade" a quem ele servira e ultrajara em 1893, com as suas desumanas degolas, imortalizando-se pela crueza de seus feitos.

E Revolução quer dizer dias de sangue e de misérias morais: luto, lágrimas e ódios.

ꕥꕥꕥ

12 - Heróis de Pechisbeque

A história oferece, quase sempre, episódios que se prestam à fantasia dos escritores.

Muitas vezes surge das multidões um indivíduo qualquer e se arvora em herói. A crendice popular imediatamente o cerca de prestígio e lhe empresta brilhantes frases que jamais pronunciou, heróicos feitos que jamais praticou. Nossa história está cheia de parolices de heróis.

Durante a guerra de Canudos houve um episódio fantasiado pela imaginação popular que por um triz não fez de um refinado poltrão um herói de Homero. Referimo-nos ao caso do cabo Roque.

A expedição Moreira César esfacelou-se ante a astúcia e a valentia dos jagunços. Um soldado de pé ligeiro e consciência leviana chegou à cidade de S. Salvador na Bahia. Foi o primeiro que se pôs na capital baiana.

Um jornalista entrevistou-o, pedindo-lhe sua impressão. E o "heróico" fujão deu na língua da seguinte forma:

> "Saiba Vossa Senhoria que o maior feito da campanha foi o de um cabo. A expedição, morto o Coronel, retrocedia desordenadamente,

carregando consigo o cadáver do chefe. De repente, como legiões de diabos, surgem de todos os lados os caboclos do Antonio Conselheiro.
Então o pessoal não conheceu mais chefes, nem meio chefes. Desandou no pé, deixando mochilas e armamentos para correr mais depressa. Entretanto, dois homens ficaram firmes no seu lugar. Eu e o cabo Roque. Junto de nós estava o cadáver do comandante. Quando menos esperava, senti uma cócega. Era uma bala da jagunçada. Atirei-me então para uma banda, escondendo-me numa moita. E de lá pude apreciar o cabo Roque. Homem valente! Era um tigre. Quando não tinha mais balas, fez da Mauser um porrete e com ele matava os caboclos.
Afinal, exausto, sem mais uma gota de sangue, o cabo Roque, como um jequitibá abatido pelo machado, tombou ao solo. E num último estremeção, agarrou-se ao corpo do Comandante. E eu, então, que não tinha mais nada que fazer ali, me escapei como pude".

O jornalista baiano bordou o relato do soldado com uma coluna de flores de retórica e os jornais do Rio de Janeiro e do resto do Brasil elevaram à culminância da glória o heróico cabo Roque, ordenança do Coronel Moreira César.

A nação inteira palpitou de orgulho por possuir semelhante filho. A mocidade vibrou. As câmaras

municipais do país cogitaram logo de dar o nome do cabo Roque às suas belas vias públicas. E um jornal da Bahia assim se exprimiu:

> **"Sim, baianos, esse heróico cabo Roque penetrou, sobranceiro e glorioso, num umbrais da História. O futuro historiador de nossa pátria quando o divisar, através desta campanha, baixará a cabeça, pensativo e perplexo, e consigo mesmo dirá: "ó Scevolas e Bayardos dos fastos humanos, curvai-vos ante esse novo herói que vos ultrapassou em coragem, abnegação e bravura!"**

Em seguida a essa tirada patética, o jornalista, que por sinal era um poeta, pedia que se desse a uma rua de sua terra o nome de Cabo Roque e que se abrisse uma subscrição pública para se levantar uma estátua ao heróico ordenança do Coronel Moreira César.

A subscrição foi feita e a rua foi batizada...

Em São Paulo, um ilustre jornalista, num brilhante e patriótico impulso intelectual, fez um formoso soneto, elevando aos cornos da lua o cabo herói.

A Câmara, a Academia e o povo da terra de Amador Bueno emparelharam aos maiores nomes nacionais o do humilde ordenança de Moreira César.

E o assunto obrigatório de todas as palestras, no Brasil inteiro, era o feito glorioso do abnegado cabo Roque.

Eis senão quando surge na capital da Bahia, lampeiro e incólume, despercebido do que se passava, o prosaico cabo Roque, de quem a imaginação popular, instigada pelos oradores e jornalistas, fizera um grande herói, que suplantara os Scevolas e os Bayardos.

E o homenzinho tinha sido um dos que primeiro emprestaram a canela do veado[26].

Imaginem que formidável herói não seria o cabo Roque se se lembrasse de não aparecer mais com seu nome verdadeiro! Com certeza, a mocidade já lhe teria erigido uma estátua na praça pública e os historiadores patrícios da atualidade já lhe teriam consagrado o nome glorioso nas páginas de seus livros.

E assim se faz a História...

***

Na História da França há um caso mais ou menos parecido com o do cabo Roque: é a célebre resposta que o General Cambrone deu aos ingleses.

---

[26] Fugiu correndo (NE)

- *Renda-se, General!* Bradou o comandante inglês.

- *A guarda morre, mas não se rende!* Respondeu o General Cambrone.

- *Mais uma vez, general, renda-se!* Repetiu o inglês.

- *Merda*, retrucou o francês[27]

Esse episódio fez época na França e no mundo, a ponto de, quando se quer dar uma resposta pouco cheirosa e de nenhuma educação, diz-se que se responde com a resposta de Cambrone, e todos entendem.

O próprio Victor Hugo consagrou esse feito nas páginas dos Miseráveis, quando descreveu a batalha de Waterloo.

Pierre Larousse, entretanto, provou, com o próprio depoimento do General Cambrone, que tal resposta era filha genuína da imaginação popular.

Mas, mesmo assim, a lenda continuou até agora e continuará per "omnia secula"...

A imaginação popular não se contentou em matar heroicamente o cabo Roque. Fê-lo também responder a um chefe jagunço que o interpelara:

---

[27] A palavra grosseira aqui repetida foi publicada assim numa página maravilhosa de um livro de Victor Hugo. Copiamos tal e qual. Victor Hugo é um gênio e se houver censura, atirem pedras no gênio...

- Entrega-te, vergonha do Governo!

- Vá tomar banho, seu berda-merda...

Essa frase fez época, recontada por um ex-soldado de Moreira César, que jurava ser ela autêntica, por certo desconhecendo o aparecimento, na Bahia, do afamado cabo Roque.

E garantia que um seu companheiro vira o cabo Roque, depois de matar 30 jagunços, estender-se de borco para nunca mais se levantar.

E não serão assim muitas frases bonitas que correm mundo afora, dando foros de heróis a uma dúzia de felizardos, repimpados nos poleiros da nossa história civil e militar?

ꕥꕥꕥ

13 - O Sacrilégio do Convento da Lapa

O mês de Fevereiro de 1822 acendeu no patriotismo brasileiro, com bravura espartana, o sentimento de liberdade. A cidade de S. Salvador da Bahia, dominada pelo Brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Melo, apoiado no mar por uma esquadrilha lusitana e em terra por um exército de cerca de 3.000 homens, estava em estado de sítio, sob o regime da lei marcial.

No dia 17 de Fevereiro os patriotas tirotearam com as tropas portuguesas e no dia 19, de madrugada, as paredes da cidade surgiram aos olhos do povo com a proclamação impressa do comandante da praça de guerra, aconselhando calma e prometendo garantias. Dizia o Brigadeiro Madeira, nessa proclamação:

> **"Habitantes da Bahia! A desordem desde anteontem, está desgraçadamente entre nós e os esforços e sacrifícios não foram suficientes para embaraçar um tão grande mal: vós tendes patenteado a vossa moderação e eu vo-lo agradeço em nome da Nação e do Rei. Eu devo assegurar-vos que vão tomar-se todas as medidas para se estabelecer o sossego público. Estes malvados vos intimidam com a idéia de um saque nas casas dos cidadãos; porém eu vos certifico da parte da Pátria e do Rei, que a casa do cidadão será um lugar inviolável. Conservai-**

vos em vossas casas: não ateeis mais os males da pátria, não vos intrometais nos negócios públicos, e vós gozareis de vossa segurança e propriedade.
Quartel-General da Bahia, 19 de Fevereiro de 1822.
Inácio Luiz Madeira de Melo, general das armas".

Ao lado dessa fala do brigadeiro português, outras proclamações, impressas em vermelho, foram afixadas nas paredes das ruas baianas. Diziam:

"Patriotas da Bahia!
Pegai em vossos arcabuzes e em vossas espadas e vinde para as ruas combater contra a tirania! Fora com o despotismo!
Viva a Liberdade!"

Foi às 6 e meia da manhã de 19, quando o sol já iluminava o casario da cidade, que se iniciaram os combates para as bandas da rua João Pereira.

A luta generalizou-se por toda a cidade, a fuzilaria pipocava, a metralha estrondeava, o sangue corria, e os ódios desembestados impunham o terror nos lares e nas vias públicas.

O 2º Batalhão, em esquadrão de cavalaria e um corpo de marinheiros portugueses, desembarcados para reforçarem as tropas do general Madeira, regressavam da escaramuça sangrenta da qual resultara o aniquilamento do 1º Batalhão de patriotas revoltados, quando, ao

passarem pelo largo da Lapa, ouviram o vozerio piedoso das freiras do convento, guiadas pelo capelão, que em preces angustiadas, diante do altar, pediam misericórdia a Deus.

E uma voz se levantou na multidão da soldadesca e de marinheiros:

- *As freiras.*

Um sargento malvado, ainda na embriaguez da chacina pouco antes verificada, bradou à soldadesca sedenta de violências:

- *Ao convento!*

Então aqueles homens que regressavam de um combate encarniçado, se arremessaram como feras sedentas de sangue contra a grande porta de jacarandá lavrado do vetusto convento da Lapa.

Ao estrondear dos coices de espingardas na velha porta da igreja conventual, acudiram o capelão padre Daniel da Silva Lisboa e a abadessa Joana Angélica. E lá em cima, junto ao altar, trêmulas e chorosas, as freirinhas rezavam.

O capelão Daniel deu volta à chave, o gonzo antigo rangeu nos eixos, e portas abertas, a soldadesca estacou diante daquelas duas respeitáveis figuras.

A abadessa empunhava um crucifixo de prata e o capelão apresentava o Santíssimo.

O padre Daniel, velho de 70 anos de idade, com uma larga cabeleira branca agitada pelo vento, olhos luzentes e faiscantes de apóstolo ou profeta, imprecou a turba sanguinária que se estacara diante da sua majestade sacerdotal e do símbolo sacrossanto que ele apresentava na destra:

- *Sacrílegos, que fazeis?! Parai, em nome de Deus!*

Mal acabou de falar e já um soldado que se achava na frente de todos, com uma brutal coronhada de espingarda, partia a cabeça do ministro de Deus.

O velho capelão baqueou ensangüentado e de pé, ao lado do corpo do padre, se agitou a figura delicada e venerável da abadessa Joana Angélica, que alçou a cruz, exclamando:

- *Oh! Deus do céu! Não permiti que eu veja estes miseráveis violarem a clausura sagrada de vossas esposas e de vossas servas. Salvai-nos, Senhor, e castigue os profanadores!*

O mesmo soldado que, com uma coronhada abatera o velho capelão, enristou a baioneta e com ela levantou para o ar o corpo da freira. O sangue da mártir, que fora assim levantada na ponta da baioneta, caiu sobre a cabeça do réprobo, e, molhado nesse sangue, se desprendeu a destra da freira assassinada o crucifixo de prata.

Dois corpos baquearam ao mesmo tempo no portal do convento da Lapa: o da abadessa e o do soldado.

Deus ouvira a imprecação da freira, e quando o assassino lhe cravara nos seios a baioneta e a levantara para o alto como um troféu sanguinolento, o crucifixo de prata ensangüentado se desprendera das mãos da abadessa Joana Angélica e caíra na nuca do sacrílego, partindo-lhe o osso occipital e dando-lhe assim morte imediata, fulminante.

Enquanto isso, as freirinhas da lapa, como se fora um bando de rolas assustadas pela aproximação de milhares de abutres, fugiram pelos fundos do altar, ganharam o quintal do convento, e escapuliram pelas casas vizinhas.

Isto consta das crônicas antigas e autênticas da Bahia.

ꕥꕥꕥ

14 - A Lógica do Porrete

O jornalismo de oposição e o regime do pau é muito velho em nossa terra e nasceu com a própria nacionalidade. O aparecimento, no Brasil, do primeiro jornal vermelho, registrou a primeira surra na cacunda do primeiro jornalista da oposição.[28]

Em 15 de Dezembro de 1821 apareceu um jornal com o título de “A Malagueta”, destinado, dizia o redator num manifesto aos cariocas, a queimar com a pimenta da crítica a língua louvaminheira e a boca voraz dos aduladores do Paço e dos Príncipes.

Como se vê, pelo título e pelo programa, era esse um jornal vermelho. E não fosse “Malagueta”...

O redator de tal imprensa era Luiz Augusto May, ex-aluno da Universidade de Coimbra, ex-soldado de José Bonifácio no famoso 3º Batalhão de estudantes, da brigada do general Trant, em 1808, quando foi da invasão francesa em Portugal e conseqüente fuga de D. João VI para o Brasil.

---

[28] Esse mesmo episódio é narrado por Cintra em seu livro “O Chalaça – Favorito do Império” onde atribui a ele a surra. Nele não faz menção de D. Pedro nem de José Bonifácio. (NE)

May fazia parte da célebre loja maçônica da Praia Grande (Niterói) onde era influência o negociante Manoel Joaquim Portugal Lima, com loja na rua do Ouvidor, n° 15, e armazéns nas proximidades da Alfândega.

Esse mercador abastado era grande ledor de panfletos carbonários, conforme se verificou na devassa que a polícia lhe fez em 1822, e foi ele quem comprou no Havre a pequena tipografia na qual se imprimiu o primeiro jornal oposicionista do Brasil.

Com amplas probabilidades de vencer, tendo a garantia de uma pena desabusada de panfletário, a bolsa de um opulento negociante e a voraz curiosidade que sempre os cariocas tiveram pelos escândalos políticos e familiares, por certo essa imprensa tinha que vencer e venceu.

Foi um sucesso. Em 1823, dizia um boletim da "A Malagueta", o jornal contava somente na corte cerca de 500 assinaturas. E enquanto o "Reverbero" do cônego Januário e de Gonçalves Ledo morria por falta de assinaturas, a gazetinha de Luiz Augusto May ia de vento em popa.

Porém, não há medalha sem reverso. O triunfo custou-lhe uma sova de pau, na qual tomaram parte o próprio imperador e seu ministro Bonifácio.

Vejamos essa história que merece agora um lembrete, para amainar a animosidade dos atuais

plumitivos que julgam ser a sova jornalística, novidade da República.

Em 5 de Junho de 1823, saiu um número extraordinário da "Malagueta", onde vinha uma atrevidíssima carta-aberta de ataques aos Andradas e ao Imperador.

No dia seguinte, domingo, José Bonifácio passou a cavalo em frente à casa do redator do jornal oposicionista, casa essa que tinha o número 77 da rua S. Cristóvão. Aí, no portão, estava o feitor da chácara a quem o ministro deu o recado:

- Que o redator da "A Malagueta" o esperasse à noite, pois lhe faria uma visita de corteses esclarecimentos. Seria coisa de um instantinho.

O jornalista Luiz May ficou em casa, mandando porém sua mulher e filhos, com a sua cunhada d. Mariana Lopes de Araújo Azambuja, para a rua Mata-Cavalos, em casa de uma comadre, onde jantaram. Depois, convidou vários amigos para servirem de testemunhas da visita e humilhação do poderoso ministro de D. Pedro I – o famigerado paulista José Bonifácio.

Queria que se registrasse o prestígio de um órgão oposicionista, que se dizia ser o defensor dos direitos do povo, a voz da justiça, o látego dos tiranos, etc., etc.

Lá chegaram para o edificante espetáculo alguns amigos valentes e destemidos, cujos nomes o processo mencionou: Luiz Saldanha, padre

Antonio Gomes, vigário de S. Sebastião; Antonio José da Silva Calado, cirurgião-mor da Academia da Marinha.

Ia animada a prosa e já os circunstantes motejavam do ministro e do imperador, em sonoras gargalhadas, quando às 8 horas da noite, após o serviço do chá, quatro homens irromperam inesperadamente pela sala a dentro, manobrando terríveis espadagões.

O intrépido apóstolo das massas populares, redator da "A Malagueta", tinha posto no portão uma escrava para o avisar da aproximação de quem quer que fosse. Mas a preta, agarrada e ameaçada de morte, não deu pio, deixando de dar aviso da chegada dos inimigos.

Neste ponto, daremos a palavra ao advogado que descreveu a cena conforme o processo-crime:

> "Os assaltantes invadiram a casa inesperadamente e, entrando na sala, o primeiro que avançou deu um golpe de espada sobre May, que a esse tempo, suspendendo um castiçal, para melhor ver o rosto dos agressores, se sentiu ferido, reconhecendo em quem o feria o próprio Imperador. Apagadas as luzes que estavam na sala, o cirurgião Calado precipitou-se pela janela, o vigário meteu-se debaixo do piano de cauda, e May, surrado, aproveitou a escuridão e fugiu. Os agressores, acutilando os trastes às escuras, quando já não podiam

acutilar os presentes, que escapuliram à sua fúria, desceram pela escada e escaparam. O feitor, ouvindo o barulho, correu para dentro, armado de foice, mas nada pôde fazer porque tudo já estava consumado.

Luiz Augusto May, logo que viu os assaltantes descerem escada abaixo, arrastou-se de gatinhas no escuro e mesmo com a mão cortada, de que ficou aleijado, e com a cabeça partida e ensangüentada, saiu de casa e foi cair num valo que separava a sua chácara da em que morava o padre Serafim dos Anjos.

Estava chovendo, mas uns cães, que o padre tinha para guardar a sua propriedade, deram o alarme, e por isso mandou o padre ver o que era aquilo. O escravo foi e voltou, informando que no valo de separação das duas chácaras estava um homem ferido, gemendo e pedindo socorro. Então o piedoso sacerdote, muito doente, com cerca de 80 anos, tomado de caridade cristã, foi ao local, com dois pretos e reconheceu o seu vizinho naquele homem quase morto. Conduzindo-o para a sua cama, mandou chamar um cirurgião que pensou as feridas.

Nessa ocasião, apareceu o imperador no portão e sorrindo perguntou ao grupo que estava ali se tinham matado o May. O ministro José Bonifácio foi visto naquela noite chuvosa na rua Engenho Velho, montado a cavalo, fato esse muito fora dos seus hábitos".

Aí está o depoimento de uma parte do processo.

Curado da formidável surra governamental, pois ao Imperador e ao ministro se atribuíra a responsabilidade do delito, cujo processo não deu em nada, o jornalista Luiz Augusto May não se emendou e com mais violência atacou a gente do governo que lhe quebrara a mão direita e lhe marcara a cabeça com uma brecha. E clamou num violentíssimo artigo:

> **"Podem os capangas do governo repetir as suas agressões, podem até matar-me. Se eu morrer, aparecerá outro que me substituirá, porque o pensamento não pode, a não ser que se queira fazer do Brasil Turquia ou África, é impedir que a "A Malagueta" circule e seja lida, ardendo na consciência dos políticos rancorosos e maus, dos ministros corruptores e de um imperador Bamboche. E há de circular, porque estamos num país livre".**

E realmente, garantido pela liberdade de imprensa, esse jornaleco circulou até 1832, durante 10 anos, morrendo com o seu próprio diretor e criando no Brasil, para gáudio dos paladares de assuntos salgados, esse jornalismo vermelho que faz até hoje a delícia do público brasileiro.

ഌഌ

15 - A Queda de um Ministro

Ao decreto de 17 de Julho de 1823 prende-se um episódio interessantíssimo dos bastidores de nossa história. Conta-o rapidamente o historiador Melo Morais e circunstanciadamente "Um deputado", no folheto "*Ingratidões de César*", publicado em 1831.

Sobre a queda dos Andradas discorreu um dos mais brilhantes cronistas de Pedro I, da seguinte maneira:

"Por força do papel de organizador supremo de nossa unidade e do fundo intrínseco de intolerancismo, José Bonifácio, que tinha sido infavorável ao relevamento inscrito no decreto de 22 de Setembro de 1822, foi o autor de quatro portarias, que poderiam ser apostiladas por Draco no código de ferro. A primeira, em ordem de data, mandava "devassar nas províncias os inimigos do governo" e nela se ordenava cuidar sem perda de tempo de vigiar e descobrir com todo esmero e novidade quaisquer ramificações deste infernal partido (o de Gonçalves Ledo). Goethe achava odiosos os missionários da liberdade e os satirizava: "não pedem para eles senão o poder absoluto".

O patriota (José Bonifácio) transmudado em mandão de aldeia, recalcava a liberdade de que tinha sido

apóstolo e soldado e da qual o seu grande espírito era o mais legítimo dos filhos.

Pois bem. D. Domitila, tendo falado em perdão e anistia ampla aos insurrectos do Rio e de São Paulo, sendo que a estes a prendiam laços de conterrânea, José Bonifácio, o áspero e digno homem de Estado, que concordava com a indulgência, mas exigia o julgamento prévio de réus, num luxo de autoridade e justiça desencadeadas, acusou-a de concussão.

D. Pedro, a 17 de Julho de 1823, esporeado pela injustiça do conceito que enxovalhava a amiga, e insuflado por certas comunicações como a da carta a que alude a viúva Graham, contendo mais de 300 assinaturas de queixosos das violências dos Andradas em São Paulo, arranca-se da cama onde se achava enrolado em ataduras, e, interrompendo a conferência com o seu egrégio interlocutor (José Bonifácio), envolveu-se num manto e escapou-se para a averiguação em que o seu denodo se comprazia.

Fora caiam pancadas d'água. Aguardavam-no alguns oficiais e o piquete de uns cinquenta soldados. Todos montavam em cavalos desferrados para ensurdecer a ronda.

A noite era propícia à diligência imposta por denúncia anônima. Não havia um gato nas ruas. Galopar fúnebre o daqueles vultos embuçados e silenciosos.

O tropel deteve-se. Apearam-se à porta conhecida, a do "Apostolado", couto de díscolos e enfáticos[29], refúgio de dissidência maçônica, cozinha de mal assombrados da Constituição que não veio a termo, homizio de insídias e conluios de politicantes.

A entrada do afiliado e grão mestre foi feita segundo protocolo de simbolismos tétricos. Chusma de punhais enristaram-se à passagem do Arconte-Rei; os que o acompanhavam, ignorantes do ritual e supondo que atacavam o Imperador, puxaram das espadas. Contendo os companheiros, D. Pedro arredou-os para o vestíbulo.

Em passadas resolutas, e de sobrolhos carregados, ele se apossou da cadeira da presidência, donde expulsou Antonio Carlos.

Assenhoreando-se dos papéis encontrados sobre a mesa, D. Pedro dirigiu a palavra aos circunstantes, ditando-lhes com toda a calma:

"Podem retirar-se, ficando cientes que não haverá mais reuniões no Apostolado sem a minha ordem".

Os soldados da escolta, na porta da saída, abriram alas aos supostos conspiradores, que passavam incólumes para outros focos de intriga e outros covis de rebelião...

---

[29] Díscolo: mal educado, brigão dissidente ----enfático: enérgico (NE)

Não se ergueu um braço armado, não chocalhou uma algema.
Nessa noite de 17 de Julho de 1823 se lavrou o desfavor dos Andradas. Os despachos de demissão de José Bonifácio e de Martim Francisco redigidos sem rancor, no mesmo tom dos de suas nomeações, e publicados a 21 de Julho, trazem precisamente a data da noite do varejo e da estalada.

De sorte que teriam as supostas alcavalas[30] de D. Domitila, emparelhada com Oeynhausen, a utilidade de tirar a limpo as infidelidades do egrégio valido e dos seus irmãos, todos carbonários.

Oficialmente consta que, em 17 de Julho, D. Pedro se vestiu e deu as primeiras passadas de convalescente".

Nessa página, escrita pelo veraz cronista, revela-se em cores vivas a queda dos Andradas.

O golpe fora tremendo. No dia 18, D. Pedro escreveu uma proclamação aos brasileiros. Em 21 surgiu publicado o decreto de demissão do grande Ministro, porém com a data de 17.

Assim caiu o Conselheiro José Bonifácio. Tendo perseguido tenazmente seus inimigos políticos, ficou sendo ele o chefe incontestável da Política nacional.

[30] Aqui está no sentido de fraudes (NE)

Na Assembléia Constituinte mandavam os Andradas. Nas ruas os seus cabos eleitorais imperavam. Nos quartéis os seus amigos militares esperavam ordens do grande paulista.

D. Pedro, irritadíssimo e ainda malsão dos ferimentos que recebera nas costelas (de um tombo, diziam alguns; de uma sova, afirmavam quase todos), foi avisado pelo intendente de polícia que "grandes acontecimentos" se preparavam.

Faltou-lhe então a coragem para nomear como substituto de Bonifácio um declarado adversário desse político ilustre e quis contemporizar, chamando para primeiro ministro o Dr. Pedro de Araújo Lima, homem de grande respeito e muito querido no Brasil inteiro.

Aliás, era amigo íntimo e compadre do ministro decaído, e mesmo correligionário, porém moderado, dos Andradas.

Da. Domitila queria que o novo ministro fosse Oeynhausen ou Costa Carvalho. D. Pedro I, porém, consultando os ânimos da tropa e do povo, e ouvindo a opinião do intendente da polícia, mandou chamar ao Dr. Pedro de Araújo Lima e ofereceu-lhe o lugar de primeiro ministro, na substituição de José Bonifácio.

O Dr. Araújo Lima, alegando moléstia e fingindo-se muito doente, pediu licença para não aceitar. O verdadeiro motivo era não querer servir de instrumento contra os Andradas.

Nomeado o novo Ministério, este entrou logo em luta com a Constituinte e com o partido andradista. Os Andradas em pouco tempo fizeram da Assembléia um campo revolucionário, procurando contrariar o Imperador.

As coisas marchavam de tal modo que em 12 de Novembro de 1823 D. Pedro dissolveu a Assembléia Constituinte e mandou prender José Bonifácio e seus comparsas. O povo, que se afeiçoara aos Andradas, movimentou-se.

Correram boatos de revolução na Corte e nas Províncias. Então, pela segunda vez, D. Pedro se lembrou do Dr. Pedro de Araújo Lima, que era o ídolo da populaça, respeitado por todos, andradistas e ledistas.

Mandou lavrar o decreto do exílio, em 18 de Novembro de 1823, e no dia 19, temendo qualquer movimento, dispensou do serviço vários oficiais afeiçoados aos Andradas. Depois chamou o Dr. Araújo Lima, a quem disse estas palavras:

- É a segunda vez que o chamo. Deportei os Andradas e seus apaniguados. Preciso no ministério de um homem da sua qualidade. Da vez passada o senhor alegou doença para não me servir. Desta vez o que alega?

O prestigioso brasileiro respondeu:

- Nada. Estou pronto a servir a Vossa Majestade com todo o patriotismo que tenho. Serei Ministro. Servo obediente, estou pronto para o que me

ordenar. Porém permita, Senhor, que eu peça uma graça pelos serviços que de mim Vossa Majestade exige. É uma mercê que o Brasil inteiro pede por minha boca: Anule, Senhor, o decreto de exílio do Dr. José Bonifácio de Andrada e de seus irmãos. O Brasil não pode ver no exílio as suas verdadeiras glórias...

D. Pedro franziu o sobrolho, e naquele cacoete que bem o caracterizava nos momentos de cólera, bateu com a mão esquerda na nuca. Seus olhos fuzilavam, raivosos, estriados rubramente.

Era a crise epiléptica que se avizinhava, violenta e irreprimível. E com os lábios trementes, umedecidos por uma tênue espuma salivar, bramiu, roufenho e ameaçador:

- *Cachorro!*

Placidamente o sábio político fixou seus olhos no Imperador e lhe respondeu, sereno e resoluto:

- *Então Vossa Majestade procure outro... que não seja cachorro.*

Irado, possesso, o imperador segurou Araújo Lima pelo braço. E num rápido movimento de impulsão atirou para longe de si aquele a quem acabava de oferecer uma pasta de primeiro ministro.

Caíra com a agressão, o amigo dos Andradas. E, ao se levantar, murmurou um palaciano que o acudira delicadamente, lastimando o incidente:

- Agora caem os patriotas... Um dia cairá Sua Majestade...

E Pedro I, em verdade, caiu em 7 de Abril de 1831, quando, no campo de Santana, o exército e o povo, irmanados, provocaram a abdicação...e conseqüente exílio, para todo o sempre, do ex-imperador.

ᘏᘐᘏᘐᘏᘐ

16 - Agonia de Mãe

Em princípio de Novembro de 1826, D. Leopoldina, imperatriz do Brasil, adoeceu. Não encontrando melhoras com o seu médico habitual, recorreu ao cirurgião-mor da Corte, conselheiro Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.

A imperatriz teve delivramento[31] prematuro, cujas conseqüências lhe determinaram a morte, dias depois. O "Diário Fluminense" de 4 de Dezembro de 1826, assim se expressava:

"Os ansiosos desvelos, os aflitivos cuidados que, com tanta justiça, têm inquietado os honrados habitantes desta leal Corte acerca da preciosa saúde de S. M. a Imperatriz; os fervorosos votos pela terminação de um incômodo, desgraçadamente prolongado, e que pelo seu caráter assustador fez estremecer os generosos corações de um povo, que adora as virtudes da augusta paciente, se tem mostrado de maneira mais evidente, pelo concurso inumerável de pessoas que se dirigem à Imperial Quinta da Boa Vista, desejosas de ouvirem uma favorável notícia ou ao menos uma lisonjeira esperança. Os criados da Imperial Casa, que de mais perto têm a fortuna de admirar as sublimes qualidades de Sua

[31] Parto (NE)

majestade, desde as classes mais elevadas até as mais inferiores, são inseparáveis daquele recinto, onde está retratada a dor e a aflição.
Os Exmos. Srs. Conselheiros, ministros e secretários de Estado empregam todos os momentos que lhes deixam suas poderosíssimas ocupações, em mostrarem assiduamente sua solicitude, revezando a sua assistência de maneira que sempre se ache presente ao menos um.
Quase não desamparam o Paço o Exmo. Mordomo-mor, a Exma. Camareira-mor, o barão Marschal (ministro da Áustria), os titulares e as pessoas mais distintas e qualificadas, demonstrando todos o mais vivo interesse pela saúde de S. M. Imperial, ardendo em ânsias pelo seu restabelecimento, tão necessário à nossa felicidade.
Não é só no Imperial Paço que se observam tão generosos sentimentos: nas praças e nas ruas desta cidade, nas conversações domésticas, o primeiro e pode dizer-se o exclusivo objeto de todas as esperanças é que o Supremo Rei dos Reis atenda às humildes e fervorosas súplicas que lhe dirige o povo brasileiro, acompanhando a Igreja nas preces públicas que já se ordenaram e começaram nos sagrados templos, para que deus nos conceda, ainda por dilatados anos, a vida preciosa d'Aquela, que, hoje, absorve todos os nossos cuidados e que é o augusto objeto de nossos votos".

Como se vê, era geral a consternação. O mesmo "Diário Fluminense" dizia ao público:

"Enquanto durar o muito sentido estado de incômodo de S. M. a Imperatriz e continuarem as preces pela sua preciosa saúde, não haverá espetáculos nesta cidade".

Três médicos revezavam-se à cabeceira da Imperial enferma: eram eles os Drs. Jerônimo Alves de Moura, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto e Vicente Navarro de Andrada (barão de Inhomirim).

O povo ia sendo avisado do estado da imperatriz, em boletins diários. No 7.o boletim, às 6 horas da tarde, o chefe do corpo clínico informava:

> **"Sua Majestade não tem passado melhor; têm continuado todos os sintomas do mesmo modo que de manhã e como o estado do cérebro e dos nervos, cujas funções aparecem, hoje, mais perturbadas, exigisse uma atenção particular, resolveu-se na conferência que se fez às 11 horas, juntar ao uso dos remédios, em que se achava, cânfora, éter, um vesicatório na nuca e sinapismos, e substituiu-se o vinho quinado à água de Inglaterra. Esperamos pelos efeitos desta modificação no tratamento para se decidir na conferência que há de haver pelas 8 horas, se convém mais alteração**
> **Barão de Inhomirim ".**

Entretanto a imperial doente piorava. No 15º boletim, explicava o médico:

"Sua Majestade continua a passar mal e como tivesse pelas 11 horas desta manhã um arrefecimento considerável nas extremidades, administrou-lhe o Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo Capelão-Mor a extrema-unção; presentemente cessou qualquer arrefecimento e acha-se S. M. do mesmo modo e com a mesma gravidade de moléstia que se publicou nos boletins anteriores.
Barão de Inhomirim ".

No dia seguinte, 11 de Dezembro de 1826, às 10 horas da manhã, informava o médico:

"S. M. a Imperatriz tem passado pior; as suas forças vão desaparecendo e tudo quanto faz parte da sua enfermidade tem piorado. Tem-se posto em prática tudo quanto se podia aplicar interna e externamente e não há recurso que não se tenha tentado, por deliberação das conferências feitas de manhã e de tarde. S. M. ainda vive e as diligências ainda continuam, mas o seu estado é para desanimar.
Barão de Inhomirim.

Finalmente, às 10 horas e um quarto, desse mesmo dia 11, surgia a notícia lutuosa no seguinte boletim:

"Pela maior das desgraças se faz público que a enfermidade de S. M. a Imperatriz resistiu a todas as diligências médicas, empregadas com

todo o cuidado por todos os médicos da Imperial Câmara. Foi Deus servido chamá-la a si pelas 10 horas e um quarto.
Barão de Inhomirim ”.

Quando se soube que o estado de saúde de Leopoldina era desesperador, todas as suas amigas, diante do Santíssimo, exposto na capela do Paço, iniciaram a oração dos agonizantes.

Após a prece fervorosa, uma das senhoras presentes, a Marquesa de Aguiar, confidente da Imperatriz, foi ao quarto da imperial amiga. E aí se manteve até o desenlace.

Pálida e ofegante, D. Leopoldina apertou a mão da amiga, dizendo-lhe, com as lágrimas nos olhos, que ia partir da terra para uma vida melhor, pois estava certa de que Deus a acolheria, porque sofrera muito neste mundo...

Um tremor convulsivo da doente provocava nos alvos lençóis de cambraia ondulações suaves, lembrando o dorso duma torrente do vale quando a brisa a beija nas manhãs de maio.

Elisa Rohan, a pedido da Imperatriz, retirou do pequeno oratório doirado a imagem de Nossa Senhora das Dores. E a moribunda nos últimos instantes da sua vida de santa, apertou, bem perto do seu nobre coração, aquela efígie sagrada de mãe que tanto soube amar e sofrer, como em geral sofrem e amam as mulheres que são mães.

Depois, fixou com seus olhos azuis, que se iam apagando na vitralização da morte, a amiga predileta, Marquesa de Aguiar. Duas lágrimas sulcaram lentamente em sua face desmaiada, e suavemente seus olhos se voltaram para a imagem de Maria santíssima. Beijou-a, com muita devoção e num balbuciar que mais se assemelhava a um gemido de dor, proferiu suas últimas palavras, colhidas pela amiga e pelo capelão:

- *Mãe do Céu, protegei meus filhinhos, meu marido e o Brasil...*

E assim morreu a primeira Imperatriz da terra de Santa cruz, pensando no marido querido, nos filhinhos adorados, e no Brasil, pátria que também se tornara sua, pelo coração e pelo amor...

17 - Festanças de Outrora

Os ledores de jornais antigos do Brasil encontrarão na imprensa carioca de 1821 a narrativa dum famoso baile que aos príncipes D. Pedro e a D. Leopoldina ofereceram os oficiais lusitanos, auxiliados, pecuniariamente, pelo comércio português do tempo.

Essa principesca e assombrosa festa que foi, durante muitos anos, assunto obrigatório na nobreza do primeiro império, teve como promotores o general Jorge Avilez, comandante das tropas portuguesas do Rio, e o abastado negociante e argentário comendador João Coelho Caminha.

Na seriação dos acontecimentos políticos que provocaram o desmembramento do Reino Unido do Brasil e Portugal, esse baile célebre representa o termômetro revelador das dissensões profundas que em 1821 separavam inexoravelmente a gente brasileira da gente lusitana.

Como um exemplo de valor moral dos brasileiros de 1821 e de uma festa do primeiro império, aqui transcrevemos a descrição que desse baile fez um capitão de milícias daquele tempo:

"Às 8 horas da noite começaram a correr as pessoas que tinham que assistir àquele baile. A maior parte dos militares que não tinham comissão e se não propunham figurar na festa foram ocupar as diferentes ordens de camarotes (o baile foi no teatro) assim como muitos magistrados e outros indivíduos que queriam estar comodamente.

As demais pessoas iam entrando pela sala do baile. As senhoras eram recebidas pelo mestre-sala e conduzidas à porta principal da platéia. Aí, um mestre-sala e um membro da comissão lhes ofereciam com a máxima gentileza e donaire uma belíssima e artística medalha de prata dourada, pendente de um laço de fita azul-claro e encarnado. Estas medalhas tinham o feitio das que sua majestade mandara cunhar para os militares que se distinguiram nas últimas guerras da Europa. Mais ou menos uma cruz. Foram numeradas desde 2 até 324, tendo no reverso a data de 1821, primeiro da regeneração nacional pela Constituição.

Cada senhora que chegava recebia uma medalha, cujo número correspondia à ordem de chegada, em relação às que já tinham vindo. E assim eram conduzidas aos assentos da sala.

Haveria para as senhoras quatro mesas de doces. Na primeira se assentariam as de número 2 até 100; na segunda, de 101 até 200; na terceira as de número 201 a 300; na quarta, as restantes.

Adotou-se tal critério de numeração para que não houvesse melindres ofendidos pela preferência desta ou daquela mesa.

A cruz número 1 era feita de ouro, ricamente burilada, e estava reservada para a senhora princesa real D. Leopoldina, posto que não tivesse o mesmo fim das outras.

Às oito e meia da noite a orquestra rompeu uma sinfonia. Depois executou várias peças de música até 9 horas, quando surgiram na entrada do salão os príncipes D. Pedro e D. Leopoldina.

De pé, a assistência, acompanhada pela orquestra, cantou o hino constitucional, que era letra e música do próprio príncipe regente.

Terminado o hino, dispôs-se tudo para o início do baile. O tenente-general Jorge Avilez, num vistoso e brilhante uniforme de gala, dirigiu-se marcialmente em direção à formosíssima e graciosa condessa de Belmonte, curvou-se gentilmente diante dela, e pediu-lhe a honra de uma contradança. A condessa, com um cativante sorriso, levantou-se e, agradecendo a gentileza do general, ofereceu-lhe o braço. E o par, sozinho, deu a volta pelo salão. O general era o homem mais bonito e mais gentil da sala; a condessa era a senhora mais graciosa e mais cativante.

Terminada a volta pelo salão, o lindo par deteve-se diante do trono dos príncipes e graciosamente se curvou, em respeitoso cumprimento.

O príncipe estendeu a destra ao general e a princesa à condessa. Ambos então beijaram as mãos que se lhes estenderam.

Nessa ocasião, a orquestra rompeu uma valsa vienense, e o par, como duas borboletas juntas, revoluteou pelo salão. Era o sinal. Os cavalheiros, dirigidos pelos mestres-salas, procuravam as damas. E o baile animou-se. A ordem era uma contradança austríaca, alternada sucessivamente com contradanças inglesas, francesas e espanholas.

A valsa era a dança que predominava.

A comissão da copa tinha mandado aprontar grande quantidade de doces próprios para chá e com eles, em ricas bandejas de prata, iam os cavalheiros da copa servindo as damas, durante os intervalos das danças.

As damas, quando queriam, procuravam o toucador, onde se concertavam, se necessário, e onde encontravam várias criadas, para todos os serviços que desejassem e até trajes para mudar.

Os príncipes dignaram-se honrar com a sua augusta presença todos os departamentos destinados para os diferentes usos dos convidados, dando aos

encarregados de cada um deles todo o merecido louvor pela delicadeza e asseio com que tudo era dirigido, chegando ao extremo de bondade de saírem do lugar que se lhes reservara e permanecerem no salão com os convidados, durante algum tempo.

Às 11 horas, houve a ceia dos príncipes, servidos pelos criados do paço e assistidos por três cavalheiros e três damas da melhor nobreza, que faziam parte da comissão de recepção, composta de dez membros.

Quando terminou a ceia dos príncipes, os membros da comissão da mesa descerraram o pano do proscênio e surgiu no palco a grande mesa da ceia geral dos convidados, tendo a forma de uma estrela, toda iluminada com candelabros de prata e servida em baixela de prata e da mais fina porcelana.

Para a primeira mesa foram as senhoras que tinham medalhas até o número 100, e na cabeceira de cada mesa, que formava um dos raios da estrela, se colocava uma das senhoras destinadas a fazer as honras da festa, e no meio de cada um lado um dos cavalheiros mestres-salas para servirem as senhoras.

Enquanto este primeiro turno de senhoras ceava alegremente, as outras damas dançavam ou tomavam refrescos.

Quando se acabou a primeira mesa, em um instante se renovaram todas as peças e pratos e tiraram os guardanapos servidos, pondo-se outros limpos.

E assim se foram repetindo os turnos, até o último, que já se fez na madrugada do dia 25, reformando-se sempre a mesa com pratos novos e com a maior prontidão, por ser avultado o número de criados destinados para aqueles e para outros serviços.

Nesta principesca festa, oferecida pelos oficiais da 1ª, 2ª e 3ª linhas e corpos de marinha, auxiliados pecuniariamente pelo comércio, gastaram-se 53 contos".

Mello Morais, no Brasil-Reino, apresenta uma descrição parecida com esta, sem dizer onde a encontrou.

Eis aí como no Brasil-Reino se faziam festas maravilhosas. Menos brilhante foi a do Clube dos Diários, oferecida pelo alto comércio ao presidente da República, em 1920.

Referindo-se ao baile de 1821, comenta Mello Morais no Brasil-Reino:

"Apesar do concurso e da má educação dos oficiais lusitanos que davam o baile, não houve ocorrência de maior importância, a não ser a ausência da gente grada brasileira, que, sendo convidada, só uma ou outra pessoa apareceu por condescendência ao príncipe,

circunstância que não escapou a D. Pedro. Os oficiais dissimularam e não deram a menor demonstração de haverem percebido, salvo mais tarde, quando a sociedade foi diminuindo e se limitou a eles só.
Este baile pôs a limpo a cisão mais ou menos encoberta que já havia entre brasileiros e portugueses. Não era preciso refletir muito para ver que no ânimo de cada brasileiro passava alguma coisa que se não podia amalgamar".

E essa "alguma coisa" era justamente o sentimento separatista que latejava na consciência brasileira de 1821.

***

O "*Anuário*", de Mr. Planchet, editado em 1823, traz coisas interessantes sobre o carnaval do ano da nossa Independência.

Igualmente interessantes são os relatos dos jornais: "O Espelho", "A Malagueta" e a "Vespa".

Nunca houve, até então, tão belo carnaval. Formou-se nesse ano, e nesse ano mesmo desapareceu, uma sociedade carnavalesca para as homenagens a Momo: "Cavaleiros da Folia".

Dela faziam parte rapazes e moças das principais famílias brasileiras, sendo presidente honorário o príncipe D. Pedro e presidente efetivo um filho do visconde do Rio Seco. Apareceu o préstito,

composto de oito carruagens e 36 cavaleiros. Não se faziam carros de crítica, como hoje.

No primeiro carro estava o filho do Visconde do Rio Seco, ladeado por uma irmã e pela filha do comendador Vítor da Silva Pinto. O rapaz se fantasiara de Luiz XIV, e empunhava um estandarte de seda, com bordados de ouro, exprimindo o nome e a data da fundação da sociedade. Em baixo, as palavras “Evohé!” "Evohé!”

A primeira carruagem rodava puxada por quatro fogosos cavalos brancos, cada qual montado por um pajem vestido de escarlate.

A senhorita Silva Pinto representava Isabel da Inglaterra e a outra companheira, Catarina da Rússia.

No segundo carro, puxado por animais pretos, viam-se os representantes do Olimpo: Júpiter, Juno, Vênus, Apolo e Cupido, este representado por uma linda criança, filha do camareiro mor do Paço.

No terceiro carro, homenagem à princesa Leopoldina, havia personagens gloriosos da Áustria: Maria Teresa, representada pela condessa de Belmonte; Francisco I, representado por d. José Plácido; Metternich, por D. Paulo de Souza, sobrinho do Duque de Palmella, e três crianças, simbolizando a Justiça, a Glória e a Felicidade.

No quarto carro, Orfeu, ao lado de Psique, cercado pelas três Musas e três Graças.

No quinto carro, homenagem a D. Pedro, viam-se vultos notáveis da história portuguesa: no meio de todos, em lugar elevado, o Duque de Bragança, fundador da dinastia Bragantina; em torno dele Dom Manoel e Cabral; Afonso Henriques e Nuno Álvares; D. José I e Pombal.

O sexto carro era composto somente de senhoras e senhoritas que cantavam, ao som de bandolins e guitarras, estes versinhos:

Em um navio de oiro,
Vejo, enfim, o meu amor,
Quebrando um grilhão pesado,
Da Pátria amada em louvor.
Do trono mais elevado,
Só Ele será sucessor:
Da nossa terra querida,
Será Ele imperador.
Já na trombeta da fama
Soa com graça e vigor:
Viva o príncipe Regente,
D. Pedro, Nosso Senhor!
Viva o Príncipe Regente,
D. Pedro, Nosso Senhor!

Tão grande impressão causaram no ânimo de D. Pedro esses versinhos que, logo, depois, quando os habitantes de Vila Rica organizaram as festividades em honra do príncipe, que a visitava, encarregaram o poeta local, Francisco Xavier da

Câmara, de recompor essas quadrinhas para a solenidade.

De fato, ao entrar o príncipe no Paço da Câmara, trinta moças de Vila Rica, ao som da música em surdina, entoavam os versos do poeta Francisco da Câmara, mais ou menos como os dos "Cavaleiros da Folia".

Nos três últimos carros, senhoras e cavalheiros cantavam, quando os da frente se calavam, a quadra que servia de divisa aos carnavalescos:

Se a vida toda se tece
Nos fios do bem e do Mal,
Cariocas, a grande messe,
É gozar o Carnaval!

Riquíssimas eram as indumentárias. Porém, a mais bela fantasia foi a da Senhorita Silva Pinto: um vestido azul de princesa, com orlas de lindas e vistosas pérolas no colo, realçadas por um colar de brilhantes, no pescoço; em cima de cada seio, uma tessitura de ouro, circular; na cintura, uma linda faixa de seda branca, bordada a ouro, presa por artística fivela do precioso metal, com cravações de rubis e safiras. Na cabeça, uma diadema pequeno de prata dourada.

O cronista de quem tiramos este relato, afirma que essa toalete certamente valeria, incluindo-se as joias, cerca de 40 contos. Para o tempo, era isso uma fortuna, sabendo-se que a Chácara do Sisson, compreendendo quase todo o bairro do Catete, fora vendida por 16:500$000, em 1809, e

a Chácara da Glória, que compreende hoje três ruas, foi adjudicada, em 1817, pelo Coronel Matias da Silva Pinto aos Duques de Cardaval por 8:000$000 e por estes revendida, dez anos depois, ao Marquês de Jundiaí, por 15:000$000.

O percurso do préstito foi o seguinte:

Trajeto: largo e rua da Glória, rua do Aterrado (hoje do Passeio); da Ajuda (hoje, em parte, Senador Dantas); largo do Chafariz da carioca (hoje Largo da Carioca); rua do Piolho (hoje da Carioca); praça da Constituição (hoje Tiradentes); rua do Conde (hoje Visconde do Rio Branco); campo de Santana (hoje praça da República); rua São Joaquim (hoje Marechal Floriano); rua do Fogo (hoje dos Andradas); rua do Ouvidor, até a rua Direita (hoje Primeiro de Março); largo do Paço (hoje Praça 15).

Neste largo estiveram meia hora em batalhas de laranjinhas,[32] entre cavalheiros do préstito e damas das sacadas do Paço da cidade, enquanto as senhoras, no sobrado do comendador Silva, descansavam e se dessedentavam com refrescos.

Do Paço seguiram pela rua da Cadeia (hoje da Assembleia); rua dos Latoeiros (hoje Gonçalves Dias), daí tomando a rua da Vala (hoje

[32] Essas laranjinhas de cera finíssima encerravam perfumes. Eram pois as avós dos lança-perfumes carnavalescos. Atiradas em alguém, fendiam-se e perfumavam o alvejado. Os maldosos enchiam as laranjinhas de água podre... e até de massa fétida e de líquido saído da bexiga.

Uruguaiana), até o cruzamento com a rua do Sabão (hoje General Câmara), que subiram até a última esquina, donde, atravessando a rua da Viola (hoje Teófilo Ottoni), tomaram o rumo do campo de Santana, dissolvendo-se aí o admirável cortejo dos "Cavaleiros da Folia".

***

Tão brilhante como este Carnaval, em que tomaram parte as mais fidalgas famílias do Rio, só houve outro, em 1862, assim descrito por um cronista:

"Numa escaldante tarde de fevereiro de 1862, terça-feira de Carnaval, descendo pela rua de São Pedro, em direção à rua Direta (1.° de Março), vinha um imponente conjunto de cavaleiros montados em animais de pura raça, ricamente ajaezados, arreios de prata e mantas de pura seda. Em carros, as mais distintas famílias da cidade davam a nota "chique" com variadas e riquíssimas fantasias.

Na direção da rua do Ouvidor o povo premia-se: Era o "Clube X" que, pela primeira vez, aparecia ao povo carioca. Préstito pequeno mas rico, só alegorias mitológicas. O carro estandarte, puxado por dois camelos, assombrava o povo, que não sabia o que mais admirar, tal luxo e esplendor de tudo quanto lhe apresentavam.

O préstito seguiu vagarosamente o seu itinerário, passando pela rua da vala (Uruguaiana), do Piolho (Carioca), Latoeiros (Gonçalves Dias), e muitas outras, recolhendo-se alta noite, cerca de 10 horas (bons tempos aqueles em que 10 horas da noite eram alta noite!) a um barracão situado no caminho de Mata-Porcos".

O Carnaval de hoje é mais "republicano". Nos préstitos desapareceu a nota brilhante da elite social.

Marafonas seminuas, "escarrapachadas" em "poleiros" de papelão, ostentam a sua impudicícia aos olhos congestos da plebe ululante e excitada.

Um milhão de criaturas de todas as cores morais e sociais deblatera-se no centro da "urbes" devassa e alucinada, pletorando a avenida Rio Branco e adjacências numa ascorosa confusão.

E assim se modernizou o carnaval carioca.

ꕥꕥꕥ

18 - Partindo para sempre

As tropas e o povo do Rio, ululantes, vibrando na vigência de um poderio que lhes fora desconhecido até então, irmanados na mesma consciência imperativa da vontade nacional, que se revoltara contra um governo de áulicos ou palacianos, em arranco de energia varonil, exigiram do monarca a demissão do Ministério.

Sentindo-se ferido no seu amor próprio, o Imperador abdicou o trono em favor de seu filho, criança de quase seis anos de idade.

No campo de Santana, a multidão agitava-se, em estos[33] revolucionários. Em S. Cristóvão, D. Pedro e D. Amélia preparavam-se para a partida. Passara assim o dia 6 de Abril de 1831.

E já brilhava além, no horizonte, a estrela Dalva, anunciando o dia 7, quando os imperadores abdicantes foram ao quarto do novo monarca, o menino Pedro II.

Sem compreender os trágicos acontecimentos do dia que se passara, a imperial criança repousava placidamente, talvez sonhando com histórias de fadas. Um leve sorriso debuxava-se em seus lindos lábios infantis.

---

[33] Vai e vem, ondas (NE)

D. Pedro e D. Amélia contemplaram, emudecidos, com os olhos marejados de lágrimas, aquele dormir de inocência, enquanto lá fora, bramia, furiosa, a patuléia[34] revoltada.

Depois dessa contemplação, em que se dilacerara, na despedida, um coração de pai, o ex-imperador baixou a cabeça até o leito, e na fronte do filho depositou o seu último beijo. Duas lágrimas quentes deslizaram rápidas, e aqueceram ligeiramente a face da criança.

D. Amélia, comovida, também baixou os lábios até a cabecita loira do imperial menino.

Beijando-o duas vezes, viam-se na face da madrasta dois sulcos luzidios, por onde descaiam, vagarosamente, lágrimas sinceras de mulher que sabe amar e que sabe sofrer.

D. Pedro e D. Amélia iam partir, deixando, entregue aos seus sonhos encantados, com ligeiro sorriso na flor dos lábios o novo imperador, que ficava nas mãos do destino, sob a proteção da alma brasileira, vigilante e afetiva.

E iam partir...

Na majestosa Guanabara, balouçante, um vulto destacava-se: era a nave inglesa “Warspite”. A esse pedaço da Inglaterra, atirado às águas esmeraldinas de nossa famosa baía, o Duque de Bragança, D. Pedro de Alcântara, e sua esposa,

[34] Plebe, povo, ralé (NE)

Da. Amélia, iriam pedir asilo na sua desventura de imperadores sem Império.

Assim, nesse dia 7, os ex-imperadores se despediam da criança a quem tanto amaram e que deixavam entregue ao carinho e lealdade do povo brasileiro, estertorante na plenitude da sua soberania.

D. Mariana Augusta Pinto Ribeiro, açafata[35] da criança imperial, trouxera as joias da ex imperatriz.

D. Amélia escolheu uma pequena cruz de brilhantes, joia que mais estimava por ter sido o primeiro presente que lhe dera, em terra do Brasil, o querido esposo.

Juntando-a a uma carta, que pouco antes escrevera, deu a carta e a joia a D. Mariana, pedindo-lhe que as transmitisse ao jovem príncipe, quando acordasse.

Na carta pusera a madrasta toda a afetividade de mulher que vive para o amor e que sabe amar. Era o derradeiro adeus, grito angustioso dum coração dilacerado pela despedida do ser que ela adotara como filho, e que como filho amava, embora apenas fosse sua madrasta.

Só mulheres que são mães poderão bem compreender as torturas que surgem e resultem em momentos angustiosos duma separação como

[35] fidalga a serviço de damas da família real (NE)

essa. Esta carta que se vai ler, deixada por D. Amélia como despedida ao enteado, é um pungente grito de dor.

Eis a carta da Imperatriz sem Império:[36]

> “Meu filho querido, delícias da minha alma, alegria de meus olhos, filho que meu coração tinha adotado! Adeus para sempre!
> O quanto és formoso nesse teu repouso! Meus olhos chorosos não se puderam furtar de te contemplar! A majestade de uma coroa, a debilidade da infância, a inocência dos anjos, cingem tua fronte de um resplendor misterioso que fascina...
> És o espetáculo mais tocante que terra pode oferecer! Quanta grandeza e quanta fraqueza a humanidade encerra, representadas por ti, criança idolatrada: uma coroa e um berço!
> A púrpura ainda não serve senão para estofo, e tu, que comandas exércitos e reges um Império, ainda careces de todos os desvelos e carinhos de mãe.
> Ah! querido menino, se eu fosse tua verdadeira mãe, se meu ventre te tivesse concebido,

[36] A carta da Imperatriz Amélia ao enteado e aos brasileiros, apareceu em 1831 impressa em vários folhetos caramurus. Angliviel de Beaville traduziu-a para o francês. A redação oferece diferença em dois textos que tive nas mãos. Supunha a princípio que o melhor fosse o de Paulo Gomes, que serviu de modelo a Raffard; porém no folheto caramuru “O grande imperador” veio publicada a carta tal qual a reproduzimos neste conto.

nenhum poder valeria para me separar de ti, nenhuma força te arrancaria dos meus braços!
Prostrada aos pés daqueles que abandonaram meu esposo, eu lhes diria entre lágrimas:
"Não sou mais Imperatriz, e sim a mãe amantíssima... Permiti que vigie o "nosso tesouro", que é esta criança e que é meu filho e vosso Imperador. E eu lhes diria assim:
- "Vós o quereis seguro e bem tratado, e quem o haveria de guardar e cuidar com maior devoção senão eu, sua mãe. Apenas, sou tua madrasta, embora te queira como se fosses o sangue do meu sangue. Um dever sagrado me obriga a acompanhar o ex-imperador no seu exílio, através dos mares, em terras estranhas... Adeus, pois, para sempre!
Oh! mães brasileiras, vós que sois meigas e carinhosas para com vossos filhinhos, supri minhas vezes: adotai o órfão coroado, dai-lhe, todas vós, um lugar na vossa família e no vosso coração.
Se a maldade e a traição lhe prepararem ciladas, vós mesmas armai em sua defesa vossos esposos, com a espada, o mosquete e a baioneta. Ensinai, com voz terna, as palavras de misericórdia que consolam o infortúnio; as palavras de patriotismo que exaltam as almas generosas, e de vez em quando sussurrai ao seu ouvido o nome de sua mãe de adoção, que sou eu.
Oh! mães brasileiras, eu vos confio este preciosíssimo penhor da felicidade do vosso

país, de vosso povo: belo e inocente ele vos fica entregue.
E tu minha criança querida, estás dormindo enquanto nós, teu pai e tua mãe de adoção, partimos para o exílio, sem esperanças de nunca mais te vermos... senão em sonhos.
Adeus, órfão-imperador, vítima de tua grandeza antes que o saibas conhecer! Adeus, anjo de inocência e formosura! Adeus! Deixo-te um beijo, ainda outro... e mais um último.
Adeus, adeus para sempre.
Amélia".

Lá, em plena Guanabara, a nave inglesa "Warspite" esperava os ex-imperadores. Deviam partir... e partiram.

Ao deixar o palácio, lançando um último olhar ao berço de Pedro II, a imperial madrasta, lacrimejando, balbuciou para Da. Mariana, açafata do Paço:

- Ah! minha amiga, se eu fosse mãe dessa criança, em vez de ser sua madrasta, revolução alguma conseguiria separar-me dela. Mais forte que as revoluções sanguinolentas dos homens, é um coração de mãe...

E saiu...

Enxugando as lágrimas tépidas que sulcavam sua face, Da. Mariana virou-se para a outra açafata do

Paço, Da. Joaquina Severiana Pinto Ribeiro e disse-lhe soluçante:

- Da. Joaquina, essa mulher sabe amar... Viu suas lágrimas?

Da. Joaquina Severiana, hierática[37], solene, inflamada de orgulho patriótico por ver dois estrangeiros de sangue real vencidos pela vontade do povo brasileiro, com uma voz sibilante, retorquiu:

- Pois não compreendeu, Da. Mariana? Foram apenas lágrimas de Madrasta..

ꕥꕥꕥ

[37] Formal (NE)

19 - O Marechal de Ferro

Apesar de já se ter escrito muita coisa sobre o Marechal Floriano Peixoto, ainda sua figura de esfinge não foi completamente estudada e decifrada.

Há no Rio alguém que conviveu com o marechal, merecendo-lhe profunda amizade e absoluta confiança. Esse alguém é hoje um pacato negociante que, como qualquer transmontano ou minhoto da Avenida ou da rua do Rosário, usufrui a paz proveitosa do comércio carioca.

Mas, esse feliz burguês de hoje já foi outrora um dos mais valentes e briosos oficias do nosso Exército, então em franca atividade republicana.

Referimo-nos ao capitão reformado Guilherme Silva, que era ajudante de ordens de Floriano em 15 de novembro de 1889, cargo que continuou a ocupar na República. Era, nesse tempo, tenente de artilharia.

Ninguém mais do que o capitão Guilherme Silva poderia com justiça dizer algo sobre a individualidade do marechal de Ferro. E disse-o.

Interessante é o seu depoimento. Talvez seja um valioso subsídio, se não for o melhor, para a

decifração dessa grande esfinge, da História da República que foi Floriano Peixoto.

O que disse o capitão Silva merece as honras de um registro nas páginas da História. Publicado no número de 29 de Junho de 1920 no apreciado e interessante vespertino carioca “A Noite”, o seu depoimento simples e sincero revela uma face desconhecida da vida do imortal consolidador da República. Leiamo-la, pois:

“Floriano nunca foi republicano. Liberal por índole, quando se viu envolvido nos tumultos republicanos, cumpriu o seu dever. Lembro-me de, no dia da proclamação, depois de assistir no gabinete do Ministério da Guerra à reunião dos próceres republicanos, o marechal, quando saía, tocou-me no ombro, para acrescentar:

- O nosso velho vai mesmo embora desta vez.

De momento, não atinei com a intenção das suas palavras e inquiri sobre quem era o velho. A isso Floriano respondeu, emocionado: “O Imperador!” Olhei para ele e vi que tinha os olhos rasos d’água.

Levado, depois, ao poder, a sua conduta foi sempre ditada pela vontade consciente. Essa vontade, eu a verifiquei, pelas ordens enérgicas e oportunas que dele recebi nas diversas emergências.

Cito duas: no dia da proclamação, o marechal chamou-me e disse: "Você vai com a força receber os príncipes, que descem de Petrópolis. Meta-os no carro e cerque-os de todas as garantias. Não permita o menor desrespeito, nem um assobio".

Executei as ordens suas; os príncipes vieram por mar.

Por ocasião de ser preso o conselheiro Mayrink, o marechal deu-me ordens de executar a captura, nos seguintes termos: "Prenda-o. É preciso trazê-lo, ainda que seja a sua cabeça". Felizmente não foi preciso tanto.

Esse homem de vontade segura era, na intimidade, um simples e um bom. Querendo reintegrar um compadre seu, alagoano, e tendo Rui Barbosa se negado a executar o ato, fui por ele encarregado de procurar o ministro da fazenda, e só abandoná-lo depois da nomeação. Assim fiz.

A sua vida íntima demonstra uma simplicidade extraordinária. Ouvia a todos como se estivesse aceitando as opiniões de cada um, para, depois, executar a sua vontade.

Avesso a cerimônias, como chefe de governo, nunca pôde conformar-se com as exigências do protocolo. A sua opinião era ostensivamente contrária ao golpe de estado do Marechal Deodoro. Pois bem.

Sabendo que assumiria o poder com a vitória do ponto de vista que adotada, não tomou atitude solene. A posse era às 10 horas e às 9 ele estava em casa vestido de “robe-de-chambre”.

Mais tarde, tendo que receber o núncio apostólico, em palácio, às 11 horas, às 10 não tinha camisa e mandava comprar uma pelo sargento de polícia destacado ao seu serviço. Vestido de preto, de chapéu mole, inspecionava os lugares de mais risco.

Sublevara-se o regimento de cavalaria. Chamando-me, Floriano encarregou-me da missão melindrosa de ir ao regimento ouvir os soldados e sondar a respeito dos acontecimentos. Fui.

Logo que aí cheguei, tive a surpresa de encontrar o marechal, à paisana, entre os rebeldes, executando a missão de que me encarregara.

A vida íntima de Floriano Peixoto foi sempre um exemplo de simplicidade. Entregue aos seus misteres, resolvendo tudo, para executar as conclusões a que chegava, nunca deixou ninguém perceber o seu desejo, antes de dar início à sua execução”.

Assim falou Guilherme Silva, que privou na intimidade do “Marechal de Ferro” e que possui cartas e bilhetes de seu antigo chefe. O curioso é que as narrativas a respeito dos acontecimentos da proclamação da República, só se referem a

esse ex-oficial do Exército, dizendo “um alferes” ou “o alferes”.

Guilherme Silva preferiu o silêncio, julgando de pouca valia a sua assistência junto de quem é, dado pelo história, como o consolidador da República.

Ainda agora, citando episódios, recordando aspectos íntimos de Floriano, mostrando os termos da sua intervenção, o capitão Guilherme Silva alega:

- O meu papel era apenas de espectador. Alferes com 21 anos, apenas cumpria o meu dever.

Nem por isso as suas impressões são menos interessantes. Conhecendo episódios que definem o caráter e acentuam o perfil de Floriano Peixoto, esse ex-oficial os cita com singeleza e precisão.

O que a Esquadra fez a Deodoro em 23 de Novembro de 1891, fez a Floriano Peixoto em 6 de Setembro de 1893. Porém, Floriano resistiu e venceu, chegando ao fim do seu governo em 15 de Novembro de 1894.

Logo no princípio da revolta, certa nação estrangeira, muito poderosa, parecia ser simpática aos revoltosos. Na baía da Guanabara estavam dois navios desse país.

Um dia, o comandante de um desses vasos de guerra, acompanhado pelo respectivo cônsul, procurou o Marechal no palácio do Itamarati.

Disse-lhe que não confiava nas providências do Governo, que os seus patrícios precisavam ser garantidos em suas vidas e em suas propriedades e que por isso a marinhagem estrangeira ia desembarcar. Mas antes de dar as necessárias providências, desejaria saber como o Governo receberia os marinheiros de sua nação.

Floriano levantou-se como se fosse movido por um choque elétrico. Aquela pergunta era um insulto à pátria, ao brio e à honra dos brasileiros.

- *Sr. Marechal, como receberá os nossos marinheiros?*

O Marechal, olhando indignado o atrevido estrangeiro, deu dois passos para a frente e respondeu secamente:

- *Serão recebidos à bala...*

Os dois estrangeiros cumprimentaram o Marechal e saíram. Mal tinham saído, Floriano chamou um dos seus oficiais ajudantes e por ele mandou a ordem escrita ao comandante das tropas que defendiam os pontos de desembarque: “varrer com metralha a marinhagem estrangeira que desembarcar”.

Depois, ele próprio foi dar providências, distribuindo soldados pelo litoral e inspecionando as obras de defesa da cidade. Esperou os acontecimentos. Os estrangeiros não desembarcaram...

Discute-se muito sobre a proclamação da República. Para uns, o regime atual foi devido a Benjamim Constant; para outros, a Deodoro.

A verdade, porém, é que a República foi feita por ambos: Benjamim foi o cérebro que arquitetou o plano revolucionário, que incandesceu as consciências patrióticas; Deodoro, o braço que executou a obra ideada e preparada pelo grande e saudoso mestre da mocidade de outrora.

Benjamim gastou muitos anos apostolando a república, na sua cátedra da escola Militar; Deodoro, o chefe revoltado contra o ministério Ouro Preto, só se fez republicano poucos dias antes de 15 de Novembro de 1889.

De ambos é a glória de fautores de nossa república. Mas se se quiser distinguir um do outro, em merecimento republicano, certo é que a primazia pertence a Benjamim Constant.

Um homem que não mentia, um homem que encarnou em si toda a energia nacional, um homem que consolidou o regime republicano, convulsionado pelas tempestades políticas disse que a República foi obra de benjamim Constant e Deodoro da Fonseca.

E colocou Benjamim em primeiro lugar, justamente. E ninguém mais do que esse homem que se chamava Floriano Peixoto estaria a par dos acontecimentos.

Em resposta à oficialidade do exército brasileiro, que o proclamara consolidador da república, em 1895, escreveu o "Marechal de Ferro" a sua última carta, que pode ser considerada um testamento político.

Em frases incisivas com o seu olhar acerado, em períodos candentes como sua alma inflamada pelo amor da pátria, em asserções impressionantes como a sua energia espartana, o glorioso marechal traçou no papel as últimas letras de sua vida política.

Nesse documento assinado por Floriano, se aprende que a República foi "*a obra grandiosa de Benjamim Constant e Deodoro*".

Eis a sua carta:

> Divisa, 20 de junho de 1895.
>
> Meus amigos
>
> Recebi com especial agrado a sincera manifestação do vosso apreço. Ela tem para mim um valor inefável, pois revela a generosidade dos vossos nobres corações. Ela me enche a alma de um prazer imenso, porque vejo nela um tributo da vossa gratidão a um velho servidor da pátria, que lhe consagrou de coração o melhor de sua vida, e da República, por amor da qual sacrificou o resto da saúde e vigor que lhe deixou a penosa campanha do Paraguai.

Hoje, como vedes, vivo longe do lar, a procurar em vários climas a reparação das forças perdidas nas lutas pela pátria e pelas nossas instituições.
Nesta peregrinação alimento a esperança de alcançar o Criador e a mercê de viver mais algum tempo para prover a educação dos filhos, órfãos, há cinco anos, dos cuidados paternos; e também para lograr o prazer de contemplar a jovem República, livre de embaraços que ora lhe estorvam os passos, a marchar, desassombrada e feliz, ao lado das nações mais adiantadas do velho e do novo mundo.
A vós, que sois moços, e trazeis vivo e ardente no coração o amor da pátria e da república, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos.
Diz-se, e repete-se, que ela está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em sua ação lenta, mas contínua e surda.
Alerta! Pois.
A mim me chamais o consolidador da República. Consolidador da obra grandiosa de benjamim Constant e Deodoro são o Exército Nacional e uma parte da armada, que é a lei e às instituições se conservaram fiéis.
Consolidador da República é a Guarda Nacional, são os corpos de polícia da capital e do estado do Rio, batendo-se com inexcedível heroísmo e

selando com o seu sangue as instituições proclamadas pela revolução de 15 de Novembro. Consolidador da República, finalmente, é o grande e glorioso partido republicano, que, tomando a forma de batalhões patrióticos, tais e tantos feitos de bravura praticou, que serão ouvidos sempre com veneração e respeito pelas gerações futuras.

São esses os heróis para os quais a pátria deve volver os olhos, agradecida.

À frente de elementos tão valiosos não duvidei, um momento sequer, do nosso triunfo; e, pedindo conselhos à inspiração e à experiência, e procurando amparo no sentimento da grande responsabilidade que trazia sobre os ombros, tive a felicidade de poder guiar os nossos no caminho da vitória.

Foi esse o meu papel: se mérito existe nele, não almejo outra recompensa senão a prosperidade da república e a estima dos que sinceramente lhe consagram o seu amor.

Vou terminar: as prescrições médicas não me permitem o mais leve trabalho mental; mas, para corresponder à vossa gentileza, não duvidei infringir os conselhos da Ciência, e escrever estas linhas que vos entrego como penhor e testemunho da minha eterna gratidão.

Floriano Peixoto".

E morria Floriano, nove dias depois de escrever esta carta, que é o reflexo das suas ânsias

patrióticas, a expressão sobre-humana de um idólatra da república, o soluçar comovente de um pai que sacrificou o seu lar, a sua saúde, o seu bem-estar, em favor da Pátria.

E quem sabe se lágrimas candentes não deslizaram devagar, bem devagar, pela sua bronze face de esfinge, ao pôr assim a sua alma de herói nas páginas de uma simples carta?!

ജ്ജ്ജ

20 - Alma Heroica dos Pampas

A década monárquica que decorre de 1835 a 1845 deveria chamar-se, nas páginas da história pátria, a "Década de Sangue". Em verdade, dentro de seus limites jorraram abundantemente caudais de sangue brasileiro.

O então jovem império do Brasil estremecia nos seus alicerces, ameaçados de formidável derrocada. A política punha entre duas facções poderosas marcos intransponíveis.

O imperador, criança privilegiada que os maus fados separaram do carinho paterno, constituía apenas uma figura decorativa nos cenários dos acontecimentos políticos.

Na virente[38] idade dos brincos juvenis, não lhe era possível esmaltar as energias latentes com o abnegado e sincero devotamento à pátria, de que tanto precisava a política desse tempo.

Em furiosas catadupas de ódio, estrondeavam por toda a parte as lutas sangrentas dos dois partidos que então disputavam o poder.

---

[38] Verdejante, viçoso (NE)

Na Bahia, a Sabinada empolgara a atenção dos boateiros; no Maranhão, os cabanos e bem-te-vis escabujavam[39], enfurecidos, no pó da peleja.

Em Minas, o prestígio formidável dos Ottonis provocava a luta de Santa Luzia, em que 3.000 mineiros, apesar da sua assaz celebrada astúcia, foram enrodilhados e completamente esmagados pela habilidade dos felizes irmãos Luiz e José Joaquim de Lima e Silva.

Em São Paulo, eram a magna influência de Feijó e a ambição do coronel Rafael Tobias de Aguiar que acirravam os ódios e reuniam em Sorocaba um pequeno exército, manejando ridícula artilharia.

E mal o bravo e astuto Caxias pisava terra paulista, já o rubicundo Tobias ganhava a estrada do Rio Grande do Sul, numa desabalada corrida.

No Rio Grande do Sul era a mágoa incontida dum chefe de partido que ameaçava a integridade nacional. E neste ponto, nesta nesga bravia dos pampas, na terra gloriosa do famoso Pinto Bandeira – a melhor espada brasileira do século XVIII – o movimento assumiu proporções de uma calamidade nacional.

Enquanto o governo central sufocara em três tempos revoluções de províncias importantes como as de Minas, S. Paulo, Bahia e Maranhão, no Rio Grande as forças imperiais sofriam revezes, e, se triunfavam, o triunfo, em vez de arrefecer a

[39] Espernear (NE)

combatividade dos gaúchos e pampeiros, acirravam mais a alma espartana na ânsia da desforra. E foi assim que a nossa história registrou a "Guerra dos Farrapos".

Já na Europa os fastos mavórticos[40] encontraram na Flandres uns farroupilhas gloriosos (*les gueux*) que, com a espada na mão, expulsaram o espanhol usurpador duma terra bendita, donde surgiram dois belos países: a Bélgica e a Holanda.

Foi em 20 de setembro de 1835 que o Rio Grande do Sul, na pessoa de seu filho mais representativo, atirou o cartel de desafio ao governo central.

Na corte digladiavam-se dois partidos. De um lado, a regência, com o liberal padre Diogo Feijó. Do outro, Araújo Lima e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

No Rio Grande, onde os conservadores ou pedristas eram perseguidos por uma criatura de Feijó que era o Dr. Fernandes Braga, repimpado na governança da província, os ânimos exaltavam-se. Foi então que Bento Gonçalves escreveu ao Regente:

> "Senhor: Em nome do povo do Rio Grande depus o governador Braga, e entreguei o governo ao seu substituto legal Mariano José Ribeiro. E em nome do Rio Grande eu lhe digo que nesta

[40] Relativo à guerra (NE)

província extrema, afastada dos corrilhos e conveniências da corte, dos rapapés e salamaleques, não toleraremos imposições humilhantes, nem insultos de qualquer espécie. O pampeiro destas paragens tempera o sangue rio-grandense de modo diferente do de certa gente que por aí há.

Nós rio-grandenses, preferimos a morte no campo áspero da batalha às humilhações nas salas blandiciosas do paço do Rio de Janeiro.

O Rio Grande é a sentinela do Brasil que olha vigilante para o Rio da Prata. Merece, pois, mais consideração e respeito. Não pode nem deve ser oprimido por déspotas de fancaria.

Exigimos que o governo imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro, e com a espada na mão, saberemos morrer com honra, ou viver com liberdade.

É preciso que saiba V. Excia., Sr. Regente, que é obra difícil, senão impossível, escravizar o Rio Grande, impondo-lhe governadores despóticos e tiranos.

Em nome do Rio Grande, como brasileiro, eu lhe digo, Sr. regente, reflita bem antes de responder, porque da sua resposta depende talvez o sossego do Brasil.

Dela resultará a satisfação dos justos desejos de um punhado de brasileiros que defendeu contra a voracidade espanhola uma nesga

> **fecunda da pátria; e dela também poderá resultar uma luta sangrenta, a ruína de uma província ou a formação de um novo Estado dentro do Brasil".**

Lendo esta carta, o Regente Feijó sorriu. O grande ituano não acreditava que o Rio Grande do Sul pudesse, sozinho, sustentar uma luta com o resto do Brasil.

E a resposta foi enviar para Porto Alegre, como substituto de Fernandes Braga, governador deposto, uma figura detestada por Bento Gonçalves – José de Araújo Ribeiro.

Mas o rio-grandense é feito de fibras de aço: não se quebra facilmente. Os gaúchos já vinham de longo tempo sofrendo do centro as maiores humilhações.

Em 15 de abril de 1823, José Bonifácio expediu um decreto perseguindo o membro da junta governativa do Rio Grande – Antonio Bernardes Machado, unicamente porque Bernardes Machado era amigo do ex-governador Saldanha e por isso "podia vir a ser mui prejudicial à segurança do estado, se não tomassem a respeito todas as medidas de precaução", dizia o aviso imperial.

Fora uma provocação ou um acinte de José Bonifácio. Os gaúchos Bernardes Machado e Saldanha eram dois chefes poderosos nos pampas.

Mais tarde, após a batalha de Ituzaingo, o Brasil, contra a vontade do Rio Grande, assinou a paz com Buenos Aires.

Houve então em 1828 um movimento de rio-grandenses para, por sua conta e risco, fazer a guerra contra os argentinos, pois Ituzaingo era uma nódoa na dignidade nacional, que precisava ser lavada. Justamente o Rio Grande era o mais interessado no revide, por ser o que mais sofrera.

Assim, os ânimos estavam exaltadíssimos quando surgiu o incidente de 20 de Setembro de 1835 e com ele a "Guerra dos Farrapos" e a proclamação da República de Piratini na serra dos Tapes.

Durante dez anos o Rio Grande, em defesa de sua liberdade política, sustentou uma luta formidável com o resto do Brasil, ora vencendo, ora vencido.

Em 1843 Caxias assumiu o comando das forças imperiais. E proclamou aos farroupilhas:

> **"Lembrai-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de todos, o inimigo da nossa raça e da nossa tradição.**
> **Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então, nossas espadas e nosso sangue.**
> **Vede que esse estrangeiro exulta com esta triste guerra, com quem nós mesmos nos estamos enfraquecendo e destruindo.**

> **Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da pátria, que é a nossa mãe comum".**

Sabedor dessa proclamação patriótica, em que se lhe fazia referência, Rosas exasperou-se.

Mandou um mensageiro oferecer a Davi Canabarro um auxílio poderoso de homens, armamentos e dinheiro, terminando com estas frases:

> **Meus homens estão prontos para se unirem aos valentes do Rio Grande. A um simples aceno eles transporão a fronteira e esmagarão os imperiais, combatendo pela vossa república. Quereis o meu auxílio? Ele decidirá o vosso triunfo.**

Canabarro respondeu:

Senhor. O primeiro soldado de vossas tropas que atravessar a fronteira fornecerá o sangue com que será assinada a paz de Piratini com os imperiais. Acima de nosso amor à república colocamos o nosso brio de brasileiros. Quisemos a separação. Hoje queremos a integridade da pátria. Se puserdes agora vossos soldados na fronteira encontrareis ombro a ombro os soldados republicanos de Piratini e os soldados monarquistas do Sr. D. Pedro II.

Daí à paz honrosa de 35 foi um pequeno passo. Pouco depois, ombro a ombro, como dissera

Canabarro, os republicanos de Piratini com os monarquistas de Pedro II, batiam fragosamente os platinos de Rosas na batalha de Monte Caseros, limpando a nódoa de Ituzaingo.

***

Silveira Martins foi um dos maiores vultos que têm surgido na vida agitada e febril do invicto e glorioso estado do Rio Grande do Sul.

Figura empolgante e atlética de tribuno das multidões, fascinava com o seu belo aspecto de apóstolo político e de condutor de idéias. Sua voz forte e potente tonitroava em catadupas de imagens brilhantes, levando o espírito da assistência a convicção inabalável.

E era assim, temido e temível.

Em toda a campanha rio-grandense, quando se falava no Gaspar, o gaúcho valoroso estacava, convicto e reverente, e na inconsciência dum ímpeto formidável, balbuciava:

- *Ah! o Gaspar!*

E destarte, Silveira Martins, que tinha sido uma força incontrastável nas lutas do segundo império, se tornou na República, apesar de deportado e perseguido, o pesadelo das primeiras governanças republicanas. Temiam-no todos os chefes inimigos como o beduíno do Saara teme o tempestuoso simum.

E o simples nome do conselheiro Gaspar perturbava o sono das vestais da República e provocava o alvoroço no terreiral dos gansos capitolinos.

Em verdade, Gaspar era um perfeito condutor de homens através de idéias: seduzia e empolgava.

Seu nome era uma bandeira. A um simples aceno de Gaspar toda a campanha do Rio Grande se levantaria como um só homem, para vencer ou morrer.

Mas o glorioso tribuno era, acima de tudo, um grande patriota. Caluniavam-no. Diz a história que foi esse grande filho dos pampas quem instigou os rio-grandenses para a homérica e gigantesca luta de 92.

Mentem os que assim afirmam. Ao contrário do que se diz, Silveira Martins quis evitar o derramamento copioso de sangue irmão.

E a prova flagrante, irrecusável, convincente, indestrutível é o seguinte telegrama que ele passou ao general Jóca Tavares, chefe federalista, antes do rompimento decisivo:

> *General Silva Tavares – Bagé*
> *Governo central apoia com forças federais situação política por ele criada Estado; por mais numerosas sejam forças comandais, se não desarmardes, terrível guerra civil – maior flagelo pode cair sobre um povo, - será fatal*

conseqüência. Centro não pensou, guerra neste Estado abalará toda federação não ainda consolidada.
Como em 35, guerra pode tornar-se de independência; como em 25, intervindo repúblicas vizinhas, pode tornar-se externa; vossa grande pátria, dilacerada pelos ódios, enfraquecida pela intolerância, se dissolverá.
Que brasileiro hesitará fazer máximo sacrifício para evitar irreparável calamidade?
Patriotismo manda suportar tudo; proteste contra precedente, ressalve direito Estado; mas entre acordo desarmar. Não ficará menor, antes muito elevado.
Haverá descontentes; não tem sua responsabilidade; história não registrará feito mais patriótico veterano guerra Paraguai. General Mitre frente 7.000 homens depôs armas La Verde para não arruinar pátria pela guerra civil; Mitre ainda é o cidadão mais respeitado de toda Confederação.
Não comandastes em chefe exército aliado, não fostes chefe Estado como Mitre, mas não sois menos brasileiro que Mitre argentino; haveis de proceder como ele.
Como chefe de partido aconselho, como correligionário peço, como rio-grandense suplico:
- Guerra civil, não. Não é necessária para conquistar poder e conter governo federal; dificuldades todo gênero, erros naturais de governos, liberdade de imprensa, opinião pública

fazem o que violência não consegue. Só força maior tem impedido achar-me aí para poder verbalmente manifestar necessidade evitar todo transe guerra civil.
Porto Alegre, 21 de Junho de 1892.
Silveira Martins".

De nada valeu esse conselho.

O general Jóca da Silva Tavares não recebia insultos impunemente. Nas suas veias corria e borbulhava o sangue nobre da gente rio-grandense.

O governo atirara-lhe o cartel de desafio, com uma insolência irritante e perversa. Um rio-grandense jamais foge da arena de combate. Provocado, luta para vencer ou morrer. E Jóca Tavares, de pé firme, à frente de um pugilo de bravos, esperou o ataque e repeliu-o briosamente.

Em alternativas de triunfos e derrotas, pela segunda vez o Rio Grande do Sul sustentou sozinho uma gigantesca luta contra o resto do Brasil. Se em 1835 o Rio Grande, após 10 anos de combates incessantes, não foi humilhado, também na primeira década republicana ele não o foi e nunca jamais o será, porque os rio-grandenses morrem mas não se humilham.

Retrato fiel da alma heróica dos pampa nos dá, em traços de água forte, o gaúcho Roque Callage, como se vai ver:

No combate travado em 15 de Agosto, nas cercanias de Canguçu, morreu heroicamente o legionário Jorge Elejalde, com 17 anos, estudante de preparatórios, filho de uma das principais famílias de Porto Alegre.
Zéca Neto, de cuja coluna fazia parte o jovem combatente, deu ciência do ocorrido à mãe de Jorge, senhora viúva, lamentando a grande perda.
Pouco depois recebia o valoroso guerrilheiro este impressionante telegrama:
"Ao general Neto, agradecida pela sua comunicação. Estou consolada porque meu amado filho morreu cumprindo o seu dever de rio-grandense. (Assin.) Viúva Elejalde
No mesmo combate caiu sem vida, também, outro gaúcho valoroso, o jovem Álvaro Lemos. Informada do doloroso desfecho, a família telegrafa nestes termos:
"Pedimos transmitir general Neto nosso afetuoso abraço, dizendo-lhe estarmos plenamente consolados perda seu dedicado soldado, nosso irmão Álvaro, morto no campo da honra".

De outra senhora sabemos que ao lhe darem notícia da morte do filho, em Santa Maria Chico, respondeu com a serenidade de uma matrona romana:

"A dor em perdê-lo é grande; consola-me, porém, a ventura de ver em breve a nossa amada terra libertada".

Há, sem dúvida, qualquer coisa de extraordinário na afirmação desses gestos.

É realmente assim a alma da mulher gaúcha. Essa atitude que é bem a clássica atitude das heroínas de Homero, não é um episódio perdido na nossa existência de povo atirado entre fronteiras, nos confins do Brasil.

Fatos inúmeros, casos perfeitamente idênticos entre si, são rememorados em lições diárias, no convívio do lar, nas palestras do fogão amigo, nos cantares dos troveiros, nas façanhas que se contam pelas estâncias e ranchos, de outras épocas agitadas da vida rio-grandense.

Toda a nossa história bárbara e heróica, desde o seu início até hoje, está cheia dos mesmos episódios, cada qual mostrando que em transes tais, em momentos decisivos para o coração e para o afeto, a mulher tem sabido trocar a sua encantadora fragilidade – em verdade a sua arma mais poderosa – pelos lances resolutos, de desprendimento de alma, de grande, de poderosa, de absoluta abnegação moral.

Com isso mais aumenta a estranha poesia mística da alma feminina, revivendo todo o ciclo, ora sombrio, ora luminoso, quase sempre tumultuário desse pedaço da Mãe-Pátria, a ela ligado por

indissolúvel laço, na comunhão, na partilha do mesmo destino”.

E assim ficou retratada, nesses episódios acima descritos, a grande, invicta e formosa “alma heróica” dos pampas rio-grandenses.

ឆ្ឆ្ឆ

21 - A Literatura de Pedro I

Contam os analistas do primeiro reinado que Pedro I era um boêmio incorrigível. Arrebanhara na salsugem[41] um punhado de amigos, que o acompanhavam alegremente nas serenatas e regabofes noturnos, muitas vezes terminados em pancadaria grossa, da qual nem sempre escapava o próprio príncipe, quando os adversários eram valentes e ágeis.

Música e poeta, a qualquer pretexto o primeiro imperador musicava e poetava. Porém, onde mais se inspirava o seu estro era na perda ou aquisição de mulheres.

De sua versalhada esparsa aí pelos arquivos particulares, em originais ou cópias, o investigador poderá aproveitar muita coisa para o aspecto boêmio ou literário do "herói do Ipiranga".

Na célebre viagem a S. Paulo, o príncipe foi informado dum crime emocionante: "uma formosa paulista, de conceituada família, esquecera-se de seus deveres conjugais e perdera-se de amores por um certo rapagão. O marido, o alferes Felício Pinto, num impulso de revide, esfaqueou impiedosamente a adúltera. A justiça

[41] restos, detritos que flutuam à tona da água do mar, nos portos, praias etc. – aqui significa em um ambiente corrompido (NE)

providenciou com energia, pois a vítima era irmã de um alferes da Guarda do Príncipe. Chamava-se a bela – “Domitila de Castro”.

Mais tarde seria a “senhora Marquesa de Santos” que, com um simples “muxoxo”, poria o sábio José Bonifácio no desagrado do Paço, e, em seguimento, na amargura dum exílio.

Levado pela curiosidade, quis D. Pedro visitar a famosa Domitila, então na residência do coronel Castro, seu pai.

Com um sorriso de mulher bonita, a adúltera conquistou o coração do príncipe, onde espumejava o sangue turbulento da sensual dinastia bragantina.

Representada a cena do Ipiranga, D. Pedro, já perdido de amores pela fascinante flor dos Castros, e indignado com a maledicência das matrona paulistanas que censuravam acremente a adúltera, cavalgou Pégaso e no Parnaso pediu às musas a inspiração para um soneto à aviltada. E assim, com a sua própria letra, versejou:

DOMITILA
Filha dos Césares, Imperatriz Augusta[42]*,*
Tu abateste altiva soberbia,
Com que tuas damas da raça ímpia
Abater queriam quem delas não se assusta.
Vede aristocratas cafres quanto custa,
Espezinhar aquela cuja alegria,

[42] Refere-se à esposa.

Consiste em amar a Pedro e a Maria,[43]
Titilia[44] *bela, a tua causa é justa.*
O mérito, a verdade em todos os países,
Apareceram sempre em grande esplendor,
Sustentem-nos os soberanos: são suas raízes.
Conta com Pedro, pois ele é o defensor
Do pobre, do rico, do Brasil, dos infelizes,
Ama a justiça, dos seus amigos é vingador.

Assim poetando, D. Pedro escreveu estas linhas à sua amada:

> **"Domitila, minha Imperatriz do coração, desde que pus meus olhos na tua formosura, quis ser todo e sempre teu. Queres, divina Augusta de meu pensamento? É para ti esses versos, meu Amor**
> **Pedro".**

O resultado foi este, que o circunspecto conselheiro Vasconcelos Drumond contou em suas "Memórias".[45]

"O Imperador mandou vir de São Paulo uma mulher que lá havia conhecido, depois de ser ela já conhecida de um criado particular seu, e se ia apaixonando tão vivamente que deixava já entrever os escândalos de que essa mulher foi depois a causa no Paço e na Corte".

---

[43] Refere-se à D. Maria Leopoldina, imperatriz.
[44] Titilia é o apelido da Marques de Santos.
[45] Documento possuído pelo Dr. Joaquim Santana, que foi pupilo da Condessa de Iguaçu, filha da Marquesa de Santos.

Há outros versos de D. Pedro, dedicados à amante. Quanto à virtuosa Imperatriz Leopoldina, todo mundo sabe que era desprezada e maltratada pelo imperial consorte.

Contudo, quando deus na sua infinita misericórdia quis que a pobre abandonada, a santa Imperatriz, partisse na viagem derradeira, D. Pedro, quiçá mordido pelo remorso, pranteou a falecida neste soneto de sua lavra:

LEOPOLDINA
Deus eterno por que me arrebatastes
A minha muito amada Imperatriz?!
Tua divina bondade assim o quis.
Sabe que o meu coração dilacerastes?!
Tu decerto contra mim te iraste,
Eu não sei o motivo, nem que fiz.
E por isso direi como o que me diz:
Tu ma deste, senhor, tu ma tiraste.
Ela me amava com o maior amor
Eu nela admirava a honestidade
Sinto meu coração por fim quebrar de dor.
O mundo nunca mais verá em outra idade
Um modelo tão perfeito e tão melhor,
Da honra, candura, bonomia e caridade.

Morta a Imperatriz, já se preparava D. Pedro para desposar a Marquesa de Santos quando os horizontes políticos escureceram, ameaçando a tormenta.

O marquês de Aracati declarou peremptoriamente:

- Vossa Majestade, se persistir nesse intento perde a coroa, sem esperanças de recuperar a de Portugal, e com a coroa, a amizade dos soberanos da Europa. Vossa Majestade arrisca a herança de seus pais, e o patrimônio de seus filhos.

Coube ao Visconde de Cairu e ao Marquês de Barbacena a tarefa árdua de convencer D. Pedro a procurar esposa nas casas reais.

E assim tivemos a segunda Imperatriz – D. Amélia. O Imperador, ao recebê-la, deu rédeas a Pégaso e versejou como de costume:

AMÉLIA
Aquela que orna o Solo Majestoso,
É filha de uma Vênus e de um Marte,
Enleia nossas almas e destarte
Oh! mimo do Brasil, glória do Esposo.
Não temeu o Oceano proceloso.
Cantando espalharei por toda a parte.
Seus lares deixa Amélia por amar-te.
És mui feliz, ó Pedro, és mui ditoso!
Amélia fez nascer a idade de ouro!
Amélia no Brasil é nova diva!
É Amélia de Pedro um grã tesouro!
Amélia Augusta os corações cativa!
Amélia nos garante excelso agouro!
Viva a Imperatriz Amélia, Viva!

Este soneto, quando não tivesse o mérito da metrificação, tinha o da sinceridade.

D. Amélia, filha de Eugênio de Beauharnais, neta da encantadora Josefina (primeira mulher de

Napoleão), era simplesmente linda e cativante na sua florida mocidade.

E de tal modo soube encantar o irrequieto D. Pedro, que o transformou completamente, até na cara, porque depois do segundo casamento o Imperador deixou crescer a barba, ficando um solene "barbaça".

A verdade é que (quem o diz é Aracati), "*a verdade é que com a vinda da formosa D. Amélia, a Marquesa de Santos aprontou a trouxa e... voltou para S. Paulo, onde se casou com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, riquíssimo chefe dos liberais*".

E foi feliz... Mais feliz que antes? Talvez sim, talvez não...

***

Para quem se afez ao manuseio de jornais, panfletos e papéis desse tempo, não é novidade o que para os leigos é uma revelação – "Pedro I foi jornalista".

O primeiro imperador apreciava doidamente as polêmicas jornalísticas. E mesmo as provocava, nelas se imiscuindo com o pseudônimo de "Ultra-Brasileiro" e "P. patriota".

O "Diário Fluminense", que na política brasileira teve tão importante papel representou no fim da 3ª década do século passado, tendo como testa de

ferro, o português João Loureiro, foi a sua arena de gladiador plumitivo.

O famoso primogênito carlotino escrevia mal, léxica e sintaticamente, mas o que escrevia passava pelo "crivo" de outros mais sabidos, geralmente os seus secretários ou o redator do jornal onde colaborava.

Muitas vezes o imperante empregava termos e frases com acentuados laivos de grosseria, e, arrependido, logo depois se retratava.

Haja vista a proclamação de 12 de novembro de 1822, por ele redigida, em que se vê um qualificativo grosseiro referente a José Bonifácio, então longe das graças imperiais.

Caindo em si, advertido pela esposa, no dia seguinte subscreveu novo manifesto, desta vez em forma de explicação, retratando-se com restrições esquisitas.

O jornal "Diário Fluminense", que era de sua propriedade, apresentou artigos sabidamente da sua lavra. Nem segredo havia quanto ao dono de tais escritos, pois o imperador era o primeiro a se vangloriar do que publicava.

João Loureiro, diretor "in-nomine" do "Diário Fluminense", em carta, já publicada em parte pelo ilustre patrício Dr. Alberto Rangel, no livro "Marquesa de Santos", proclamava a colaboração literário-política de Pedro I, no seguinte tópico:

> “Os únicos artigos que vieram no “Diário Fluminense” eram da pena do Imperador, que escreve com muita vanglória, e a miúdo, e guarda um anônimo, “de que se gaba”.

Amostra do jornalismo de Pedro I é o artigo seguinte, impresso na oficina do “Diário Fluminense”, com o pseudônimo de “P. Ultra-Patriota”.

> “O Imperador tem muita paciência com toda essa gente. Ele tem feito tudo pelo Brasil e este nada por ele. O que significa essa oposição, ó Fluminenses?
> Sossego, ó Brasileiros, que os lobos vestidos de cordeiros, os anarquistas republicanos, querem turvar as águas para devorar os inocentes. Perdestes a razão? Onde estais que não vedes a loucura de falar de vosso imperador? Ele é justo e defensor dos fracos e amigo dos amigos. Ingratos!
> Quem fez a vossa independência? Falais em Maçonaria? Mas ela conspirou até 1822 sem poder fazer nada, e se quis alguma coisa foi preciso recorrer a D. Pedro, e sem ele nada se faria.
> Quem fez a Assembléia Constituinte? Foi o imperador D. Pedro, contra a vontade de seus próprios ministros e do seu próprio pai.
> Nem a Maçonaria, nem o Ledo, nem o Clemente, nem o Andrada, nem ninguém seria capaz de

> fazer o que o imperador, que é brasileiro de coração, sinceramente quis fazer. Se ele quisesse, ainda éreis quem fostes.
> A Maçonaria sem D. Pedro era o Nada.
> Ó Fluminenses, ó Brasileiros patriotas, rememorai o sucedido e vide se há razão para se atacar o príncipe que quebrou os grilhões da Pátria que é nossa.
> Rememorai e vereis a verdade que anarquistas, republicanos, perversos e retrógrados, pretendem agora esconder, conspirando em conventículos malditos por Deus e pela lei nas desoras da noite.
> Se acompanhardes esses lobos, ó Brasileiros, não conteis mais com o Imperador.
> "Lá do outro lado do mar, há um glorioso povo que muito o quer e que muito o chama. E se o perderdes, e se ele partir, ai do Brasil nas garras dos anarquistas republicanos!
> Pobre Brasil! É tempo de ter juízo".

Aí ficou a amostra de Pedro I, jornalista. Outra, é este passo subscrito por "P. Patriota", pseudônimo imperial:

> "Quem poupa os inimigos nas mãos lhe morre. Aí estão os Andradas, com o velho "Sábio" na frente. Cuidado com este, Fluminenses!
> Ele não fez a Independência, como vivem a bazofiar os seus amigos. Foi o imperador com o Ledo e o Clemente da maçonaria, foi o Grande

> **Oriente, do qual ele, depois de ter sido Grão Mestre, foi inimigo. O velho Andrada acompanhou a onda. D. Pedro perdoou-lhe.**
> ***Ele veio, a agitação começou, o mar está bravo, mas se fizer conspiração como em 1823, a lei e o imperador serão inexoráveis, sem piedade para "Ninguém".***

Era, como se vê, um grito de medo pelo retorno de José Bonifácio á pátria amada. Mais tarde, depois do 7 de Abril de 1831, o sábio Andrada conspirou, porém em favor de Pedro I, sentando no banco dos réus por desejar o retorno ao trono do ex-imperador.

Algum tempo depois de ter chegado ao Brasil, Bonifácio, à noite, em companhia de seus amigos Vasconcelos, Belchior e Rocha Filho, discutiam literatura na casa do primeiro deles, em que se hospedava o sábio Andrada.

Pedro I, recebendo uma denúncia anônima de que se conspirava em casa de Vasconcelos, cercou o prédio, à frente de 10 homens de sua Guarda.

Furioso, entre injúrias e exclamações, mandou prender os presentes, arrecadando uma pasta de papéis que supunha ser a correspondência e os projetos dos conspiradores.

De repente, o seu capanga "Chalaça" fixou os olhos num grande armário, chamando a atenção do imperador para esse móvel:

"Que ali tinha algo de importância, pois Vasconcelos, aflito, não despregara os olhos do armário".

Todos se precipitaram para lá, trêmulos de emoção. Seria certamente o "arquivo" completo dos conspiradores ou então algum dos cabeças que ali se ocultara?

"Chalaça" entreabriu o armário e recuou subitamente, deixando a porta semicerrada.

- *"Que era gente, talvez o chefe militar. Vira bem a farda e o boné".*

Foi um reboliço. Pedro I, de espada em punho, avançou intemeratamente:

"Que se rendesse o rebelde, o anarquista, pois quem falava era o imperador. Que saísse já e já".

Recuou. Os companheiros de espada ou pistola em punho, esperavam a saída do provável brigadeiro – conspirador.

Então o armário se moveu, as portas se abriram e um pequeno vulto saltou para fora: trêmula, com as pernas molhadas de água saída da bexiga, olhos esbugalhados, gaguejante, uma pretinha balbuciou:

- *Ah! Sinhôzinho! Não me mate...*

E rolou pelo chão aos soluços.

Era uma pequena escrava do dono da casa.

Estrondeou uma gargalhada homérica: Pedro I, de mãos na barriga, congestionado, lacrimoso, riu-se com esse riso português que se assemelha ao ribombar das trovoadas tropicais.

Deixando em paz os pseudo-conspiradores, ele mesmo contou o caso num “artiguete” humorístico, publicado cinco dias depois, com a assinatura de “Ultra-Brasileiro”.

E procurando ridicularizar, nesse artigo, o sábio Andrada, terminava assim:

- O intendente da polícia está satisfeito: provou ao imperador que os conspiradores, inclusive o “Grande sábio das Arábias”, não conspiraram mais, como antigamente, com o “bode preto”; o símbolo agora, é uma “cabrita preta”.

ꕥꕥꕥ

22 - A Chacina de Campo Osório

No leme da república estava Floriano Peixoto. No Sul, os Jucas Tigres e os Joões Franciscos criavam cenas de entremez e também de tragédias macabras.

Estuava a chacina em manifestações de loucura coletiva, desaparecendo na avalanche de ódios incontidos a piedade cristã que governa os povos civilizados e por toda a parte, em torvelinhos de lutas, a besta-fera das paixões sanguinolentas estendia o seu império negregado. Era a guerra impiedosa das revoluções enfuriadas, em plena prática do "*Vai Victis*" de Brenno: "Ai dos vencidos!".

No combate do Rio Negro, 300 prisioneiros encurralados num pavoroso grotão sofreram a degola, um a um.

O incêndio, as violações, os massacres eram a "normalidade" nas campanhas do sul.

O almirante Saldanha da Gama, que se manifestara neutro no princípio da revolução contra Floriano, resolveu declarar-se a favor de seus companheiros da Armada Nacional, movimentados contra a legalidade.

E como a energia de Floriano Peixoto esmagasse a revolta dos navios, a Revolução se circunscreveu ao Sul, onde se achavam em luta os federalistas contra os castilhistas.

Não podendo combater o governo no portaló de um vaso de guerra, porque a esquadra desaparecera da luta, completamente vencida, Saldanha da Gama, ferido pelo seu amor próprio, e temendo o ridículo que pesaria sobre ele de se ter declarado revoltoso sem lutar, partiu para o Plata, e com alguns oficiais, guardas marinhas e marinheiros, fincou pé no território pátrio, encostado na fronteira do Uruguai, junto ao rio Quaraim, no lugar conhecido por “Campo Osório”.

O que sucedeu então é narrado com uma simplicidade comovente por um médico de Montevidéu, que esteve no local. Esse era o Dr. Florêncio Sanches, imparcial retratista de uma loucura coletiva.

Uns artigos estampados em 1896, nos “Arquivos de Psiquiatria”, magnífica revista médico-social de Buenos Aires, é o que ora, em resumo, se vai ler, dando-nos ao espírito o retrato fiel, a fisionomia exata do que é uma “Revolução” com as suas conseqüências e com os seus instintos:

João Francisco foi figura saliente, durante essa guerra do Rio Grande do Sul. À frente de uma força pouco numerosa jamais quis afastar-se das fronteiras, campando pela região durante os três anos de lutas, em uma zona de talvez 60 léguas. Foi hábil e previsora a sua resolução.

- *Os revolucionários derrotados no interior hão de procurar a fronteira oriental para se refazerem e então aqui eu os enfiarei na lança* – dizia ele, sorrindo.

Houve engano, porém, na forma referida pelo caudilho castilhista. E se houve engano, foi apenas na lança que quase não entrou em cena, porque a maior parte dos revolucionários foi colhida pelo seu facão e pelo da sua gente.

Com alternativas lógicas marchou de vitória em vitória, ou antes, de massacre em massacre, e no fim da revolução pôde mandar ao governador Castilho a parte memorável de Varsóvia: reinava a paz na fronteira, só restando vivos e em pé firme ele e os seus amigos.

Saldanha da Gama, acompanhado de cerca de 400 homens, gente quase toda da marinha, com brilhante estado-maior de oficiais da vencida esquadra, e um batalhão de aspirantes e alunos da escola naval, que o acompanharam fascinados pela sua coragem e audácia, sem meio fácil e rápido de mobilização, embora com abundantes munições e armas, fortificou-se em uma planície, apoiando suas trincheiras nas margens do rio Quaraim, linha divisória.

Escolhera esse local na previsão de um desastre. Cinquenta gaúchos, dirigidos pelo comandante Chico Rivera, que era um bravo lidador dos pampas, abastecia o acampamento.

João Francisco vigiava os movimentos da força invasora, deixando-a agir, temendo que um ataque prematuro lhe fizesse perder a presa.

Quando julgou o inimigo em condições de se tornar forte, decidiu-se a atirar-lhe o cartel de desafio. E a manobra foi de uma simplicidade encantadora, diziam depois da refrega os seus milicianos, que eram ao todo 850 homens.

João Francisco, no dia julgado propício para um triunfo esmagador, juntou sua gente e ordenou-lhe que avançassem até as trincheiras adversárias, marchando em trote e fazendo fogo com os clavinotes[46].

Aquilo era positivamente uma loucura. Os marinheiros de Saldanha, bons na fuzilaria, varreram à bala as primeiras colunas de assaltantes, dizimando impunemente aqueles loucos que iam avançando, iam sempre avançando para a morte.

De repente, os clarins de Saldanha estridularam a vitória. O inimigo, que chegara até uns 50 metros das trincheiras, retrocedeu em evidente estado de desânimo e pânico.

E Chico Rivera, com os seus cinquenta milicianos, quis completar a derrota inimiga com uma carga de cavalaria nos que pareciam debandar. E nesse pressuposto, saiu das trincheiras e avançou. Os entrincheirados descobriram-se.

[46] Pequena carabina (NE)

Aquilo fora um estratagema do caudilho João Francisco. Quando viu a descoberto os homens de Saldanha, já sem a eficiência das trincheiras, ordenou aos seus corneteiros que tocassem a ordem de "*meia volta, sabre em punho, carregar*".

Em poucos minutos viu-se a cavalaria de João Francisco, aparentemente em fuga, deter-se, virar-se, carregar de sabre em punho. E aqueles homens não mais pareciam criaturas humanas: eram demônios.

Para o acampamento correu toda aquela gente já misturada na confusão do combate. O coronel do Caty previra, com a intuição de um homem afeito à guerra gaúcha, a saída para fora das trincheiras do impetuoso Chico Rivera, chefe dos lanceiros de Saldanha da Gama.

Sua tática fora provocá-lo e depois batê-lo, aproveitando o momento em que o inimigo não podia fazer fogo, caindo então como uma tromba sobre o campo fortificado.

- *Nem um só ficou de pé* – dizia mais tarde o major Salvador Tambeiro, em uma excursão ao local dos sucessos.

Esse major Tambeiro fora o matador de Saldanha da Gama.

Sentados sobre uma das trincheiras, que aí ainda se viam das que foram construídas pelos desditosos vencidos, esse terrível assecla de João Francisco narrou o combate.

- *E ninguém se rendeu?* Perguntaram-lhe.

- *Não houve tempo, porque nossa gente, de sabre em punho, dizimou os marinheiros do almirante e os lanceiros de Chico Rivera.*

Em seguida, o major Tambeiro levantou do solo onde se achava uma caveira, um crânio fendido por um golpe de sabre. Olhando aquilo, sorriu e explicou:

- *Aqui está um belíssimo golpe de mestre. Quem fez isto é da minha escola. Até parece que fui eu mesmo quem deu esta linda cutilada.*

Saldanha da Gama foi uma das mais brilhantes figuras de nossa marinha de guerra.

A presença do almirante na fronteira do Uruguai produziu uma sensação difícil de descrever.

A fama do ilustre capitão do mar, a tradição da sua gentileza, a elevada estirpe de sua fidalguia, o seu renome intelectual e a sua severidade moral, entretecendo lendas, formavam, por toda a parte, em torno do seu nome e à sua figura, uma onda comunicativa de simpatia.

Mas, depois do desastre da esquadra, a 13 de Março, na baía do Rio de Janeiro, todos

acreditavam na sua bravura, mas ninguém confiava na sua capacidade de general.

Era comum ouvir-se, no Rio Grande, frases deste sabor: "*O Saldanha pensa que coxilha é portaló de navio*".

As tropas que marchavam contra o almirante tinham a certeza da vitória, estavam alentadas por êxitos recentes e, sabendo que os revolucionários não contavam com outras forças, avançavam com a segurança de quem luta, com um inimigo isolado e desprotegido.

O seu chefe, coronel João Francisco, tendo perdido, dias antes, num tiroteio, um de seus irmãos, o capitão Francisco Pedro Pereira de Souza, comunicou-lhe um certo entusiasmo feroz, jurando, sobre o cadáver de seu irmão, exterminar o maior número possível de adversários, não os poupando.

O estado psicológico do almirante era dos mais delicados. Fora do seu meio natural de ação, devendo estabelecer as suas combinações com chefes de estrutura mental diversa da sua, não tendo aptidão para as pequenas guerrilhas e não possuindo as forças para as grandes batalhas, comparando os seus escassos recursos aos inesgotáveis meios de que dispunha o governo, esse brioso e valente comandante de esquadras, reduzido a caudilho dos bandos desfalcados, concentrava a sua esperança final na resolução de não sobreviver ao seu prestígio militar e, ao invadir o solo rio-grandense, despedindo-se do

comissário uruguaio que o acompanhava, disse-lhe:

- *Eu não voltarei a comer o pão do exílio.*

Três ou quatro dias depois do combate de Campo Osório, em Santana do Livramento, ao agradecer uma manifestação que lhe fizeram, o coronel João Francisco, proferindo um discurso, no edifício da Maçonaria, declarou:

> *"Antes de aceitar o combate e depois de verificar a superioridade numérica das forças legais, Saldanha da Gama poderia ter-se retirado comodamente para o Estado Oriental; mas não quis recuar. Ele estava disposto a morrer. E morreu".*

Várias outras circunstâncias fazem crer que essa fosse a disposição real do almirante.

Declarações repetidas do coronel João Francisco, do major João Pedro Barão, dos capitães Gentil Rolim, Salvador Lourenço de Sena (Salvador Tambeiro) e do alferes João Brito Pereira, além de outros, assim descrevem o combate:

As forças do almirante ocupavam uma linha de trincheiras a vinte quadras da orla do mato que divide o Brasil do Uruguai. O coronel João Francisco, surgindo de frente, com as suas tropas, resolveu tomar de assalto as posições inimigas; ordenou à infantaria que não respondesse ao fogo adverso, mandou os atiradores a cavalo colocar as carabinas à

bandeirola e aprestando-se para a luta de arma branca, fazia avançar em passo a linha dos seus cavalarianos, quando a cavalaria revolucionária deu uma carga de flanco, repelida sem esforço pelo esquadrão do comando do capitão Bernardino Pedro Pereira de Souza, que foi ferido num braço.

A cavalaria revolucionária, ao ser rechaçada, cometeu o erro de retirar-se sobre a frente da linha de Saldanha, obrigando-o a cessar o fogo para não matá-la.

Habilmente, valendo-se dessa circunstância, o coronel João Francisco deu sinal para o assalto e os seus lanceiros entraram nas trincheiras inimigas, confundidos com a cavalaria fugitiva, e em poucos instantes, tendo exterminado os últimos companheiros do almirante, dominavam o campo.

Saldanha da Gama foi morto pelo capitão Salvador Lourenço de Sena, vulgo Salvador Tambeiro.

Esse oficial, em sua residência, diante de muitas pessoas, descreveu esse episódio, dando autorização para publicá-lo. Eis a sua descrição:

"O combate já tinha terminado e a nossa gente estava acampando, quando eu vi três cavaleiros que se dirigiam para a linha divisória e que, pelas vestimentas, verifiquei não pertencerem às nossas tropas.

Vendo que eu os percebera, dois deles quiseram galopar, mas o que estava no centro, pegando-se aos arreios, reteve o cavalo. Conclui que não sabia montar e que ele era um marinheiro.
Tirei do bolso o retrato do almirante Saldanha da Gama, que havia sido distribuído às nossas tropas, mas fiquei incerto, porque na fotografia ele estava fardado e o marinheiro que se retirava para a fronteira estava à paisana.
Fosse ele quem fosse, era um inimigo. Sacudi a lança, dei um grande brado e investi. Os dois cavaleiros que o ladeavam fugiram, e, sem encontrar resistência, dei-lhe um lançaço nas costas, atirando-o pelas orelhas do cavalo, de bruços, ao chão.
Chamei um soldado que passava e mandei que acabasse de matá-lo, enquanto eu ia perseguir os outros. Esse soldado deu-lhe um pontaço de espada no pescoço. Quando corria em perseguição a um dos dois cavaleiros, olhando para o mato, vi que o marinheiro se levantara e tentava caminhar em direção à linha divisória.
Atirei-me, de novo, sobre ele, e alcançando-o à entrada do mato, dei-lhe um pontaço nas costelas. Então, segurando na minha mão, ele bradou:

- "Deixe-me, que eu já estou morrendo..."

Arranquei-lhe a lança das mãos e lha enterrei no peito. Ele caiu de costas e fui procurar o coronel João Francisco, a quem dei a parte do sucedido:

"Comandante, eu matei um homem que parece ser o almirante Saldanha".

João Francisco não acreditou, porém eu realmente tinha matado o almirante, como foi verificado depois.

Procurado e encontrado depois da refrega o corpo de Saldanha, o coronel João Francisco mandou que o despissem e inventariou o que ele possuía.

Guardou para si, o mapa do Rio Grande do Sul; deu, a um cabo, as roupas ensangüentadas; ao major João Pedro Barão, um binóculo; e ao capitão Bernardino Pedro Pereira de Souza um revólver de pequeno alcance.

Depois, ordenou que ao cadáver amarrassem uma corda aos pés e o arrastassem para a frente da sua barraca. O terreno era pedregoso e, para que o corpo não se dilacerasse, o capitão Gentil Rolim mandou que o levassem sobre um couro."

O aspecto do campo de batalha, segundo uma pessoa que de Livramento foi com o médico Dr. Catão Mezza, para prestar socorros a um amigo ferido, era horrível.

Quase todos os mortos foram vitimados por arma branca e estavam degolados. O cadáver de Saldanha ficará nu, com uma casca de laranja sobre o ventre, à porta da tenda do vencedor.

O coronel João Francisco, antes de abandonar Campo Osório, ordenou ao capitão Gentil Rolim que incinerasse o cadáver do almirante, e só muito tempo depois é que soube que a sua ordem não tinha sido cumprida.

Isto foi em Santana do Livramento, numa sala do "Hotel do Comércio".

A comissão incumbida de remover o corpo de Saldanha, do campo, onde fosse achado, para a Rivera, chegara a uma vila oriental, e João Francisco, cercado de amigos, comentava esse fato, dizendo que o almirante nunca mais havia de transpor a barra do Rio de Janeiro, quando o capitão Gentil Rolim declarou:

- Comandante, o corpo que os federalistas acharam é mesmo o do almirante. Eu não o queimei.

Houve, então, entre o capitão e o seu chefe, uma cena violenta de que resultou a exclusão do Gentil Rolim do Regimento do Caty, do qual era comandante o Coronel João Francisco.

Assim concluiu uma testemunha do fato.

ꕥꕥꕥ

23 - A Cidade Misteriosa

Andam em moda agora as descobertas prodigiosas de cidades e monumentos de remota antigüidade.

Em toda a parte os sábios arqueólogos farejam ruínas e escavam o solo, na ânsia das antigüidades.

Agora que se organizou nos Estados Unidos uma missão do Museu de Nova York de estudos arqueológicos para a América do Sul, seria oportuno que se dissesse algo sobre a cidade misteriosa do interior das matas do Brasil.

Em Agosto de 1900, "A Imprensa", jornal de Rui Barbosa, dava a seguinte notícia:

> **"Em 27 de Julho último, o venerando escritor e jurisconsulto Ângelo M. do Amaral, dirigiu ao "Jornal de Notícias", da Bahia, uma carta curiosa, revivendo a velha tradição da existência de uma cidade no interior daquele estado, abandonada dos antigos povoadores e desconhecida inteiramente de quaisquer outros. Isso, como os leitores provavelmente se lembrarão, é um assunto que já foi tratado no Instituo Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, mas sobre que nada se adiantou de**

positivo. Nos últimos dias do mês findo, tendo surgido novas opiniões e escritos sobre a curiosíssima ruinaria perdida no sertão da Bahia, o conselheiro Ângelo do Amaral dirigiu nova carta àquele jornal".

Essa carta referida pela "A Imprensa", do Rio, e publicada no "Jornal de Notícias", da Bahia, número 16 de Agosto de 1900, é a seguinte:

"Sr. redator
Depois do artigo que escrevemos sob esta epígrafe, publicado neste jornal em 27 do corrente (Julho de 1900), entendemos dever fazer algumas considerações sobre "a cidade abandonada".
A notícia dada pelos exploradores é datada deste Estado (Bahia) e dos rios Parauaçu ou Paraguaçu e Una. De 1753, quando foi escrita, até hoje (1900), vão 147 anos. As explorações mandadas fazer pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil são de 1841, isto é, há 57 anos.
Em 147 anos as árvores terão tomado enormes proporções e, portanto, a cidade deve estar dentro de uma mata, quase virgem, nos arredores do rio Paraguaçu-mirim e Una, sendo natural que se ache em terrenos marginais.
Segundo a "Relação" já publicada não se descobriram as decantadas minas de prata, porque o então governador, no intuito de

usurpar-lhe a glória, prendeu neste Estado o notável explorador Moribeca (Robério Dias), que morreu no cárcere.

Não menciona essa "Relação" publicada no número de 1839, da "Revista Trimestral" do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, nem a memória nem a carta do cônego Benigno José de Carvalho Cunha, publicadas em revista posterior, o nome do governador que então era d. Luiz Pedro Peregrino de Carvalho Menezes de Athayde, 10º conde de Athoguia e 6º vice-rei, o qual tomou posse do cargo em 16 de Dezembro de 1749 e governou até 1755.

Mediante investigações nos arquivos públicos se poderá saber quando, em 1752 ou 56, foi preso Moribeca (Robério Dias) e qual o motivo de sua prisão que decerto não constará ter sido por haver descoberto tais minas.

Supomos que a cidade era abandonada, não foi edificada nem pelos portugueses, nem pelos holandeses, nem pelos franceses, nem pelos espanhóis, nem pelos dinamarqueses, nem, finalmente, pelos gentios.

Decorre o nosso juízo do que refere a "Relação" no tocante aos caracteres gregos ou runos, encontrados nas inscrições, estátuas, "agulhas em imitação das que usavam os romanos", ou na moeda de ouro ali achada por João Antonio, etc. Seria essa cidade edificada pelos romanos que nessa época davam leis ao mundo? Se-lo-ia pelos fenícios, cujos arrojados empreendimentos até

os contemporâneos admiram? O Brasil já era conhecido antes de ser encontrado por Pedro Álvares Cabral?
Do que ficou dito sobe de ponto a conveniência de procurarem o governo e o nossos Instituto Histórico e Geográfico não só descobrir essas minas de prata de que trata a "Relação" (existente no Arquivo Nacional), como também tirar do deserto, onde se perde e permanece esquecida há centenas de anos, a cidade que foi porventura centro de uma civilização que o tempo velou.
Para isso serão necessárias grandes despesas, porque segundo a "Relação", a cidade abandonada deve estar na margem esquerda do rio que é conhecido por braço do Cincorá, a légua e meia, pouco mais ou menos, da tromba que ali há, que estando neste estado e não distando muito da capital, nem havendo nos lugares a percorrer índios bravios, nem quilombos como em 1842, nenhum obstáculo encontrarão os novos exploradores aos quais com prazer nos associaríamos se contra esse desejo não protestasse nossa avançada idade.
S. Salvador, 15-08-1900
A. M. do Amaral".

Em seguida, cumpre que se saibam mais que essa zona mencionada na carta do Conselheiro Amaral foi conhecida dos antigos bandeirantes, que a atravessaram, algumas vezes, embora habitada

por selvagens bravios e, pondo-os de parte tradições mais ou menos maravilhosas, convém fixar fatos positivos:

1 - A grande e larga estrada que partindo do litoral atravessa essa região pelo Gongugi e sai na estrada de Conquista e as Poções. Esta estrada é tão antiga que se acha obstruída num dos extremos por árvores seculares.

2 - Quando o inconfidente bacharel José de Bittencourt Accioly, fugindo de Minas Gerais, após a denúncia do infame Joaquim Silvério, edificou o sobrado que dista da Vila (Conquista?) nove quilômetros, por ocasião de se fazerem escavações e os alicerces, foi encontrada uma grande espada de copos de prata, com a lâmina bastante carcomida, também pedaços de fina louça da Ásia, além de artefatos de vidro com bordado e doiradura.
Nesse sentido seria proveitosa a leitura de um artigo da "A Razão" de 20 de Maio de 1850, publicado na Bahia, em cujo arquivo público se encontra.

3 - Na mata da Preguiça foi encontrada uma calçada antiquíssima, da qual apenas parte se percebia, pois a maior porção estava coberta de mato.

4 - Na antiga biblioteca dos jesuítas da Bahia, segundo informa "A Imprensa" de 16 de Agosto de 1900, existia um roteiro, com um "croquis" de ruínas existentes no meio de uma grande mata virgem do sertão baiano.

5 - Na Biblioteca Nacional igualmente existe um desenho e um roteiro dessas ruínas.

Pois em Tihuannaco, na fronteira da Bolívia, não se encontraram ruínas de templos gigantescos anteriores centenas de anos ao descobrimento da América?

Ai ficaram essas notas, quando mais não seja pelo menos a título de curiosa oportunidade para este tempo que vê sulcarem os ares as grandes máquinas voadoras idealizadas por Bartolomeu de Gusmão, e brotarem do seio da terra cidades misteriosas, submergidas há talvez centenas de séculos, como aquela que Prezelwaski descobriu no deserto de Gobi e que ainda há pouco foi estudada pelo sábio arqueólogo Dr. Stein.

E é por isso que a etnografia moderna afirma pelo conceito autorizado do grande Poussin, em seu último livro:

"As raças humanas sofrem as mutações conforme os cataclismos que transformam a crosta terrestre no decorrer dos milênios, e a cada convulsão geológica que perturba a terra sucede uma convulsão social que perturba as civilizações".

É que as civilizações são como os homens; nascem, vivem, crescem e morrem.

Civilizações sucedem-se a civilizações, e detrás de cada selvajaria muitas vezes se esconde uma admirável civilização morta.
E não teria havido na América uma interessante civilização pré-colombiana?

ஐ

24 - No Tempo de Domitila

Nosso primeiro imperador tinha em si a tara de seus antepassados, devassos representantes do bastardo duque de Bragança.

Sua mãe, Carlota Joaquina, impetuosa e ninfomaníaca, foi “notável” pelas suas loucuras amorosas com o famoso João Santos, moço de cavalariça.

Sua avó, D. Maria I, passou para a História com o cognome de “A Louca”.

Filho e neto de duas loucas, certo D. Pedro não poderia ser um monarca pudico e morigerado[47], um homem normal de temperamento equilibrado.

Ele teve graves defeitos, sendo um dos maiores a sua famosa devoção pelo “rabo de saia”.

Diante duma formosa mulher D. Pedro perdia a compostura e o juízo, fosse ela uma simples marafona ou a consorte dum de seus ministros. Nesse particular tinha ousadias perigosas

Os maridos de mulheres bonitas sabiam disso e precatavam-se como melhor podiam, proibindo mesmo alguns figurões que as caras metades

---

[47] Que tem moral elevada, bons costumes, vida irrepreensível (NE)

freqüentassem as festas do Paço, para que o monarca não as visse e não as cobiçasse.

Ainda há pouco tempo um velhinho de Taubaté nos contava que ouvira de seu pai o seguinte relato:

> "Em 1822, quando D. Pedro esteve de viagem para S. Paulo, deveria passar por Taubaté - princesa do norte paulista, que então disputava com a própria capital da província a primazia de progresso e riqueza. Havia ali lindas mulheres, formosas taubateanas.
> O vigário, que já conhecia de fama o príncipe e o seu "fraco" pelas moças bonitas, temendo, com razão, qualquer incidente desagradável, bom pastor que era, afastou da cidade, com proveitosos conselhos, "as lindas ovelhinhas", que poderiam ser cobiçadas pelo insaciável "lobo" de sangue azul.
> E assim D. Pedro só viu em Taubaté matronas respeitáveis... pela feiura".

É possível que isso acontecesse em outras cidades por onde passou o príncipe, até o fim da sua jornada.

Daí, talvez, a origem das palavras proferidas ao abraçar o velho José Bonifácio, quando acabava de chegar de S. Paulo:

“Sua terra é encantadora, sua gente muito bondosa: mas, oh! meu amigo, cansei de ver mulheres feia: só vi uma “carinha” de anjo – a Domitila, a quem o marido esfaqueou barbaramente”.

O velho Andrada, rindo-se, retrucou ironicamente:

“Talvez, Alteza, as paulistas formosas se escondessem cautelosamente”.

Dias depois D. Pedro mandava buscar a “carinha de anjo”, para transformar na “Senhora Marquesa de Santos”... e quase “Imperatriz do Brasil”.

E foi esta mulher que torturou a pobre Maria Leopoldina com as maiores humilhações que uma feliz amante pode dispensar a uma virtuosa esposa.

Leopoldina tudo suportou com paciência verdadeiramente cristã. Diante do esposo e da Corte, a Imperatriz parecia a mais feliz das criaturas. Mas na intimidade dos amigos chorava copiosamente.

A princípio era seu confidente o velho José Bonifácio; deportado este, tomou o seu lugar o circunspecto Marquês de Aracati.

Do seu concubinato com a Domitila D. Pedro teve filhas, a quem legitimou ostensivamente, dando-lhes títulos de nobreza. Eis um desses documentos:

> "Declaro que houve Uma Filha de mulher nobre, e Limpa de Sangue, a qual ordenei que se chamasse Dona Isabel Maria de Alcântara Brasileira, e a mandei criar em casa do Gentil-Homem de Minha Imperial Câmara, João de Castro Canto e Melo. E para que isto a todo tempo conste, faço esta expressa declaração, que será registrada nos Livros da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, ficando o original em mão do mesmo Gentil-Homem da Imperial Câmara para ser devidamente entregue à dita Minha Filha, como seu Título.
> Palácio do Rio de Janeiro, vinte e quatro de Maio de mil oitocentos e vinte e seis, Quarto do Império e da Independência.
> Imperador".

Assim reconhecidas as filhas adulterinas, após o período da lactação, eram batizadas com as mesmíssimas solenidades dos filhos legais, e passavam a figurar em todas as festas do Paço, ao lado da Imperatriz e dos filhos legítimos. A este respeito conta um historiador do Império:

"Vieram os filhos desse conúbio e o Imperador, porque os anos e as responsabilidades do cargo lhe amenizassem a índole quase selvagem, ou porque obedecesse à transformação que a paternidade opera nas almas rijas e aflitivas, compreendeu o indeclinável dever de disfarçar o passado, elevando a mulher amada para que ela pudesse chegar depurada por um título de nobreza aos degraus do trono, dignificando assim o

ventre onde o sangue real engendrara príncipes e enfrentando franca e corajosamente todas as conseqüências de seus desvarios.

Após solene batizado, a infante Duquesa de Goiás foi, por ordem do Imperador, levada ao paço, para que a corte se curvasse reverente ante a filha da amante; e para que isso fosse mais solene e completo o reconhecimento da filha adulterina, apresentaram-na à Imperatriz que, fiel ao compromisso de holocausto dos direitos de mulher aos deveres de esposa de um monarca, beijou com carinho a duquezinha, dizendo-lhe entre lágrimas:

- Tu não tens culpa".

Quanta santidade não encerram essas quatro palavras, murmuradas pela Imperatriz, na presença da Corte, diante do pai da duquezinha, que era o seu próprio marido e também da amante de seu marido.

Filha do Imperador da Áustria, um dos maiores monarcas do mundo, e cunhada de Napoleão, o mais famoso general da terra, essa pobre arquiduquesa Maria Leopoldina veio ao Brasil, na flor dos anos, com uma primorosa educação moral, literária e científica, para ser esposa dum príncipe estabanado que passava as noites nas escusas vielas da Corte, em demanda de aventuras noturnas e duvidosas, acompanhado por gente da mais baixa espécie, lacaios, caceteiros, capoeiras, barbeiros e alcoviteiros.

Era esse mesmo príncipe que tinha a coragem de levar ao Paço, na mais solene das festas, a amante e a filha, apresentando-as aos vassalos e à Imperatriz.

E a esposa ludibriada, olhando com desprezo a comborça atrevida que ousava afrontá-la em sua própria residência, recusou-lhe a mão e dando-lhe as costas, beijou a filha dessa mesma mulher que lhe roubara o coração do esposo, murmurando entre lágrimas, as palavras que por si só retratam a alma de uma santa, proclamando que a criança não tinha culpa dos pecados da mãe...

E realmente a criancinha não tinha culpa.

***

Em fins de 1822, e princípios de 1823, após o ato solene da aclamação de Pedro I como Imperador do Brasil, o Ministro José Bonifácio se tornara um terrível ditador.

Em quatro decretos submeteu o país a um verdadeiro estado de sítio. Até os deputados não se sentiram garantidos e um deles, Gonçalves Ledo, para escapulir das garras ministeriais, teve que pintar a face, as mãos e as pernas e, assim transformado, meter-se dentro duma grande saia listrada de preta baiana.

Nesse disfarce ganhou a residência do Cônsul sueco Lourenço Westime, e daí, em veleiro da

Suécia, rumou para o Sul, em demanda de Buenos Aires.

E o partido andradista, que fora derrotado em S. Paulo e no Rio, se tornou onipotente.

Da corte foram deportados os principais chefes anti-andradistas, e com eles quatorze cabos eleitorais de grande prestígio. Em São Paulo, 30 criaturas de relevo social sofreram a pena de expulsão de seus lares.

José Clemente, o Cônego Januário, o General Nóbrega, o Brigadeiro Barreto, o jornalista Soares Lisboa (redator-proprietário do Correio do Rio), o Dr. Costa Carvalho, o Coronel Francisco Inácio, o Bispo D. Mateus e, principalmente, o deputado Joaquim Gonçalves Ledo, chefe valoroso do partido constitucionalista, já não faziam mais sombra ao prestígio andradino.

Dominava soberanamente o Ministro na política dos homens, enquanto sua Majestade imperava docemente na política das mulheres.

O Andrada instituíra a lei de Saturno na terra de Santa Cruz; Imperador levantara ao recôndito dos lares o altar melífluo de cupido.

Assim discriminadas as atribuições, tudo parecia marchar de acordo com a vontade andradina: cada qual com a sua inclinação.

Um, devorava com os decretos de encarceramento e exílio os homens de boa vontade; outro, com a

guitarra e as cantigas de amor, hauria o perfume dos laranjais floridos de formosas Julietas.

E os princípios liberais? E as garantias constitucionais, juradas pelo Príncipe? Pura utopia.

José Bonifácio, di-lo Varnhagem, inaugurava deste modo, logo no primeiro mês do Império, uma sistema inquisitorial que nem sequer tinha estado em vigor no Rio de Janeiro durante os treze anos de regime absoluto que findara em 23 de Fevereiro do ano precedente (1821).

Assim correria sempre o tempo se não fossem as diabruras de amor de D. Pedro. Sem os percalços do leme da Política que parecia impertinente e aborrecida para os ardores sangüíneos de um jovem de 20 anos, bonito e elegante, audaz e querido, certo tudo iria às mil maravilhas.

Porém D. Pedro apaixonou-se doidamente pela paulista Domitila de Castro, jovem separada do marido e de beleza fascinante – ótimos predicados, no conceito dum Príncipe amoroso.

O Dr. Costa Carvalho, baiano matreiro, resolveu tirar partido de fato e com essa arma mais poderosa que o alfanje agareno – a meiguice sorridente duma mulher bonita, - ideou desmoronar o poderio andradino, alicerçado no grande respeito que o monarca tinha pelo velho Ministro.

Essa habilidade incomparável de politicar, inata nos que nascem nas plagas do vatapá e da moqueca, era em Costa Carvalho centuplicada pelo ódio imenso àquele que ousara deportá-lo de S. Paulo.

Se Costa Carvalho bem ideou o seu plano de combate, melhor o executou. Em pouco tempo, residindo ocultamente nas vizinhanças de Domitila, sem ser descoberto pelo poderoso Ministro, o astuto baiano conseguira a amizade da Julieta paulista, e freqüentava assídua e secretamente a casa da comborça.

Diz a tradição que em conseqüência dessas visitas amistosas, o baiano quase foi pilhado pelo Romeu imperial em flagrante delito de... palestra.

Mais tarde, conhecidos os fatos (e o próprio Bonifácio deu-o a entender em frase sibilina dirigida ao monarca) gente houve quer até na imprensa assoalhou o dictério[48] popular que acusava o endiabrado bacharel baiano de sacar a descoberto por conta da firma de Sua Majestade, tornando-se, portanto, seu sócio, com direitos a lucros e perdas.

Assim ou assado, o caso é que quando José Bonifácio abriu os olhos, tinha diante de si um abismo intransponível, no qual fatalmente teria de cair. E caiu.

[48] Dito satírico (NE)

Costa Carvalho, às ocultas, formara um poderoso partido que girava em torno da bela sereia de São Paulo.

Era o "pompadourismo" no Brasil, inaugurado habilmente pela mão astuta dum baiano com as cadeias sedosas e encantadoras da irresistível paulista. Com tal arquiteto e com tal matéria prima, o novo partido certamente havia de triunfar... e triunfou.

Enrodilhado pelas intrigas tecidas com muita arte pelo casal de aventureiros (a Domitila e o bacharel Costa) o Ministro muitas vezes perdia a cabeça.

Numerosas foram as vezes em que Bonifácio levava um decreto de nomeação para um candidato seu, geralmente pessoa de mérito, e recebia ordem de o inutilizar e fazer outro, porque Sua Majestade já prometera a Domitila nomear um parente ou protegido da mulher amada.

A audácia da comborça foi tamanha que chegou a organizar no Rio um batalhão de paulistas, cuja oficialidade era gente que lhe obedeceria ao menor aceno, fosse contra quem fosse.

Dizia o povo ao vê-lo passar, sempre com fardamento novo, garboso e magnífico:

- *É o batalhão da Domitila...*

Em 17 de Julho de 1823, pouco depois do aparecimento de Vésper, o Ministro resolveu pôr

as cartas na mesa e jogar o jogo franco, ganhasse quem ganhasse.

O imperador estava quase bom de uma sova que tomara, com o conseqüente quebramento de duas costelas. O Ministro entrou. Lá estava no Palácio a rival política, e "Pompadour" brasileira.

Fora ela pedir clemência à Sua Majestade para os presos e exilados políticos. Deu-se o choque que se tornara inevitável.

- *"Conselheiro, lavre o decreto de anistia para todos os paulistas e fluminenses que estão sendo processados..."*

Retorquiu o Ministro:

- *"Permita Vossa Majestade que lhe diga: Se prometeu isso, fez mal. Vossa Majestade tem o direito de perdoar a condenados e não de impedir às autoridades que cumpram o seu dever. Quero e exijo que não me desprestigie... Depois de sobre eles sentenciarem os juízes usará Vossa Majestade o direito que tem de "perdoar".*

Domitila, em uma sala vizinha, em frente a um grande espelho de Florença, que lhe fronteava, revia-se, estudando o melhor sorriso para o remate do duelo.

E brincando com o seu lindo leque de marfim, marchetado de ouro, antegozava o triunfo final.

Pedro I, que se recostava no leito, esperou o “sim” do Ministro.

Após um silêncio de minutos, em que sua alma de patriota se dilacerava de dor e indignação por constatar a existência do “pompadourismo” no Brasil, José Bonifácio explodiu, não suportando mais a pressão de sua cólera:

- Senhor, estou cansado de aturar as intrigas de uma cortesã. No coração de Vossa Majestade deveria estar a sua esposa, santa e boa, e não uma concussionária. Recuso e deponho nas mãos de Vossa Majestade o cargo de Ministro. Faça dele o que quiser.

Ainda malsão da “sova” que lhe quebrara a costela, o jovem Imperador, irado, contemplou fixamente o velho Ministro.

Era um a encarnação da majestade do Amor, ofendido naquilo que tinha de mais amado; era outro a realeza do caráter de um patriota, ferido na sua altivez.

Pedro I, então, em soluços de furor, clamou:

- Já lhe chamei em 30 de Outubro do ano passado – meu amigo e agora...

O Ministro José Bonifácio interrompeu:

_ *... e agora quem me julga é a minha consciência e não Vossa Majestade...*

O Imperador deu dois passos em direção do Ministro, e bem perto dele, quase ao seu ouvido, murmurou:

- *O que agora lhe salva a vida pelo insulto a essa mulher que amo, é a sua velhice, é o seu grande patriotismo, é o devotamento que teve sempre pelos meus e por mim.*

Nessa noite, cabisbaixo, vencido, com duas rugas profundas na fronte como a indicar a tormenta que se desencadeara naquele assombroso cérebro de sábio, José Bonifácio foi para casa.

E ao descer a escadaria de S. Cristóvão encontrou-se com o seu amigo, o camareiro-mor Pedro Dias, que assim o interpelou:

- *Então, Sr. Ministro, o que houve?*

- *Meu amigo, não sou Ministro, nem o serei jamais. Perdi o Ministério, mas ganhei a minha liberdade. Para o Imperador mais valem os enleios de uma mulher bonita do que meus conselhos; e para mim, tenho em melhor conta a satisfação do dever cumprido do que os favores do monarca.*

E partiu.

Da escadaria do paço de São Cristóvão, com os olhos o camareiro Pedro Dias acompanhou o ex-

ministro. Depois, quando ele desaparecia, ao longe, nas aléias do parque, murmurou para si mesmo, meneando a cabeça:

- *Ninguém pode com o paulista.*

***

Pedro I estava em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Três dias antes da morte da Imperatriz, achando-se à sua cabeceira sua grande amiga Marquesa de Aguiar, disse-lhe D. Leopoldina que sempre amara D. Pedro e sempre fora amada por ele.

Só a mocidade impetuosa e desenvolvida pela descuidada educação moral dada pelos seus professores e progenitores, o atirara à senda das paixões, excitado por maus amigos, e desencaminhado do lar doméstico por criaturas que talvez também o amassem tanto como ela.

Mas, acrescentou, com lágrimas nos olhos, tudo isso lhe perdoava e sentia que ele ali não estivesse, naqueles instantes últimos de sua vida tormentosa.

Concluiu recomendando à amiga que dissesse à marquesa de Santos, a quem tanto D. Pedro amava, procurasse corrigir os defeitos do imperador, dando-lhe bons conselhos.

E entre soluços, tomando nas mãos a linda cabecinha da duquesa de Goiás, filha da marquesa e de Pedro I, que fora visitá-la, balbuciou, sincera e santa:

- *"Tu, Isabel, apesar de seres filha "dela", que tanto mal me fez, és também filha "dele", e por isso eu te quero bem como se fosses minha filha. Que deus te abençoe e te faça feliz".*

Este episódio tornou-se público e consternou sobremaneira a população.

A Marquesa de Santos, sabendo do acontecido, quis fazer as pazes com a imperatriz no seu leito de morte, e foi visitá-la.

Já transpusera a porta dos aposentos imperiais, quando a viu o marquês de Paranaguá, primeiro-ministro, que se achava junto ao leito. Rapidamente se voltou para a entrada e indicando a saída do quarto disse categórico e resoluto:

- *Saia, senhora duquesa. Não consentirei que, com a sua presença indesejada, insulte nos seus últimos instantes de vida a minha imperatriz. Respeite a morte daquela a quem não soube respeitar em vida.*

- *Ficarei aqui,* respondeu arrogantemente Da. Domitila.

- Não ficará.

- E se ficar?

- Mandarei prendê-la. Sou o primeiro-ministro do Império.

- E depois? – murmurou a formosa e afoita marquesa.

- Depois? Antes que o Sr. D. Pedro regresse do Rio Grande, V. Excia. será sumariamente processada e condenada. Assim como o Marquês de Pombal mandou cortar a cabeça da marquesa de Távora, com os seus quatro séculos de fidalguia, somente porque desrespeitou a rainha de Portugal, eu, primeiro ministro do Brasil, mandarei enforcar na praça pública a senhora marquesa de Santos, com os seus quatro anos de fidalguia, por ofender à minha imperatriz agonizante. Saia, senhora, eu ordeno. Agora, quem manda aqui sou eu.

A marquesa de Santos saiu; porém, quando, em 16 de Janeiro de 1827, D. Pedro desembarcou no Rio, de regresso do Rio Grande, quem saiu do ministério foi o Marquês.

Conta-se que o Ministro, interpelado pelo imperador, depois do seu regresso, se teria coragem de enforcar a marquesa, caso ela não saísse do quarto da Imperatriz, ele respondeu afirmativamente:

- Se não saísse seria presa e enforcada sumariamente por crime de lesa-majestade.

D. Pedro, com aquele bom humor que jamais o deixava, retrucou imediatamente:

- *E eu, no meu regresso, enforcaria sumariamente um Ministro por crime de "lesa-beleza".*

Rindo, acrescentou:

- *Agora, meu amigo, para que jamais apareça motivo de perigo para o seu pescoço, eu o dispenso do ministério. A um ministro enforcado, eu prefiro um ministro esquecido...*

De cabeça erguida, nobre e hierático, digno e orgulhoso, o marquês de Paranaguá olhou o imperador e saiu, entristecido por ver um chefe de Estado preferir uma formosa mulher aos conselhos de um consciente ministro.

Aliás, era a eterna história de Dalila e Sansão.

E Pedro I costumava dizer que se os reis governavam os povos, eram também governados por um tirano implacável: Sua Majestade o Amor...

ജ്ഞജ്ഞജ്ഞ

25 - Fibra Paulista

A história de São Paulo é uma escola de civismo.

Aí se encontram, quer no domínio colonial, quer no monárquico ou no republicano, figuras que se apresentam aureoladas por suas adamantinas virtudes cívicas. Uma delas é o padre Diogo Antonio Feijó.

Nascido em Itu, conseqüência de um pecado amoroso, cresceu ouvindo a voz de uma consciência pura que lhe ensinara o caminho reto da nobreza dos sentimentos.

Mãos misteriosas, quando ainda nos seus primeiros anos de vida, o abandonaram à porta de uma criatura piedosa, que o acolheu e criou.

Quis voltar a sua alma para a Igreja, mas as contingências do tempo o atiraram ao vórtice da política tempestuosa dos primeiros anos do Império, envolvendo-o na vida agitada dos partidos.

Escolhido pelos seus patrícios de São Paulo para os representar nas Cortes de Lisboa, aí se fez notar desde logo o fulgor de sua inteireza moral, enfrentando, ao lado da figura homérica de Antônio Carlos, os arreganhos de formidáveis inimigos do Brasil, entre os quais dominava a

atroadora eloquência de Borges Carneiro, exigindo de D. João VI a re-colonização da terra brasileira.

Proclamada a Independência, Feijó regressou ao amado torrão natal, a tradicional Itu, que o mandou para a Câmara dos Deputados do primeiro reinado.

Desavindo-se com os Andradas por questões de princípios, contra esses temerosos patrícios sustentou uma luta sem tréguas, ora vencido, ora vencedor.

Afinal, depois da abdicação do primeiro Imperador, coube ao padre ituano a vez de guiar os destinos do Brasil.

Foi ministro em 1832, num período torvo, de revoluções e levantes que ameaçavam submergir a nação no abismo da mais temerosa anarquia.

O padre Feijó, ministro da Justiça, estudou a situação e verificou que tudo resultava da indisciplina reinante nas fileiras dos corpos militares que se achavam na Capital do Império.

Essa indisciplina do exército brasileiro constituía o terrível pesadelo do governo. Era mister um remédio que curasse o Brasil desses tumores malignos que lhe septimicemiavam o organismo, dessas convulsões e rebeliões que se sucediam, periodicamente, destruindo a seiva da nacionalidade, empecendo a marcha do progresso e enegrecendo as páginas da nossa história.

E então o enfezado e franzino sacerdote de uma aldeia paulista, guindado pelas circunstâncias políticas a curul ministerial, sugeriu ao regente a audácia de um golpe decisivo e para isso em um mês apenas organizou a guarda nacional, transformando todo o cidadão em soldado da lei, e com esse bando de civis armados e bons patriotas dissolveu o exército.

Era 17 de Junho de 1831. A Regência Trina tomou conta do Brasil, estando convulsionado todo o país em graves movimentos civis e militares.

Porém, na frente do governo se achava um general capaz de restabelecer a ordem e um padre de férrea energia.

Contrariando a vontade dos seus dois companheiros de Regência, (o Marquês de Monte Alegre e o Dr. João Bráulio Moniz), o general Lima e Silva chamou para ministro da Justiça o padre paulista Diogo Antonio Feijó e deu-lhe todo o apoio que carecia para restabelecer a ordem.

Quatro partidos políticos guerreavam-se encarniçadamente: o republicano, o moderado, o liberal intransigente e o restaurador, apelidado o caramuru.

As tropas do Rio, agitadas pelos demagogos, estavam positivamente indisciplinadas. Só havia um remédio: a sua dissolução. Isso bem compreendeu a Regência.

O primeiro batalhão que se rebelou foi vencido e dissolvido. Assim se procedeu com os demais, exceção feita a um, que até então se mantivera com a lei: o Batalhão de Artilharia da Marinha, aquartelado na ilha das Cobras. Afinal, também este se insurgiu. O padre Feijó procurou imediatamente o general Lima e Silva, chefe da Regência e expôs o caso:

- General, a Artilharia da Ilha das Cobras está revoltada. O último batalhão que tínhamos está contra o Governo. Precisamos vencê-lo e dissolver o Exército.

Imperturbável, o general Lima e Silva respondeu ao ministro:

- Forme a Guarda Nacional, e com ela esmaguemos a revolta e dissolvamos o Exército...E que cada patriota seja um soldado da Lei.

E Feijó, com paisanos armados e dispostos, organizou a ofensiva e venceu a Revolução, dissolvendo o Exército.

E assim, a segunda Regência, graças à energia do general Lima e Silva e do Ministro da Justiça, padre Feijó, impôs o respeito à Lei.

***

Estava em cima o partido moderado, e em 24 de Setembro de 1834, quando morreu o ex

imperador, desapareceu o partido caramuru (ou dos restauradores), que pretendia a volta de Pedro I ao trono do Brasil.

Os políticos deste partido, assim desarticulado, aderiram, na maior parte, aos moderados, dando-lhes maior vigor.

Em 1834 foi proclamado o "Ato Adicional", que era uma reforma da Constituição. De acordo com essa reforma constitucional deveria realizar-se em 7 de Abril de 1835 uma eleição para o cargo de Regente do Império, pois a Regência caberia somente a uma pessoa.

Mas onde estava o grande paulista padre Feijó?

Retirado da política ativa, recolhido à sua modesta casinha de São Paulo, desde o dia 26 de Junho de 1832 deixara de ser Ministro da Justiça.

Dizia ele que o Brasil jamais consentiria que quem quer que fosse dirigisse os seus destinos, sem a isso ser chamado pelas leis, expressão de sua vontade.

Ora, o Senado era uma autoridade legislativa. De acordo com o seu princípio político ele não podia ser ministro, desde que estivesse em antagonismo com qualquer dos ramos legislativos – Câmara ou Senado.

Esse antagonismo, afinal, surgiu. No Senado caíra o projeto da destituição do tutor do imperador

(somente pela maioria de um voto), apesar de aprovado pela Câmara.

Feijó, porém, já tinha anunciado que o projeto passaria. E diante dessa hostilidade do Senado, pediu demissão do cargo de Ministro da Justiça.

Instado para reconsiderar o seu ato, recusou-se terminantemente, dizendo:

- *Sou filho de uma província onde se faz timbre de cumprir o que se promete.*

E no primeiro domingo de Agosto de 1832, um modesto viajante, levando sua bagagem (duas canastras sobre um burro), acompanhava um tropeiro paulista, cavalgando em direção de São Paulo. Era o padre Feijó que cumpria sua palavra, abandonando a Corte e o Ministério.

Esse padre ituano, que tão bem representava a fibra dos bandeirantes, retornando à sua terra natal, dela teve que sair para o Rio de Janeiro, pouco tempo depois, eleito pelo voto de todos o Brasil para a governança da pátria no cargo de Regente do Império.

E quando governava, procurando com o seu pulso de ferro integrar a nação no regime da ordem e do respeito ao poder constituído, a revolução alteou o colo no sul, e ameaçava as instituições.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, o povo rugia em manifestações hostis ao governo.

O padre regente adoecera com gravidade.

Entre os adversários de Feijó sobressaía o Dr. Araújo Viana, não somente prestigiado pela simpatia popular como também pela força parlamentar, pois eram numerosos os seus amigos na Câmara e no Senado.

O regente reuniu os seus secretários de governo, expôs-lhes a situação gravíssima do país e o estado precaríssimo da sua saúde, e para que se evitasse a probabilidade de uma explosão de ódios partidários na capital do Império e porque não queria governar contra a vontade do povo que o elegera, resignava o seu mandato de regente do Império, entregando o governo ao mais prestigioso e idôneo dos seus adversários, que era o Dr. Araújo Lima, Marquês de Sapucaí.

Em seguida o voto de todo o Brasil, em uma eleição para Regente, confirmou a escolha de Feijó.

E os paulistas do século XX consagraram esse grande soldado da lei, esse padre de punhos de ferro que sabia castigar e sabia transigir em benefício da Pátria, na perenidade de um monumento que, se ostenta na Praça da Liberdade, em São Paulo, proclamando em Feijó o valor de duas forças incontrastáveis: o prestígio da lei e a soberania da vontade popular.

***

Há na História republicana uma figura impressionante de apóstolo: Prudente de Morais.

No seu governo os dissídios partidários atiraram brasileiros contra brasileiros nos pampas do sul e nas serranias do norte.

Mas Prudente era um pacificador. Percebia-se na face do velho piracicabano as agonias de um grande sofrimento: a dor cívica, a angústia que atinge as almas privilegiadas dos que sabem sentir as vibrações da Pátria e com ela sofrem na sua desventura.

Um dia, um desses deputados que se aperfeiçoaram na arte de agradar e se fazem sentinelas da Vitória com as habilidades do trato, enganado sobre a feição moral do advogado de Piracicaba, procurou-o no Palácio onde se fazia um governo honesto e laborioso.

Explodindo em satisfação comunicou ao presidente que à tarde viria ele com uma multidão de republicanos ovacionar sua excelência pela faustosa notícia de um combate feliz para a legalidade nos sertões de Canudos.

Para isso o aceitoso e trêfego deputado já havia requisitado algumas charangas militares e alvoroçando alguns cabos eleitorais visando o ajuntamento popular.

Prudente de Morais, com o seu olhar de aço, contemplou por alguns instantes aquela criatura que tanto se enganava a seu respeito, e respondeu que ficava muito obrigado pela lembrança dessa manifestação, porém, como simples cidadão, não apreciava esses movimentos populares; e como presidente da República, sempre os proibia, mormente numa ocasião em que nos sertões baianos lutavam e sofriam os soldados brasileiros. E não seria assim com discursos laudatórios e músicas alegres que se comemoraria um combate feliz para a legalidade, pois melhor seria que a alma desse bom povo brasileiro se voltasse para Deus na grande súplica de uma paz imediata, sem ódios nem vinganças.

Essa frase, como outras, foram registradas por um dos mais brilhantes jornalistas cariocas na primeira década republicana.

***

A intriga, o ódio, a ambição, combinados no satânico propósito da conquista do mando através do sangue, resolveram destruir, num monstruoso atentado, a vida do grande presidente.

A conjura alapardou-se, o boato avassalou a capital, e foi até os ouvidos do chefe da casa militar, o então coronel Luiz Mendes de Morais, que avisou o presidente dos rumores surdos e sinistros que iam pela cidade.

Prudente de Morais, contudo, não se intimidou. Sorriu e calmo, impávido, respondeu que iria dali a pouco ao Arsenal de Guerra assistir o desembarque das tropas no seu regresso de Canudos. Não era ele o chefe de estado, o generalíssimo do Exército?

O supremo magistrado da Nação não devia, não podia, ser prisioneiro do medo, assustando-se com os boatos dos desordeiros que se punham fora da lei.

Iria ao Arsenal, garantido pela tranqüilidade de sua consciência.

E foi. As previsões realizaram-se. Verificou-se o atentado. O anspeçada[49] Marcelino Bispo, instrumento de políticos apaixonados e sem escrúpulos, alvejou o presidente com uma arma de fogo.

Os dois gatilhos de uma grande garrucha caíram sem a eficiência para a explosão. O ministro da Guerra e o chefe da casa militar atiraram-se sobre o agressor, que, já agora, de punhal, lacerava em golpes profundos os dois heróicos defensores de Prudente de Morais.

Subjugado o revoltoso, do seu atentado não resultara a morte premeditada do presidente, e sim a do ministro da Guerra.

[49] Graduação entre soldado e cabo (NE)

Então a cidade do rio se transformou num mar escalpelado de boatos aterrorizantes. Dizia-se por toda a parte que o atentado se repetiria se o presidente fosse ao enterro do seu ministro.

Os amigos, os parentes, os ministros, todos pediam e rogavam ao paulista de Piracicaba que não fosse, que sua vida corria sério perigo, que a fúria homicida dos seus adversários ainda não se saciara.

- *Não deve ir ao enterro*, murmuravam todos ao seu lado. E eram vozes amigas.

Prudente de Morais exasperou-se. Pediu que ninguém mais lhe falasse nesse assunto.

Então o seu ministro sacrificara a vida em sua defesa, morrendo pela legalidade, e ele, o presidente, que em suas funções encarnava a honra e a dignidade da Pátria poderia intimidar-se com ameaças e boatos e dar ao país o triste exemplo de um encarcerado moral? Pois iria acompanhar o seu amigo e ministro até a sua derradeira morada, confiando apenas na força do seu civismo e na majestade da sua consciência.

Se não tivera medo, dizia ele, quando no arsenal de guerra contra sua pessoa se levantara a fúria sanguinária de um assassino, perverso e atrevido, não seria no enterro de seu ministro que lhe faleceria a coragem cívica de quem sabe cumprir o seu dever. Pois ficassem certos de que iria, houvesse o que houvesse.

E foi. Foi a pé, de chapéu na mão, no meio do povo, com seus ministros e amigos.

Mas a multidão, em repelões e vai-e-vens, separou o velho chefe de Estado dos seus ministros e amigos.

Assim, sozinho, prosseguiu a marcha, sereno e destemeroso, na majestosa impavidez de quem representa a consciência nacional. E bem a representava.

No cemitério, quando o corpo do marechal descia para a cova, viu um velho magro, alto, de barba grisalha e sobrecasaca, a pedir cortesmente que lhe abrissem caminho até o túmulo.

Era o Presidente da República, que se distanciara e procurava ver pela última vez quem morreu por ele. Curvou-se um pouco, e duas lágrimas rolaram pela face de bronze do presidente, indo cair naquela terra que iria agasalhar para sempre o marechal Bittencourt.

Depois, soerguendo o corpo, Prudente virou-se para a multidão e ereto, firme, sereno e decisivo, procurou sair como entrara: sozinho.

A multidão, eletrizada e muda, abria alas, como se fora cortada por uma formidável força misteriosa.

Durou instantes esse esfacelamento do povo. Em seguida explodiu um impressionante cachoeirar de vozes humanas, vozear ensurdecedor e

tonitruante que parecia provir do próprio ventre da terra nas convulsões de um cataclismo.

- *Que fora aquilo? Que fora aquilo, santo Deus?!* Angustiados se interrogavam os amigos do presidente.

O velho piracicabano, ainda com o chapéu na mão, sorria com aquele seu característico sorriso brotado da profundeza de sua consciência vã e tranqüila.

E a multidão se agitava ali, entre os túmulos, frenética, entusiasmada, cada vez mais febril.

De repente, em cima de um sepulcro de mármore branco, surgiu uma grande figura negra, de cabeça leonina, de olhos injetados. Duas mãos escuras, espalmadas, dominadoras, estenderam-se para a multidão.

Era o maior tribuno do Brasil, era o trovejante José do Patrocínio. Diante dele passava o presidente da república e a um gesto seu calou-se a multidão.

Então Patrocínio, em borbotões de eloquência, falou:

> **"Parai aí, Sr. Presidente. Ainda estais ouvindo o eco dessas catadupas de aplausos que se encapelaram de entusiasmo diante de vossa coragem cívica.**

Viestes sozinho, sem pretorianos, porque confiastes na força de vossa consciência tranqüila e na grandeza de vossa alma de patriota tão bem compreendida por este povo generoso e bom, que é o brasileiro.
Viestes sem pretorianos e conquistastes a multidão, esta multidão que vos cerca e que vos guarda, e que ainda há pouco explodia diante destas casinhas brancas que escondem tantos mortos queridos e gloriosos, como que lhes pedindo que também eles se levantem em aplausos e bênçãos, glorificando o vosso civismo, presidente.
E aqui acabais de receber, ó mestre da coragem cívica e do patriotismo, a mais edificante e singular de todas as manifestações que nossa história registra.
Foi mais do que manifestação: foi a convulsão da alma nacional, alma que se atirou reverente, balbuciante e conquistada aos pés do santo varão que acaba de inscrever nas páginas da história pátria e alti-eloquente lição de civismo, ensinando através da sua coragem a força indômita, incontrastável e soberana da lei, da justiça e do direito...”

Esse discurso, cujo princípio aí está foi taquigrafado e publicado pelo jornalista Ernesto Sena.

A testemunha ocular desta apoteose ao velho e grande piracicabano, ao fornecer os elementos

para este capítulo da História pátria, ainda se comovia e vibrava de entusiasmo ao recordar o episódio.

E Patrocínio, ao terminar o seu belo discurso, abraçou o presidente e beijou-lhe a mão, como se ali ele não fosse um simples homem, mas sim o símbolo da consciência nacional, a representação viva e palpitante da própria pátria.

***

Ao advogado de Piracicaba, que foi Prudente de Morais, sucedeu na presidência da república o advogado de Campinas, que foi Campos Sales, cujo governo ocupou o quatriênio presidencial de 1898 a 1902.

A guerra civil exaurira e esgotara o erário público no período anterior, de tal modo que Campos Sales ficara no terrível dilema de recorrer às medidas extremas.

Consultado o Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, este apresentou o seu plano de majoração de impostos, dizendo ao Presidente:

- Aí está o dilema, Sr. Presidente: se V. Excia. aumentar os impostos, perderá a sua popularidade, mas salvará o Brasil da bancarrota. Não há por onde fugir: ou a amizade dos brasileiros ou a honra do Brasil, pagando os compromissos da nação com o aumento dos

impostos e neste caso a odiosidade do povo cairá sobre V. Excia.

Campos Sales, refletindo no seu olhar triste a angústia do patriota diante de uma calamidade nacional, respondeu:

- *Pouco importa a minha popularidade. Salvemos o Brasil da bancarrota. Executarei o seu plano de majoração tributária, grite quem gritar, aconteça o que acontecer.*

Os impostos foram aumentados.

O povo, agitando-se, gritou. O comércio protestou veementemente e nomeou os seus representantes para se entenderem com Campos Sales. E os líderes do Comércio foram ao Catete, sendo logo recebidos pelo presidente.

O advogado campineiro procurou convencer os reclamantes da necessidade imperiosa da tributação majorada, como sendo o único meio de salvar a honra da pátria. O Tesouro precisava de dinheiro para não falir e donde poderia tirá-lo senão do povo, através dos impostos aumentados?

Um dos componentes da comissão, chefe de uma das mais importantes casas comerciais do Rio, obtemperou, com descortesia evidente:

- *Por mais que V. Excia. argumente, nós não nos convencemos e não concordamos com os impostos e contra eles protestamos agora e protestaremos*

sempre. E saiba V. Excia. que o povo se revoltará ao nosso lado contra esses impostos absurdos...

Campos Sales, então, perdeu a calma. Ergueu-se, indignado pela falta de patriotismo daquela gente, e assim respondeu:

- Concordem ou não concordem, protestem ou não protestem, os impostos estão decretados. Não posso obrigar ninguém a ser patriota, mas obrigarei a todos a cumprirem a lei. E será cumprida., haja o que houver.

Em seguida, virou-lhes as costas e retirou-se da sala deixando-os sozinhos e estatelados.

E realmente foi cumprida a lei da majoração tributária, com o sacrifício da popularidade do presidente paulista, que suportou a odiosidade do povo de sua pátria para salvar a honra do Brasil, evitando a bancarrota da nação e o descrédito nacional.

Ao deixar o governo, o grande campineiro legava ao seu sucessor o Tesouro cheio de milhares de contos e ao embarcar para São Paulo foi vaiado na estação pelo povo que o odiava nessa ocasião.

Enriquecendo o tesouro, perdeu a popularidade, e morreu pobre.

Campos Sales passou o governo da república a Rodrigues Alves, em 15 de Novembro de 1902. Este dirigiu o país até 15 de Novembro de 1906.

Encontrando o tesouro folgado, resolveu acabar com a febre amarela no Rio e remodelar a capital do Brasil.

Com este fim, chamou para seus colaboradores homens de grande valor: o engenheiro Francisco Pereira Passos e o médico Osvaldo Cruz. Ao engenheiro entregou a Prefeitura; ao médico, a Higiene.

Do trabalho desses dois homens notáveis o Brasil inteiro tem conhecimento. Venera-os como glórias nacionais.

O Rio era uma cidade feia, de ruas imundas e estreitas. O prefeito mandou fazer lindas avenidas, belos parques e formosos jardins.

Por exemplo, a avenida Rio Branco e a avenida Beira-Mar constituem hoje a maravilha dos que visitam a capital de nossa pátria.

O Rio era uma cidade temida pelos estrangeiros e pelos próprios brasileiros. Aí, a febre amarela, permanentemente, matava centenas e até milhares de criaturas. Os que iam ao Rio fizessem o testamento. Era difícil escapar-se da febre amarela.

Osvaldo Cruz tomou medidas enérgicas e acabou com tal calamidade. O engenheiro Passos derrubou pardieiros e fez palácios.

Mas, para conseguirem o que conseguiram, o Prefeito, o Diretor da Higiene e o Governo foram obrigados a tomar medidas enérgicas. O povo gritou. Uma parte do exército estava descontente.

E em 14 de Novembro de 1904 explodiu uma revolução do povo e de parte das tropas. O general Travassos assumiu o comando dos revoltosos, que marcharam para o Catete, palácio do presidente. Os batalhões mandados pelo governo dispersaram-se, covardemente, ao primeiro encontro.

O general Piragibe, sem boné, apareceu no Palácio, relatando o acontecido. Um ministro, então, aconselhou o presidente:

- Vossa Excelência devia recolher-se a um vaso de guerra. Os revoltosos não deverão tardar.

- Eu não saio daqui. Aqui é o meu lugar, respondeu Rodrigues Alves.

E ficou, salvando a honra do Governo e as gloriosas tradições da coragem dos bandeirantes.

ജശജശജശ

26 - O Direito de Gritar

Há em toda a parte um grande desassossego moral. Clama-se contra a deliqüescência dos costumes, investiga-se a origem do mal, e cada vez mais a moralidade vai desaparecendo na vertigem da vida moderna.

Conta um escritor russo que uma vez uma comissão de socialistas, desses mesmos que ora dirigem os destinos dos "sovietes", procurou Tolstoi, o velho retratista da alma humana, lá em seu retiro de Yasnaia, perguntando-lhe qual a origem desse grande mal que se apoderara da gente moscovita, cujo caráter se atrofiara na resignada obediência aos ladrões da soberania nacional, aos cossacos bêbados e inescrupulosos, aos senhores do "cnute".

E Tolstoi olhou de frente os sonhadores das reivindicações sociais na Rússia dos czares, detendo-se um instante. Depois falou:

Um dia, na orla de uma floresta, junto de um regato cristalino, à sombra de uma frondosa árvore, encontraram-se vários animais, e discutiram a origem do mal.

- Para nós, disse o leão, o mal vem da coragem. Vivemos felizes, na plenitude da nossa realeza. Porém, quando encontramos os caçadores, os nossos pêlos se eriçam,

e rugimos, avançando, corajosamente, contra o astucioso inimigo que nos espera de tocaia, seguro de sua pontaria. O mal de nossa casta vem da coragem.

- Para nós, exclamou o veado, o mal vem do medo. O caçador com a sua matilha nos persegue, e embora velozes, invencíveis na carreira, fugimos desatinados, com as canelas enfraquecidas, inseguras, trêmulas, sob o domínio do pavor. E assim os cães nos alcançam. Para o nosso grei, o mal vem do medo.

- Para nós, murmurou o pombo, o mal vem do amor. Quando arrulhamos cheios de doçura, esquecemo-nos do mundo e assim servimos de mira fácil para a pontaria do caçador. O mal vem do amor que nos domina e nos empolga.

- Para nós, explicou a serpente, o mal vem do ódio. Não podemos ver o homem. Se ele se aproxima, não fugimos. E raivosas, nos enrodilhamos e esperamos a aproximação do inimigo. Cheias de veneno e de ódio quase sempre perecemos com a cabeça esmagada pelo cajado do homem. E aí está donde vem o mal para as serpentes.

- Para nós, asseverou a raposa, o mal vem da rapinagem. Levadas por ela vamos aos quintais furtar as aves dos poleiros, e aí quase sempre nos espera a dentuça do cão de fila.

- Para nós, afirmou o cão, o mal vem da fidelidade, que nos prende ao homem, que quase sempre nos atira ossos e pontapés. E apesar disso somos fiéis, e da nossa fidelidade vem o nosso mal.

- Para nós, disse o pavão, o mal vem da vaidade. Envaidecemo-nos e abrimos o nosso leque, e ele revela o nosso esconderijo aos que nos perseguem. Daí o nosso mal.

- Para nós, falou o boi, o mal vem da humildade e da submissão. Somos grandes, somos fortes, somos formidáveis, entretanto o homem nos domina, nos prende na canga e quando não prestamos mais para o serviço, nos manda para o matadouro. O mal vem da submissão humilde.

Nesse ponto da conversa o macaco tossiu e os circunstantes estremeceram, inquirindo se vinha algum homem, inimigo comum de toda a bicharada.

- Que era um amigo, respondeu o macaco, e apontou para um descampado.

Todos os bichos olharam e viram um lindo e luzidio tigre que se aproximava tranqüilamente, com as fauces e as garras tintas de sangue de uma ovelha que ele acabava de devorar.

A bicharia silenciou. E o macaco esperou a aproximação do majestoso felino. Já o tigre estava reunido ao grupo,

quando o quadrúmano fez a sua habitual careta e inquiriu:

- E vós, senhor tigre, que nos dizeis da origem do mal?

E o tigre estendeu-se ao solo, satisfeito, contente de sua vida e depois de lamber a beiçorra ensangüentada, respondeu:

- Pois, senhores, nós, os tigres, achamos que o mal vem do estômago. Queremos ser camaradas amáveis e úteis, somos cheios de boas intenções, temos dó da fraqueza das ovelhinhas tenras e meigas; porém quando nos aperta o estômago... somente cuidamos da barriga, e a barriga nos governa e mata as nossas boas intenções. E por isso, somos odiados e perseguidos pelos homens.

O macaco aplaudiu a explicação do tigre, concluindo:

- Aí está, amigos, a origem de todos os males da bicharada: "o estômago, o estômago soberano que mata as boas intenções".

Os soviéticos que interpelaram Tolstoi, sorriram e compreenderam o alcance da fábula.

Todos os que têm força, todos os que têm inteligência e valor, todas as criaturas da terra, poderosas ou humildes, estão cheias de boas intenções como o tigre. Mas, o diabo do estômago, quando aperta... adeus boas intenções.

E assim, pois, a origem do mal está na própria natureza que deu estômago às criaturas.

Quem está de barriga vazia, grita: quem está de barriga cheia, mete o porrete; os que estão por baixo na vida acusam os que estão repimpados no poleiro do poder e da riqueza. Os que se julgam cordeiros, se fossem lobos, também aprenderiam a devorar.

É da História a gritaria da oposição e o porrete do Governo.

E assim enquanto houver governos haverá oposições: é o direito de gritar, o "*jus sperneandi* ".

ଊଋଊଋଊଋ

27 - A Nobreza do Primeiro Império

Vítor Jacquemont, o célebre comissionado do Museu de Paris na Índia, além de obras científicas de real valor, deixou uma correspondência particular, escrita em linguagem tão vivaz, revelando casos tão interessantes, que, após sua morte, em 1832, na cidade de Bombaim, foi recolhida por seu amigo e admirador, o poeta Merimée, e por ele publicada.

O grande Cuvier incumbira-o de estudar a Índia e de ali colher curiosidades para o Museu de Paris.

Uma tempestade, porém, atirou para o ocidente atlântico o sábio francês, e o veleiro em que viajava, desarvorado, veio aproar costas brasileiras.

Assim, esteve quase um mês no Rio de Janeiro, onde fez relações com o Imperador Pedro I, do qual recebeu desagradável impressão, bem como de toda a Corte.

Para ele, d. Pedro era um "*almocreve*[50] *coroado*", retratando-o desta forma:

- Vou esta noite ver um animal extremamente raro na América: um Imperador. Assistirei ao mesmo

---

[50] indivíduo que tem por ofício conduzir bestas de carga; tropeiro (NE)

tempo a uma representação da "Italiana in Algeri", na Ópera, o que me proporcionará o ensejo de me avistar com aquele hábil moço de estrebaria.

Isso em carta ao pai. Ao amigo Mareste contava o motivo porque o Imperador era doido pela Ópera, cujos camarins visitava nos intervalos:

- Ali está sempre porque além das modistas francesas da rua do Ouvidor, ainda se lhe oferecem todas as dançarinas, coristas e comparsas e ele apenas lhes paga o que valem: dez a vinte francos.

Noutro passo retrata a moral dos cortesãos:

> "Ignoro se no Brasil o "Dom" implica a tradução de nobreza daquele que o usa, mas parece-me que aqui todos o arvoram. Aliás estão todos perfeitamente aptos a serem feitos viscondes, marqueses, oficiais do Paço.
>
> Recompensa o Imperador com tais títulos e as honras a eles inerentes, os serviços administrativos que podem ter prestado ou a complacência para com a pessoa do monarca.
>
> Por exemplo, aqueles que lhe entregam as mulheres legítimas, ou lhe arranjam amantes, ou lhe dão sociedade em seus amores, ou lhos cedem de todo, estes a tudo conseguem chegar.

> Sob este ponto de vista são as velhas tradições monarquistas todo poderosas no Brasil.
>
> Cada homem tem na sua baixeza uma ensancha de fortuna que o acaso pode fazer frutificar. Basta para tanto que o soberano o escolha para desposar uma rapariga grávida de sua majestade, ou para traficar com o preço da mulher, comprando-a, ou antes, alugando-a.
>
> Estas promoções de burgueses que o Imperador de tempos a tempos eleva às altas distinções do Império, entre eles mantém grande emulação para servirem, e entre os mais vis, bastante amor e uma ordem de coisas que lhes pode redundar em brilhantes vantagens".

Já nesse tempo os brasileiros amavam a moda de Paris e... as francesas. É o sábio Jacquemont quem o relata nestes passos:

- "E esses (os negociantes franceses) tem as suas elegantes casas de negócio fortemente iluminadas, em frente a cujas vitrinas se embasbacam os brasileiros, apinhados nos estreitos passeios (da rua do Ouvidor), em êxtase ante certas figuras parisienses..."

- "No Rio, nós (os franceses) sustentamos com grande vantagem os nossos créditos de cabeleireiros e mestres de dança. A rua "Vivienne" desta terra, que se chama "Rua do Ouvidor", está apinhada de modistas,

alfaiates e penteadores de Paris. As modistas são as hetairas[51] do mais alto coturno. Outorga-se o imperador a fantasia de pagar a quase todas, e assim é que no Rio de Janeiro, graças a uma "regra de três" sumamente ridícula, pensa todo o mundo que todos os franceses são cabeleireiros e todas as francesas... são "coquinhos".

Taunay, traduzindo e comentando essas apreciações do naturalista francês, exclama, cheio de patriotismo e amor ao passado de nossa gente:

- Não é coisa que muito honre a lealdade do viajante o furor, o encarniçamento com que agride exclusivamente, em bordoada de cego, o povo a quem visitava, nas páginas destinadas à publicidade e à divulgação universais por intermédio do órgão de um Instituto como o Museu de Paris.

Entretanto, em que pese ao amor do ilustre historiador às cousas do passado, aí está uma fotografia muito verdadeira do primeiro Imperador e da primeira nobreza de nossa terra.

E tanto assim era que um dos nossos mais brilhantes historiadores comentava com severidade, referindo-se a Pedro I:

"O cetro não lhe corrigiu os hábitos, e nem lhe ponderou no espírito a responsabilidade da posição que ocupava.

[51] prostituta de luxo, que se faz sustentar por clientes ricos (NE)

Continuou a ser o mesmo rapaz, vivo, estouvado, desregrado e muito afeiçoado a relações com gente de baixa extração.
Os seus validos[52] e mais íntimos amigos eram o Chalaça (Francisco Gomes da Silva), mau oficial de ourives; o João Corbato, ex-moço de cozinha; e o barbeiro Plácido; e tal era o apego do Imperador a esses e outros cortesãos tirados da mais baixa região social, ignorantes e corruptos, seus alcoviteiros e comparsas de crapuloso deboche, que mais tarde, para afastar o Chalaça da Corte, o marquês de Barbacena só pôde consegui-lo nomeando-o encarregado de negócios (ou ministro plenipotenciário) em Nápoles.

O próprio Imperador arranjou-lhe os preparativos de viagem; e, por ternura ou acinte ao Ministério que o nomeara, dava conta da solicitude com que ele mesmo preparava a bagagem, provendo tudo com alfaias do Paço, e não esquecendo a frasqueira, por ser o Chalaça grande consumidor de bebidas alcoólicas".

"Nada esqueceu (afirma Drumond) ao desvelo imperial e os dois validos, o Chalaça e João da Rocha Pinto, partiram enfim, objetos de atenção e carinho do Imperador, levando em abundância o supérfluo, além do necessário, e os beijos e os abraços do amo que ficava saudoso e cheio de tristezas".

---

[52] Que conta com a proteção e o amparo especial de alguém, esp. dos poderosos; PROTEGIDO - Que goza de particular estima; que é muito prezado; FAVORITO (NE)

E destarte, o Chalaça, aprendiz de ourives, e o célebre João Corbato, ajudante de cozinheiro, partiram cheios de proventos, alfaias e crachás de nobreza, como Ministros Plenipotenciários de Sua Majestade o Sr. D. Pedro I, Imperador do Brasil.

***

Se quisessem os historiadores respingar a origem dos marqueses, viscondes, barões e comendadores do primeiro Império, iriam encontrar muita história de alcova.

Um exemplo entre os muitos: O Coronel Castro, indo de S. Paulo à Corte, foi com sua filha solteira a um baile do Paço.

D. Pedro por ela se apaixonou, embora já se tivesse comborçado com a irmã dessa moça, mulher separada do marido.

Namorou-a, cantou-lhe na janela aqueles seus versinhos prediletos:

Meu amor, meu grande amor,
Sem ti não quero viver,
Tua imagem é a meiga flor,
Que eu vivo a bem-querer.

Das serenatas e choros amorosos à escada de Romeu, foi coisa de pouco tempo. De pouco tempo também foi o casamento suntuoso da Julieta “pudica e pura” com um certo criado do Paço, protegido do Imperador.

Ao pai da moça isso valeu o título de Visconde de Castro. E a jovem recém-casada? Baronesa de Sorocaba...

Tais as amostras dos titulares do primeiro Império: marqueses, viscondes, barões, criaturas arrebanhadas entre arrieiros, barbeiros, cantadores de modinhas e capangas. De vez em vez, saía gente boa, tirada do alto.

Se assim era a verdade, por que censurar um grande sábio que viu tudo isso no primeiro Império e isso contou em correspondência privada ao pai e ao amigo, correspondência que não se destinava à publicação e só foi publicada "post-mortem", graças à recordação amistosa de Merimée?

Pior têm feito certos literatos e jornalistas europeus que aqui vem receber dinheiro do tesouro e depois falam mal de nós, lá fora.

A "correspondência" de João Loureiro, redator do "Diário Fluminense", e "Les voyages au Brésil", de Beauville, fornecem episódios reveladores da época.

ꕥꕥꕥ

28 - O cancro que matou o Império

Espírito arguto e de uma habilidade sem par, o ministro Cotegipe tirou Deodoro do Rio Grande do Sul, onde estava como chefe da região militar e vice-presidente da província.

Chamou-o para o Rio. Deodoro veio, mas, contra a praxe até então adotada, não visitou o presidente do Conselho, e, como um cartel de desafio, convocou uma reunião militar, que teve lugar em 2 de Fevereiro de 1887.

Cerca de duzentos oficiais aí estiveram e receberam Deodoro sob uma catadupa de palmas.

Secretariado pelo coronel Simeão e tenente-coronel Madureira, tendo também ao lado o republicano e positivista Benjamim Constant, Deodoro abriu a sessão.

Madureira leu quatro artigos de moção francamente revolucionária, assinada por oficiais de terra e mar.

Aprovada sob aplausos, e sem discussão, Deodoro, confessando que ele e sua família muito deviam ao imperador, pôs-se à frente do Exército, e de cabeça levantada desafiou o governo, com palavras veementes.

Em 5 de Fevereiro de 1887 escreveu ao Imperador, transmitindo-lhe as queixas do Exército. E terminava:

- *E, pois, Imperial Senhor, com o mais profundo respeito, venho em nome da classe militar, ante V. M. e peço-lhe se digne atender à questão e resolvê-la com aquela inteireza e justiça que preside a todos os atos de V. M. I.*

Essa carta, aliás escrita em termos palacianos, ficou sem resposta. O governo desprezava o Exército. Preparava-se para uma reação, da qual seria a primeira vítima o mesmo Deodoro.

Encorajado pelas manifestações militares e civis de que era alvo no Rio de Janeiro, cercado pelo apoio de toda a classe, Deodoro dirige-se novamente ao imperador e diz-lhe que escolha: ou atenda à queixa do exército, ou conceda a sua demissão de serviços públicos. Eis a carta:

> **Rio, 12 de fevereiro de 1887.**
> **Senhor.**
> **Eis-me ainda, e sempre com mais profundo amor e respeito e a maior lealdade, ante o trono de V. M. I., deprecando, por mim e pelos meus companheiros de armas, a justiça que nos falta.**
>
> **Atendei, Senhor! O que os militares pedem é tão justo e tão pouco – o reparo de uma injustiça que os afronta e vilipendia ao vosso exército, ao**

exército a que pertence o vosso ínclito genro, pois a causa tem tanto de digna como de grave.

E não somos nós os militares que o sentimos; o povo também o compreende e, como que se associa ao nosso desgosto.

A causa é muito séria, senhor, e somente quem, por um lado não tiver a intuição do brio e pundonor[53] militar, e por outro quem não cogitar das conseqüências a advir, pode encarar descuidado a tormenta que se anuncia.

Senhor, vosso ministro vos atraiçoa, pelo menos nesta causa. Tem exasperado o exército e o provoca à reação.

Eu, nascido e criado, como todos os de minha família, no mais acrisolado devotamento ao Imperador; eu que me prezo de ser fiel, franco e leal, eu que altamente confio em V. M. Imperial, espero de vós justiça, essa justiça que nos nega o secretário de Estado de V. M., nos negócios da guerra.

Sinto-me receoso, pesaroso, de incorrer no desagrado de V. M.; mas, Senhor, a ser negada a justiça, terei vergonha da farda que visto, eu que

[53] matéria ou ponto de honra, aquilo de que não se pode abrir mão, sob a ameaça de ser ou sentir-se desonrado (NE)

> me orgulho de pertencer ao exército, e nesse caso, será uma verdadeira graça, Senhor, a minha exoneração do serviço.
> De V. M. Imperial, súdito reverente.
> Manuel Deodoro da Fonseca".

O imperador não respondeu.

Cotegipe, no senado, pediu, com energia, represálias que abafassem a indisciplina. Foi então que o senador Visconde de Pelotas, glorioso vencedor de Cerro Corá, pediu a palavra e com a maior sinceridade disse que se jogava na questão a própria dinastia imperial, o trono.

Riu-se Cotegipe, e Pelotas, solenemente, se ergueu, olhou com olhares acerados o ministro afoito e disse:

> "O nobre presidente do conselho terminou rindo-se, e o seu riso me contristou.
> Nós estamos atravessando um momento grave, e, S. Excia. não lhe dá importância.
> Confiado no seu valor, porque já nos disse que não tinha medo, deixa-nos cheios de apreensões e de receios. Um de nós dois está inteiramente iludido nesta questão.
> Declaro com toda franqueza que queria ser eu o enganado.
> Peço encarecidamente ao nobre presidente do conselho que reconsidere o seu ato, por amor a

este país, não por satisfação a mim que pouco ou nada valho.
Se não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar de confiar o nobre presidente na força armada que tem às suas ordens. Tais serão as circunstâncias, que pode ser que ela falte".

Era a voz do exército que ainda tentava salvar o tono combalido.

O senador Gaspar da Silveira Martins tomou, então a palavra e enfrentou com vantagem a dialética de Cotegipe. Terminou apresentando a célebre moção convidando o governo para declarar sem efeito a repreensão dirigida aos oficiais pelo ministro da Guerra. Aprovada, aceitou-a Cotegipe, "*com alguns arranhões em sua dignidade*", disse ele.

Em fins de fevereiro de 1888 surge nova questão. O governo preparava uma acintosa força policial para enfrentar o Exército e a Marinha.

Em certa ocasião, um oficial da Marinha foi preso pelos soldados de polícia, e por estes barbaramente espancado.

Surgiu uma questão gravíssima. A Marinha quis um desagravo. Nas ruas do Rio de Janeiro os marinheiros e os policiais atiravam-se

valentemente uns contra os outros, como chacais enfurecidos.

A oficialidade naval reuniu-se e resolveu representar coletivamente à princesa regente. O ajudante-general da Marinha proibiu tal representação, ameaçando com penas severíssimas os subscritores. Esse ato acabou de destruir as últimas simpatias da Armada brasileira pelo governo imperial.

Caiu o ministério. Surgiu o gabinete de 10 de Março.

Novo incidente militar, provocado em São Paulo pelo chefe de polícia, que penetrara, sem as formalidades militares, no quartel do batalhão 17º.

O 17º foi removido para o Rio de uma forma insólita, e o chefe de polícia demitido a bem do serviço público.

Temendo a presença de Deodoro na Corte, o governo delicadamente fez ver ao velho soldado que havia perigo de uma guerra com a Bolívia, e confiado sem eu valor, destacava-o para comandante da região de Mato Grosso. Era um pretexto, mas Deodoro fingiu não compreender. E foi.

Impossibilitado de lá continuar, pois a sua saúde declinava aos poucos, procurou voltar.

Na sua ausência o governo tomara todas as providências possíveis para vencer o Exército, com a força policial e com a Guarda Nacional.

Quando Deodoro regressou, já se achava em franca atividade o gabinete de 7 de Junho de 1889, isto é, o gabinete Ouro Preto.

Afonso Celso, confiado em sua energia, enfrentou de viseira erguida o Exército nacional.

Já então alteava o colo, explorando habilmente o descontentamento das classes militares, o arregimentado, mas fraco partido republicano.

Advertido por um militar fiel dos manejos republicanos, respondeu-lhe o ministro:

- Os netos de nossos netos serão governados pelos netos dos netos de sua majestade.

E riu-se, com desprezo.

***

Aproximavam-se as eleições. Os 7º, 8º, e 9º distritos eleitorais eram o reduto dos republicanos de São Paulo. Por eles deveriam ser eleitos os dois chefes: Prudente de Morais e Campos Sales.

Mas o governo dera ordens terminantes para a vitória dos monárquicos. E os dois candidatos da idéia republicana foram batidos.

Afonso celso, diz um historiador da República, para conseguir o objetivo traçado, organizara seus planos visando a derrota dos candidatos republicanos, de modo que o partido republicano não pudesse ter um só órgão no parlamento.

Ao mesmo tempo premeditava a reorganização da guarda nacional, a fim de poder dispensar e dissolver o Exército.

Medidas diversas confirmaram as intenções do ministro e atiraram ao braços dos republicanos os militares perseguidos. Oficiais de grande prestígio eram destacados para o norte longínquo e para o centro inóspito do país. Latejou mais que nunca a questão militar.

A casa de Deodoro foi teatro de conspirações.

E essa questão militar que se apresentava como um tumor maligno no corpo debilitado da dinastia bragantina chegara ao estado resolutivo. Transformara-se em questão institucional.

O trono era o inimigo comum dos militares e dos republicanos. E na lei natural da defesa os perseguidos se coligaram.

No dia 13 de Novembro o artigo de Rui no "Diário de Notícias" intitulado "Crime contra a nação", foi o toque de clarim anunciando a alvorada da República.

Nesse mesmo dia, à noite, disse o conselheiro Rui Barbosa, foi ele convidado para uma reunião na

casa de Deodoro. Lá se combinou a proclamação da República.

A verdade, porém, é que quem fez a República foi a Questão Militar.

E o chefe impávido do Exército, nessa estrondosa luta entre a classe militar e o governo, foi incontestavelmente Deodoro.

Confiado em forças que julgava fiéis, Afonso Celso afrontou o Exército. O governo já estava advertido pela voz leal do general Câmara, visconde de Pelotas. As forças poderiam faltar no momento oportuno. Dissera o vencedor de Cerro-Corá:

- Tais serão as circunstâncias, que pode ser que elas faltem.

E realmente faltaram.

ᛒᛒᛒ

29 - Lições de tolerância

Quando, em Paris, Clemenceau escreveu o primeiro ataque contra o senador Humbert, redator e proprietário de "Le Journal", a opinião pública, alvoroçada, descreu da imputação gravíssima atirada à face do mais poderoso jornalista francês, que se fizera senador graças às colunas do seu jornal.

O senador Humbert fora capitão do exército francês, ajudante de ordens do general André. Era maçom graduado, sectarista vermelho, e não admitia que um militar brioso pudesse assistir missas, porque, dizia ele com desdém, o cristianismo era uma religião de escravos.

Tipo consumado do arrivista, tinha a frase fácil, a ironia mordaz, o sarcasmo causticante, a sátira ferina, o aprumo do "gentleman". Era tenaz instigador da maçonaria francesa contra Foch e outros oficiais católicos.

Certa vez, conta-nos um cronista parisiense, Foch, então major e professor da escola Militar de "Saint-Cyr", foi ao Ministério da Guerra. Aí estava Humbert.

- Então, disse Humbert a Foch, ainda continua adepto do Cristo? E ensinas teu credo de

humildade aos teus alunos, futuros generais da França?

O interpelado retorquiu, sereno e brando.

- O que ensino aos meus alunos na escola Militar de "Saint-Cyr" é o meu credo de soldado, esse mesmo credo que me diz que a França não será salva na guerra pelos capitães de salão...

Humbert empalideceu com a resposta, e dentro de sua função de militar-burocrata, desde esse dia multiplicou as suas hostilidades contra o então modesto professor de aspirantes a oficial.

Elegante, espirituoso, inteligente, admiravelmente relacionado, não foi dificil a Humbert uma reforma vantajosa. Fez-se jornalista e a pena deu-lhe uma cadeira no Senado.

Mãos misteriosas puseram-lhe na carteira a quantia necessária para, de parceria com o nababesco Bolo Pachá, apoderar-se das ações do "Le Journal".

Os horizontes da política européia turvaram-se. Movimentaram-se as florestas imensas de baionetas e explodiu a guerra européia, incendiando de ódio a velha Europa.

Foch, o ex-major professor de "Saint-Cyr", já era general. Caillaux dominava o cenário político e na imprensa pontificava Humbert.

E enquanto a França se esvaia em sangue, o “Le Journal” se tornara, impelido pelos proprietários, um líder do derrotismo, distilando o veneno do desânimo, pregando a paz, que na ocasião seria a derrota.

***

Atarracado, hirsuto, feio e gordalhudo, destemido e implacável, Clemenceau, diretor do pequeno jornal “L’Homme Libre”, pedia a resistência, a luta, o combate, mesmo com Paris nas mãos do inimigo.

- *Cumpre morrer ou vencer*, gritava esse jornalista em resposta a Humbert, que proclamava:

- *A França está sucumbindo. É preciso que se faça a paz.*

Poincaré refletiu. O alemão, tenaz e forte, estava plantado em território francês. Fincara aí as suas raízes de aço. Era mister também uma vontade de aço para a expulsão do inimigo.

E o presidente Poincaré, acabrunhado pelos insucessos patrícios, olhou em torno de si em demanda dessa vontade de aço que em serviço da pátria lhe desse a vitória almejada.

Por ordem ministerial, a censura acorrentara o “L’Homme Libre”. E Clemenceau publicava então o “L’Homme Enchainé”.

Um dia foi parar nas mãos de Joffre um número de “L’Homme Enchainé”. Mesmo amordaçado pela censura, ainda assim o jornalista gritava que seria preferível o arrasamento de toda a França, do que a paz com a derrota...

Era um artigo magistral. E Joffre pôs nas mãos do presidente Poincaré essa labareda patriótica, essa firmeza de vontade de vencer ou morrer.

Poincaré, que se vira atacado rudemente por Clemenceau quando foi da sua eleição; que considerava como um dos seus inimigos pessoais e políticos esse médico panfletário, derrubador de ministérios, batizado pelas multidões com o apelido de “O Tigre”, tal a ferocidade de seus ataques; que mandara soldados para as oficinas e um censor para a redação do jornal desse temível político adverso; Poincaré que tudo isso fizera, sentiu em sua alma de patriota que o patriotismo latejava na atitude de Clemenceau e que o derrotismo mascarava a traição do senador Humbert, de Bolo Pachá e de Caillaux.

Chamado para uma conferência com o presidente, Clemenceau não se fez de rogado. Foi.

E frente à frente, olharam-se os dois inimigos pessoais, durante minutos. Falou o presidente:

- *Sr. Clemenceau, tenho lido o seu jornal. Sua vontade de aço, seu patriotismo, sua crença inabalável na vitória final, seu prestígio na alma das multidões, tudo isso me convenceu de que ao*

Sr. devo entregar os destinos da nossa Pátria. Mandei chamá-lo para lhe dar o Ministério.

- E V. Excia. entrega a direção da política francesa nestas horas de angústia a um inimigo pessoal?

- Entrego os destinos da França a um bom francês...

Clemenceau, o tigre famoso da política francesa, subiu ao poder. Os traidores comparsas de Bolo Pachá foram desmascarados e punidos.

E esse admirável chefe de governo, tão bem como Poincaré, soube recalcar no íntimo da sua alma as suas antipatias pessoais em favor da França.

Maçom, livre pensador, desafeiçoado de Foch, mandou vir à sua presença este general e deu-lhe o comando. E o general Foch comandou e venceu.

Belíssima lição de tolerância e de patriotismo! O presidente Poincaré, inimigo pessoal de Clemenceau, entregou-lhe a chefia do governo, porque nele reconheceu qualidades para esse posto; Clemenceau, maçom e livre pensador, desafeiçoado de Foch, ultra-católico, irmão de um jesuíta, põe nas mãos desse general o bastão de comandante do exército francês.

E ambos, Clemenceau e Foch, deram à França os louros da vitória e a edificante afirmação de que

no serviço da Pátria desaparecem as desafeições pessoais.

***

Assim deveria ser sempre no Brasil em todos os seus futuros governos. Que se amainem as tempestades de ódios, que desapareçam todas as tricas pessoais, que se destruam antipatias ou mágoas de indivíduo para indivíduo, que no serviço da pátria todos sejam brasileiros.

Como é belo esse exemplo de grandeza de alma, de abnegado patriotismo, de sobranceria moral. De esquecimento de animosidades pessoais, de aproveitamento de todas as melhores aptidões, de tolerância e de transigência!

O Imperador Pedro II, durante o seu longo reinado, nos deu exemplos de tolerância e patriotismo como esses que ora foram referidos.

Um dia, visitando um grupo escolar, numa classe, num quadro negro, fixada com o giz branco de uma professorinha graciosa, revelada ótima pintora naquele desenho singelo, vimos a figura de Pedro II.

Ao lado dessa, uma outra figura, bem diferente nas particularidades dos traços. Era Deodoro, o proclamador da República.

Em Pedro II o olhar era suave, a fisionomia bondosa, e essa inteligente e graciosa mestra, a

cuja aula fôramos assistir, parecia ter querido pôr naquele desenho, feito às pressas, sem pretensões de arte, um pedaço de sua alma pura de educadora.

Impressão diferente desde logo resultava do outro desenho: a figura de Deodoro da Fonseca. Com uns olhos de gavião, com uma barba em leque semelhante a uma juba leonina sacudida pelo siroco do deserto, nariz encurvado como se fora uma garra de felino, em cima de uma boca de carniceiro, o conjunto era cruel.

Desde logo se percebia o contraste.

E a professora explicou suavemente, com a doçura característica dessas adoráveis criaturas, que são as andorinhas do ensino público:

- *Meninas, ali à esquerda, aquele velho de longas barbas brancas, de olhar suave, de sobrecasaca preta, é o Imperador d. Pedro II. No lado direito, o outro velho, de farda berrante, com o peito coberto de crachás ou condecorações, medalhas e berloques com que se enfeitam os felizes triunfadores, é o marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República.*

- *Que fizeram eles, professora?* – obtemperou uma vozinha cristalina, que mais parecia um chilrear de passarinho. Falara uma linda criança loira, de olhar azul.

E a professorinha respondeu:

- D. Pedro era nosso imperador. Subiu ao trono em 23 de Julho de 1840, com apenas 14 anos de idade. Governou o Brasil até 15 de Novembro de 1889. Em quase meio século de governo, esse nosso imperador sempre procedeu com bondade e justiça, dando a todos os patrícios o suave regime da liberdade. E justamente por isso, o povo brasileiro suportou um reinado tão longo. Vou contar alguns episódios da vida desse benemérito brasileiro, cuja fisionomia bondosa as crianças devem guardar com grande simpatia no coração, e cujo nome deve estar sempre despertado na memória de todos os patriotas.

Em 1873, o povo inteiro do Brasil se agitou num grande questão que abalou a nossa nacionalidade. Os ministros do Imperador, que representavam a força do governo, desavieram-se com dois bispos, ministros de Deus, que representavam a força da religião.

De um lado o visconde do Rio Branco, grão-mestre da Maçonaria; de outro, d. Vital de Oliveira e d. Macedo Costa, respectivamente bispos de Olinda e do Pará.

D. Pedro, como chefe de estado, não podia desautorar o ministro que exigia dos bispos o cumprimento de disposições legais; como católico, não queria abandonar os bispos que se recusavam a obedecer o governo. E então?

Mandou que se cumprisse a lei. E a lei arrastou para o banco dos réus os dois representantes de Deus, num dos mais notáveis e famosos júris do

nosso amado país; e o júri, que o acaso fizera ser composto de maioria de maçons, condenou os bispos a trabalhs forçados, como galés. E assim se cumpriu a lei. Mas também era lei a clemência do Imperador, que tinha a prerrogativa, como ainda o tem o presidente da república, de perdoar. E mandou o seu ministro que lavrasse o decreto de prisão, dizendo-lhes:

- "Como magistrado supremo da Nação, cumpri o meu dever, respeitando a lei e fazendo-a respeitar; como Imperador, tenho o direito de clemência, e uso desse direito, perdoando aos bispos, porque sou católico"... E perdoou.

Anos depois, houve um concurso na escola Militar do Rio de Janeiro. Havia dois candidatos.

Um era inimigo da Monarquia e da religião do Imperador. Chamava-se Benjamim Constant, o positivista e republicano. O outro era um oficial católico, irmão de um bispo, afilhado do monarca. Este foi assistir ao concurso.

O candidato oficial do governo fracassou. Brilhante foi a prova do inimigo do governo que vivia a escrever e a fazer discursos contra a monarquia. E d. Pedro resolveu nomear Benjamim para o cargo de professor da escola Militar.

Estatelado, perplexo, com a pena imobilizada, o ministro não assinava o decreto. Como? Seria possível tão extravagante nomeação? Pois Sua majestade ignorara acaso que aquele sujeitinho era inimigo do trono, das instituições monárquica

e católica? Nomear-se Benjamim Constant? Um republicano...e ainda por cima positivista.

Mas o imperador ordenou:

- Lavre o decreto, isso de idéias, cada um tem a que quer ter. Não devemos fazer injustiça a um homem porque não pensa como nós. Benjamim fez a melhor prova do concurso. Será nomeado.

E nomeou. Fez mais ainda: convidou Benjamim Constant, que se revelara professor inteligente e hábil, par dar aulas aos seus netos, os príncipes filhos de Isabel, essa mesma que foi a redentora dos escravos.

Os olhinhos vivos e alegres da petizada fixavam-se cheios de amizade e simpatia na efígie do velho Imperador. Uma dessas crianças, mais trêfega, mais irrequieta, avançou com uma pergunta.

- E esse bom velho morreu governando o Brasil?

- Não, respondeu a linda mestra. Houve uma revolução chefiada pelo marechal Deodoro da Fonseca e pelo professor Benjamim Constant, ambos protegidos pelo Imperador. A revolução venceu e o imperador foi preso com a sua família w com ela foi expulso do Brasil para a Europa, deportado, assim como hoje o governo faz para esses estrangeiros maus que perturbam e ameaçam a nossa ordem e o nosso progresso.

- E o governo teria dado dinheiro para esse bom velhinho ir embora de sua terra?

- O governo ofereceu 5.000 contos, mas o imperador recusou.

- E depois?

- Depois o imperador, na Europa, teve muitas saudades do Brasil e para ele, antes de morrer, escreveu esta poesia a que chamou "Terra do Brasil":

> *Espavorida agita-se a criança,*
> *de noturnos fantasmas com receio,*
> *mas se abrigo lhe dá materno seio,*
> *fecha os doridos olhos e descansa.*
> *Perdida é para mim toda esperança,*
> *de volver ao Brasil: de lá me veio*
> *Um pugilo de terra; e nesta, creio,*
> *brando será meu sono e sem tardança.*
> *Qual o infante a dormir em peito amigo,*
> *tristes sombras varrendo na memória,*
> *Ó doce pátria, sonharei contigo.*
> *E entre visões de paz, de luz, de glória,*
> *sereno aguardarei no meu jazigo,*
> *a justiça de Deus na voz da História.*

Serenadas as palmas com que as mãozinhas infantis premiaram a beleza e o patriotismo do soneto, a professora continuou:

- Em 1892, num modesto quarto de um hotel de Paris, foi morar o ex-imperador. Levava consigo, num pequeno travesseiro, um punhado de terra do Brasil. Falava que ao morrer queria que sua cabeça repousasse sobre aquele travesseirinho

onde estava um punhado de terra de sua querida pátria. E quando sentiu que ia morrer, pediu o travesseiro e com ele, juntinho do seu coração exalou o último suspiro dizendo antes estas palavras, que foram o seu último pensamento:

- Nunca me esqueci do Brasil. Morro pensando nele: que Deus o proteja.

A campainha deu sinal de fim de aula. Íamos sair quando se aproximou da professora uma das crianças que mais se interessara pela história e disse:
- Professora, na próxima aula nós não queremos ouvir a história daquele outro velho que tem medalhas no peito e cara de gavião.

- Por que? É o marechal Deodoro... o imortal proclamador da República.

- Porque foi mau para o protetor dele, o bom D. Pedro II.

Nesse instante virei-me para o quadro negro. Na rapidez de um relâmpago, uma outra criança, com o seu lencinho de cores, esfregara a figura de Deodoro na face, apagando nesse ponto os traços de giz, deixando apenas um marechal sem cara.

A pequerrucha, na sua ingenuidade, pensara vingar assim o querido e tolerante Imperador do Brasil.

ᘓᘐᘓᘐᘓᘐ

30 - Risos de amante e lágrimas de esposa

O Imperador, em 1826, se tornara profundamente impopular. Os corsários que sulcavam as águas brasileiras, aprisionando embarcações com o nosso pavilhão, causavam sérios prejuízos ao comércio.

O recrutamento em massa, feito violentamente, atirava a odiosidade das famílias contra Sua Majestade.

Os insucessos e derrotas infligidas pelos uruguaios e argentinos contra as nossas tropas do sul, feriam a susceptibilidade patriótica do povo, que atribuía tudo isso à inépcia do general visconde de Barbacena, comandante em chefe do nosso exército em operações de guerra no sul.

Afrouxara a campanha da Cisplatina, e o território da província insurrecta estava em sua quase totalidade dominada pelos uruguaios insurgentes e pelos seus aliados argentinos.

Os brasileiros, desanimados, ocupavam apenas uma estreita faixa que ia da Colônia do Sacramento até Maldonado, incluída a cidade de Montevidéu.

A própria povoação de Maldonado, ponto estratégico de primeira ordem, já tinha sido ocupada pelo caudilho Lavalleja, que dirigia, como comandante, uma tropa de 8.000 guerrilheiros.

As guarnições brasileiras de “Ponta de Leste” e da ilha de “Gorite”, com o auxílio da marinhagem da nossa esquadra, conseguiram recuperar a vila tomada, porém havia sérios receios de novos ataques.

As tropas brasileiras acampavam em Bagé e em Santana do Livramento, com várias divisões de milicianos, espalhados desordenadamente, mal disciplinados e mal armados, em São Borja, Uruguaiana e proximidades do rio Guaraim.

Os insurrectos da província cisplatina e os seus amigos argentinos preparavam-se para uma ofensiva decisiva, reorganizando e provendo as suas tropas.

O caudilho Lavalleja resolvera passar o comando do exército republicano ao general platino D. Carlos de Alvear, que era então o melhor cabo de guerra de Buenos Aires.

Esse novo comandante em chefe, assumindo o seu posto em Durasno, transferiu o seu quartel-general para a vila de Pueblito, na margem do rio Negro, avançando-o depois para Taquarembó-Guassú.

Nações estrangeiras, como a França, os Estados Unidos e a Inglaterra favoreciam visivelmente os

inimigos do Brasil, com o qual provocavam incidentes diplomáticos, sujeitando-o a humilhações, que irritavam o povo do Rio de Janeiro.

Era essa a situação do país quando o Imperador, ameaçado de uma revolução republicana na própria capital do Império, resolveu ir ao Rio Grande do Sul para, pessoalmente, assumir a direção dessa guerra nefasta e infeliz.

Com esse fim mandou aprestar a corveta "D. Pedro" e mais seis navios de guerra, guarnecidos de tropas e munições, determinando o dia 24 de Novembro de 1826 para a partida.

Chegou afinal o dia 24. O Imperador preparava-se para o embarque.

Em S. Cristóvão estavam ao seu lado a Imperatriz Leopoldina e a primeira dama do Paço, senhora Marquesa de Santos.

D. Pedro despediu-se dos amigos e dos filhos, abraçou e beijou a esposa, que estava grávida, e ao se dirigir à amante, disse-lhe qualquer coisa no ouvido, dito que provocou na comborça paulista um sorriso cascateante. A Imperatriz, que estava lavada em pranto, revoltou-se e explodiu:

- Isto é demais! Esta mulher não respeita nem as minhas lágrimas. Eu vou pôr fora do Palácio esta sujeita atrevida. Não posso mais... não posso mais...

E avançou para D. Domitila. As duas mulheres, uma a esposa e outra a amante, olharam-se de frente: Domitila calma e sorridente; a imperatriz, irada e chorosa. Falou a esposa:

- *Eu sou a mulher de Pedro. Ele há de ser sempre meu, embora tu o queiras roubar-me. Ele é meu, sabes?*

A Marquesa, com ar risonho, calmamente retrucou:

- *Majestade, eu apenas sou a primeira dama do Paço. A gravidez de Vossa Alteza Imperial perturba o seu espírito com esses delírios.*

D. Leopoldina não pode conter-se e esquecendo-se que ela era a Imperatriz, que tinha diante de si a primeira dama do Paço, esbofeteou, diante do próprio Imperador que se despedia, a mulher que a insultara com o seu sarcasmo, e que lhe roubara o coração do esposo bem amado.

D. Pedro brutal e raivoso, ao ouvir o estalido da bofetada que a sua esposa aplicara nas lindas faces de D. Domitila, arremeteu contra a Imperatriz, segurando-lhe os pulsos e gritando-lhe:

- *Pois fique sabendo, senhora D. Leopoldina, que essa mulher é mãe de filhos meus e dona do meu coração.*

E atirou a esposa de bruços aos pés da primeira dama do Paço. A Imperatriz, grávida e doente, que

se levantara do leito para se despedir do marido, ergueu-se e avançou para o Imperador.

- Pedro, meu querido Pedro, por que me fizestes isso? Tenho sido tão boa para ti, e tens sido tão mau para mim. E a culpada de tudo isso é essa mulher perdida, essa mulher sem pudor e sem sentimentos que pusestes ao meu lado como primeira dama do Paço.

O Imperador, com aquela nova injúria atirada à sua amante, enfureceu-se, ou na expressão de um diplomata desse tempo que se refere ao caso, se desconcertou e, com um pontapé no ventre da esposa, atirou-a de costas no tapete.

Dali a Imperatriz foi carregada para o seu leito, onde teve um parto prematuro, de cujas conseqüências veio a morrer dias depois, em princípios de dezembro.

E enquanto a esposa ficava nos seus aposentos, cheia de dores e de lágrimas, D. Pedro carregava com a Marquesa de Santos até o cais, e ali, em 24 de Novembro de 1826, dela se despedia com um apaixonado beijo, deixando aos seus Ministros, especiais recomendações de respeito e zelo para com ela. E partiu para o sul.

Ao chegar em Santa Catarina no dia 29 de Novembro de 1826, lembrou-se, cheio de remorsos, da boa e santa esposa, e cheio de amores saudosos, da famosa Domitila.

E a ambas escreveu as seguintes cartas, na mesma hora, no mesmo lugar, e com a mesma pena, porém com sentimentos diferentes:

(À D. Domitila)
às 5h ½ da tarde
Sta. Catarina, 29/11/26
Minha querida filha e amiga do meu coração.
Neste momento fundeamos com muito boa viagem e com o comboio todo junto ao largar ferro caiu um Pampeirete com trovoada, mas fraca.
Esta manhã às 9 horas avistamos uma corveta com bandeira francesa, demos-lhe caça por 2 horas e meia, e não entrando com ela pois andava mais, voltamos a entrar com o Comboio.
Mandei o Pássaro por excelência que é a fragata Isabel que tendo este nome não podia ser má e anda muito, e tenho sobejas esperanças que seja agarrado o tal inimigo que é uma linda corveta, e esteve tão perto da nau como pode ser da tua casa a ilha da Cachaça.
Pretendo partir se Deus quiser depois de amanhã para o Rio Grande pois assim farei que com mais facilidade a tropa se vá incorporar ao Exército.
Não te posso minha filha explicar as acerbas saudades que dilaceram o coração do teu constante, fiel e saudoso filho.

Nada mais digo senão que sou só teu, e do mesmo modo quer esteja no céu, no inferno, ou não sei onde.
Tu existes e existirás sempre em minha lembrança, e não se passa um momento que meu coração me não doa de saudades tuas, e da nossa querida Bela, em quem darás mil beijos e abraços de minha parte.
Recomenda-me à tua mãe, a Nhá Cândida, e acredita que sou o mesmo teu amante, filho, fiel, constante, desvelado, agradecido e verdadeiro, e saudoso por estar de ti ausente.
O Imperador.

(À D. Leopoldina)
às 5h ½ da tarde
Sta. Catarina, 29/11/26
Minha querida Esposa do meu coração.
Agora neste momento fundeamos com muito boa viagem, e o comboio todo junto, e ao largar ferro caiu um Pampeirete com trovoada mas fraca.
Esta manhã às 9 horas avistamos uma corveta com bandeira francesa, demos-lhe caça por duas horas, e meia, e não entrando com ela pois ela andava mais, voltamos a entrar com o comboio, e mandei o Pássaro por excelência que é a fragata Isabel que anda muito e tenho sobejas esperanças que seja agarrado o tal amigo que é uma linda corveta.

Pretendo partir para o Rio Grande por ser assim mais conveniente para fazer ir a tropa com brevidade para o Exército.
Agora só me resta patentear-lhe por este modo as acerbas saudades que tinha da Imperatriz que pode contar que é amada do fundo do coração.
Deste seu esposo amante e saudoso.
O Imperador.

P.S. – Abraços e beijos a todos os nossos queridos filhos, e conte que quanto mais depressa eu puder lá estarei.

Ao ouvir, no seu leito de morte, a leitura da carta do esposo que partira para a guerra, a Imperatriz Leopoldina, debulhada em lágrimas, e apertando na sua a mão da amiga e confidente, a Marquesa de Aguiar, disse-lhe:

- Coitado do meu querido Pedro, ele se arrependeu do que me fez ao partir e está se lembrando de mim. E eu vou morrer, minha doce amiga, e vou morrer tão longe dele e pensando sempre nele. E apesar de tudo o que aconteceu, ele ainda continua a ser meu...

Do outro lado, no seu palácio, a Marquesa de Santos, sorridente e alegre, beijava a carta em que o amante imperial pusera um pedaço dos eu coração apaixonado e murmurava para a mãe:

- Está vendo, minha mãe, como o Imperador é todo meu?!

E ambas não foram sempre do Imperador; a esposa foi roubada pela morte e a amante...pelo fastio.

ꕥꕥꕥ